



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

NARA TELÂNIE TAVARES DOS SANTOS

**FILOSOFANDO ENTRE MUROS: O ENSINO DE FILOSOFIA COMO
INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO COM JOVENS EM PRIVAÇÃO DE
LIBERDADE**

FORTALEZA

2023

NARA TELÂNIE TAVARES DOS SANTOS

FILOSOFANDO ENTRE MUROS: O ENSINO DE FILOSOFIA COMO INSTRUMENTO
DE RESSOCIALIZAÇÃO COM JOVENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Filosofia. Área de concentração: Práticas de Ensino em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Filgueiras de Araujo.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S236f Santos, Nara Telâníe Tavares dos.
Filosofando entre muros : o ensino de filosofia como instrumento de ressocialização com jovens em privação de liberdade / Nara Telâníe Tavares dos Santos. – 2023.
133 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Hugo Filgueiras de Araujo.
1. Ensino de filosofia. 2. Centros socioeducativos. 3. Ressocialização. I. Título.

CDD 100

NARA TELANIE TAVARES DOS SANTOS

FILOSOFANDO ENTRE MUROS: O ENSINO DE FILOSOFIA COMO INSTRUMENTO
DE RESSOCIALIZAÇÃO COM JOVENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de Filosofia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Filosofia. Área de concentração: Práticas de Ensino em Filosofia.

Aprovada em: 27/07/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hugo Filgueiras de Araujo (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Judikael Castelo Branco
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Prof. Dr. Ricardo George de Araujo Silva
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Aos meus pais, Geralda Tavares e José Santos os quais devo a vida, a honra e o direito de ser o que sou hoje. E ao meu companheiro Margley Lima, que sempre esteve ao meu lado acreditando no meu potencial mesmo quando eu pensava não ser capaz.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força e perseverança que nos principais momentos dessa caminhada preencheu meu coração de esperança e determinação.

Ao Professor Dr. Hugo Filgueiras de Araujo por sua confiança, paciência, e compreensão nos momentos de orientação.

Ao Prof. Dr. Judikael Castelo Branco pela sua atenção, disposição e compromisso em participar como membro da banca e pelas contribuições que foram fundamentais para a finalização deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Ricardo George de Araujo Silva pela atenção e disposição em participar como membro da banca, assim como também pelas orientações teóricas que contribuíram para o enriquecimento desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. José Carlos Almeida pelas valiosas colaborações através das sugestões e reflexões críticas que também ajudaram a desenvolver este trabalho.

“O poder quer ser reconhecido no papel daquele que separa e diferencia, que perdoa uns e não outros, que se apoia em uns e ataca outros. É o poder quem fará a distinção entre os bons e os maus, os culpados e os inocentes.” (FOUCAULT, 2020, p. 48).

RESUMO

Apresentação Ao pensar sobre o ensino de filosofia muitas vezes não é levado em consideração que sua concretude está para além das escolas regulares e das instituições de nível superior. Na realidade, para muitos, é desconhecida a informação de que esse ensino também perpassa espaços cujas pessoas estão em privação de liberdade, seja em Unidades Prisionais ou em Unidades de Medidas Socioeducativas, já que essas unidades devem obrigatoriamente mediar o acesso à educação formal. Diante desse contexto, a discussão construída neste trabalho visa identificar como o ensino de Filosofia, a partir de uma perspectiva dialógica que leve ao exercício do filosofar, pode contribuir para a ressignificação do processo de ressocialização de jovens que estão em privação de liberdade em Centros Socioeducativos, localizados em Fortaleza. Baseado nesta proposição, o objetivo geral da pesquisa é analisar o ensino de Filosofia como instrumento de mediação para o processo de ressocialização de jovens em situação de privação de liberdade nos Centros Socioeducativos, cujos objetivos específicos referem-se a compreender os principais aspectos que formam o Sistema Socioeducativo no Ceará; identificar o ensino de filosofia como instrumento de mediação para a formação crítica de jovens em situação de privação de liberdade e discutir sobre a importância da dialogicidade para o ensino de filosofia nesse contexto. Para desenvolver tal intuito, a elaboração da pesquisa foi estruturada em três partes, sendo o primeiro capítulo, intitulado “Sistema Socioeducativo: legalidade e contexto(s)”, cuja formação do Sistema Socioeducativo no Brasil é apresentada de forma objetiva, para então chegar ao cenário dos Centros Socioeducativos no Ceará. Além disso, no decorrer das subseções a socialização das informações irá perpassar pelas principais características em relação à oferta da educação para jovens em privação de liberdade. O segundo capítulo, “A consubstanciação da pesquisa: metodologia e os impasses das questões burocráticas” referem-se à exposição dos elementos metodológicos e dos impasses burocráticos que envolveram a aplicação prática e os sujeitos da pesquisa, bem como também as imposições institucionais que tornam esse trabalho não só um roteiro para o desenvolvimento de outras pesquisas, mas principalmente para entender as especificidades que envolveram a perspectiva sobre a forma na qual as aulas foram realizadas, os recursos utilizados e os resultados obtidos, pois mesmo que estes sejam aparentemente simples, estão perpassados de significados, esforços e perspectivas. No que concerne ao terceiro capítulo, denominado “Filosofia e ressocialização de jovens em privação de liberdade: a aplicação da pesquisa e a análise dos dados”, além de compartilhar circunstâncias reais sob as quais a aplicação prática da pesquisa foi realizada,

foram apresentados e analisados qualitativamente os dados coletados através da aplicação de dois questionários de sondagem com os adolescentes participantes sobre o conhecimento em relação à filosofia e a sua funcionalidade. Já na última seção, “o ensino de filosofia e suas possibilidades”, a discussão trata sobre o ensino de filosofia contribuir, através do exercício do filosofar sob a perspectiva da dialogicidade, para a ressignificação do processo de ressocialização a partir do desenvolvimento do pensamento crítico dos jovens que estão nos Centros Socioeducativos.

Palavras-chave: ensino de filosofia; centros socioeducativos; ressocialização.

ABSTRACT

Tradução When thinking about the teaching of philosophy, it is often not taken into account that its concreteness is beyond regular schools and higher education institutions. In reality, for many, it is unknown to the information that this teaching also permeates spaces where people are deprived of liberty, either in Prison Units or in Socio-Educational Measures Units, since these units must obligatorily mediate access to formal education. Given this context, the discussion built in this work aims to identify how the teaching of Philosophy, from a dialogical perspective that leads to the exercise of philosophizing, can contribute to the re-signification of the re-socialization process of young people who are deprived of liberty in Socio-Educational Centers, located in Fortaleza. Based on this proposition, the general objective of the research is to analyze the teaching of Philosophy as a mediation instrument for the process of resocialization of young people in situations of deprivation of liberty in Socio-Educational Centers, whose specific objectives refer to understanding the main aspects that form the Socio-Educational System in Ceará; identify the teaching of philosophy as a mediation instrument for the critical formation of young people in situations of deprivation of liberty and discuss the importance of dialogicity for the teaching of philosophy in this context. To develop this purpose, the research was structured in three parts, the first chapter, entitled “Socio-educational System: legality and context(s)”, whose formation of the Socio-educational System in Brazil is objectively presented, to then reach the scenario of Socio-Educational Centers in Ceará. In addition, throughout the subsections, the sharing of information will go through the main characteristics in relation to the provision of education for young people deprived of liberty. The second chapter, “Research consubstantiation: methodology and the impasses of bureaucratic issues”, refers to the exposition of methodological elements and bureaucratic impasses that involved the practical application and the research subjects, as well as the institutional impositions that make this work not only a roadmap for the development of other research, but mainly to understand the specificities that involved the perspective on the way in which the classes were carried out, the resources used and the results obtained, because even if these are apparently simple, they are permeated with meanings, efforts and perspectives. With regard to the third chapter, called “Philosophy and resocialization of young people deprived of liberty: the application of the research and the analysis of the data”, in addition to sharing real circumstances under which the practical application of the research was carried out, were presented and analyzed qualitatively the data collected through the application of two survey questionnaires with the participating

adolescents about the knowledge in relation to the philosophy and its functionality. In the last section, “The teaching of philosophy and its possibilities”, the discussion deals with the teaching of philosophy contributing, through the exercise of philosophizing from the perspective of dialogicity, to the re-signification of the re-socialization process from the development of critical thinking of the young people who are in the Socio-Educational Centers.

Keywords: teaching of philosophy; socio-educational centers; resocialization.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Questionário: Atividade de sondagem sobre o conhecimento em relação à existência da filosofia e a sua funcionalidade.....	69
Tabela 2 – Questionário: Atividade sobre o conhecimento em relação à funcionalidade da filosofia.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEC	Conselho de Educação do Ceará
CEDIA	Célula de Educação em Direitos Humanos, Inclusão e Acessibilidade
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa da UFC
CISPE	Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso
CODIN	Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CV	Comando Vermelho
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPPL	Educação para Pessoas Privadas de Liberdade
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem- Estar do Menor
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEP	Lei de Execução Penal
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
SAP-CE	Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização do Ceará
SEAS	Superintendência do Sistema Estadual Socioeducativo
SEDUC	Secretaria da Educação
SEJUS	Secretaria da Justiça e Cidadania
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SME	Secretaria Municipal da Educação
UIP	Unidades de Internação Provisória

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: LEGALIDADE E CONTEXTO(S).	20
2.1	Sistema Socioeducativo e a oferta da educação.	26
2.2	Sistema Socioeducativo no Ceará: o que temos hoje.	30
2.2.1	<i>Centros Socioeducativos: normas e rotina(s).</i>	32
2.2.2	<i>Centros Socioeducativos: as principais características sobre a oferta da educação no Ceará.</i>	38
2.3	Unidades de Medidas Socioeducativa: ressocialização ou submissão?.....	43
2.3.1	<i>Centros Socioeducativos assemelham-se com o ambiente punitivo de uma prisão?.....</i>	45
3	A CONSUBSTANCIAÇÃO DA PESQUISA: METODOLOGIA E OS IMPASSES DAS QUESTÕES BUROCRÁTICAS.	50
3.1	Os elementos metodológicos.	52
3.2	Os impasses das questões burocráticas.	54
3.2.1	<i>Descrição objetiva das questões burocráticas.....</i>	55
4	FILOSOFIA E RESSOCIALIZAÇÃO DE JOVENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: A APLICAÇÃO DA PESQUISA E A ANÁLISE DOS DADOS.	60
4.1	As entrelinhas da aplicação prática da pesquisa.	61
4.2	Sobre os dados empíricos.	68
4.3	O ensino de filosofia e suas possibilidades.	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS, MAS NÃO O FIM DO DIÁLOGO.	79
	REFERÊNCIAS	83
	APÊNDICE A – ATIVIDADE DE SONDAÇÃO SOBRE O CONHECIMENTO EM RELAÇÃO À EXISTÊNCIA DA FILOSOFIA E A SUA FUNCIONALIDADE.	88
	APÊNDICE B – ROTEIRO DAS AULAS MINISTRADAS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO.	97
	APÊNDICE C – ATIVIDADE SOBRE O CONHECIMENTO EM RELAÇÃO À FUNCIONALIDADE DA FILOSOFIA.	106
	APÊNDICE D – A SOLICITAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA	

REALIZAÇÃO DA PESQUISA, AO JUIZ, NO SETOR DE PROTOCOLO DA 5ª VARA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.	115
APÊNDICE E – SOLICITAÇÃO DE ORIENTAÇÕES PARA DIRETORA DO CEJA.	116
APÊNDICE F – ENCAMINHAMENTO DA INFORMAÇÃO SOBRE A NÃO AUTORIZAÇÃO DA ENTRADA AO COORDENADOR DO CEJA.	117
APÊNDICE G – NOVA SOLICITAÇÃO E CRONOGRAMA DE ACESSO AOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS, NO SETOR DE PROTOCOLO DA SEAS.	118
APÊNDICE H – ALINHAMENTO COM A COORDENAÇÃO DO CEJA DO JOSÉ WALTER SOBRE CRONOGRAMA DAS AULAS NOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS.	119
ANEXO A – PLANEJAMENTO DO 4º CICLO 2022 DO PROJETO RECOMECECE: DESENHANDO O FUTURO.	120
ANEXO B – OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA EM PARCERIA COM O CEJA.	126
ANEXO C – PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP.	127
ANEXO D – TERMO DE CIÊNCIA REFERENTE AO REQUERIMENTO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DO SETOR DE PROTOCOLO DA SEAS.	130
ANEXO E – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DO JUIZ DA 5ª VARA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.	131
ANEXO F – CARTA DE ANUÊNCIA DO NÚCLEO ESCOLA E ESTADUAL DE SOCIOEDUCAÇÃO/SEAS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.	132
ANEXO G – NOVA AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS PELO NÚCLEO ESCOLA E ESTADUAL DE SOCIOEDUCAÇÃO/SEAS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.	133

1 INTRODUÇÃO

Ao pensar sobre o ensino de Filosofia muitas vezes não é levado em consideração que sua concretude está para além das escolas regulares e das instituições de nível superior. Na realidade, para muitos, é desconhecida a informação de que esse ensino também perpassa espaços cujas pessoas estão em privação de liberdade, seja em Unidades Prisionais ou em Unidades de Medidas Socioeducativas¹, já que essas unidades devem obrigatoriamente mediar o acesso à educação formal.

Na realidade a reflexão acadêmica sobre a educação, sobretudo o ensino de Filosofia nesses espaços, com alunos inseridos nesse contexto social ainda é parca, o que demonstra a relevância de se investigar sobre os diversos aspectos que perpassam o processo de ensino e aprendizagem, nessa conjuntura. Já que, pelo menos sob uma perspectiva pragmática, muitas vezes não fazemos sequer o exercício crítico de (re)pensar se essas pessoas, principalmente sob essas condições, de fato têm algum direito.

Nesse sentido, ao longo dos anos a privação de liberdade de muitas pessoas pobres, com formação sociocultural ligada diretamente à negligência familiar e ao caráter trivial da criminalidade, começa no Sistema Socioeducativo e regride até as circunstâncias do Sistema Prisional, como será argumentado a diante, o que reforça a formação e a reprodução de estereótipos de exclusão sobre parte dessa população.

No Brasil a privação da liberdade de jovens não é uma realidade imediata do século XXI, mas sim uma engrenagem que sustenta a racionalidade da organização de classe há muito tempo estabelecida. Isso porque a dinâmica de exclusão hoje estruturada passou por diversas questões sociais, culturais e políticas ao longo dos séculos, uma vez que o Estado vem se reinventando ao criar formas de camuflar os “frutos” das desigualdades sociais e as consequências destas, como será demonstrado no capítulo I.

Como exemplo, atualmente, os adolescentes que estão submetidos à privação de liberdade seguem inseridos no Sistema Socioeducativo², sob a tutela do Estado, que para

¹ No Ceará as Unidades de Medidas Socioeducativas são responsáveis pela recepção, internação provisória, semiliberdade e internação sanção, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a partir das recomendações preconizadas no SINASE (CEARÁ, 2015b, p. 22). Disponível em: <<https://www.seas.ce.gov.br/centros-socioeducativos/>> Acesso em: 18 jun. 2022.

² De modo teórico-legal o Sistema Socioeducativo pode ser compreendido como um conjunto de ações desenvolvidas para a aplicação de medidas socioeducativas cujo objetivo é ressocializar jovens entre 12 e 21 anos que tenham cometido algum ato infracional. Para isso, são realizadas parcerias e alianças estratégicas entre o Estado, principalmente nas esferas municipais e estaduais, e Organizações não Governamentais (ONG) para constituir uma rede de atendimento social que vise à inclusão dos adolescentes ao convívio social. (BRASIL, 2006a, p. 54-55).

normalizar essa realidade produziu o conceito chamado socioeducação que idealmente pode ser compreendido como um conjunto de ações que visam à preparação do jovem para o convívio social, através da escolarização formal, da educação profissional, das atividades artístico-culturais, da abordagem social e psicológica, cujas atividades devem estar associadas ao propósito de desenvolver, o potencial para ser e conviver, isto é, prepará-lo para relacionar-se consigo mesmo e com os outros, sem quebrar as normas de convívio social (BRASIL, 2006b, p. 14).

No que se refere à oferta da educação nesse cenário, em âmbito nacional, esta só foi delineada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2016 através da Resolução CNE/CEB nº 3, que definiu as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, além de também normatizar a predominância da dimensão educativa sobre o regime disciplinar e “a escolarização como estratégia de reinserção social plena, articulada à reconstrução de projetos de vida e à garantia de direitos” (BRASIL, 2016).

Ao ter conhecimento sobre tais questões que constituem parte da realidade do Sistema Socioeducativo no Brasil, situemos a discussão para o estado do Ceará, cuja materialização desse sistema está relacionada aos Centros Socioeducativos que têm como objetivo atender em regime de internato adolescentes responsabilizados por algum ato infracional, com vistas a sua reinserção ao convívio sociofamiliar no qual se encontravam³.

Esses espaços são administrados pela Superintendência do Sistema Estadual Socioeducativo (SEAS), que além de fiscalizar a aplicação das medidas socioeducativas também é responsável, idealmente, pela oferta da arte, da cultura, do esporte, da saúde, do atendimento psicológico, de cursos profissionalizantes e da educação. Já esta se divide em educação formal, através da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para o nível Fundamental e Médio, e uma educação voltada para a reflexão sobre o reconhecimento e a valorização da identidade pessoal e sobre a cidadania, ligada ao Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro⁴.

Sobre esse contexto da oferta educacional, de acordo com as principais diretrizes da EJA no Ceará, as disciplinas que integram o currículo podem ser ministradas de forma transversal, em módulos integrados como complementares dos programas das disciplinas desse currículo. Já os conteúdos podem ser destinados à complementação de estudos regulares

³ Disponível em: <https://www.seas.ce.gov.br/2016/08/04/centro-socioeducativo-passare/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

⁴ Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2017/11/01/codea-diversidade-promove-formacao-para-professores-das-unidades-de-internacao-provisoria-do-estado/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

ou ao desenvolvimento de fundamentos para estudos mais avançados ou especializações profissionais (CEARÁ 2000).

Em relação ao Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro, teoricamente, volta-se para o trabalho com os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, cuja proposta das aulas está voltada para a importância do projeto de vida e a reflexão sobre o reconhecimento e a valorização da identidade pessoal e da cidadania, a partir dos quatro pilares da educação: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Conviver e Aprender a Ser. “O intuito deste projeto é contribuir para o resgate desses jovens, estimulando-os a rever ações e escolher alternativas que os levem a sair da situação de vulnerabilidade social que os conduziram aos Centros de Medidas Socioeducativas”⁵.

Diante do contexto apresentado, a parte empírica deste trabalho foi realizada nos Centros Socioeducativos, Passaré, São Francisco e São Miguel, todos localizados no bairro Jardim União em Fortaleza. Em cada Centro foram realizados oito encontros com duração de 03 horas aulas, durante quatro semanas. Já o público que compõem os sujeitos da pesquisa, foram adolescentes com idade entre 14 e 17 anos, internados provisoriamente nesses Centros durante 45 dias e que no período da tarde participavam das aulas do Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro.

No que diz respeito à escolha do Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro em detrimento da EJA para o desenvolvimento prático da pesquisa, se deu devido a proposta das aulas do projeto possibilitar maior abertura para trabalhar a filosofia e o processo de filosofar, enquanto na EJA, muitas vezes, o ensino de filosofia está “diluído” em outras disciplinas ou não passou pelo crivo da seleção das disciplinas que não podem deixar de ser trabalhadas, o que dificultaria o encaixe da presença da pesquisadora no cotidiano dos jovens.

Para a materialização prática da pesquisa, foram necessárias visitas as principais instituições que compõem o Sistema Socioeducativo no Ceará, entre elas a Secretaria de Educação (SEDUC), a SEAS, a 5ª Vara da Infância e da Juventude e o Centro de Jovens e Adultos (CEJA) do José Walter, onde foi possível observar que os temas e a metodologia trabalhada pelos professores do Projeto RecomeceCE não possibilitavam as condições adequadas para os adolescentes desenvolverem a proposta apresentada pelo projeto, e conseqüentemente um avanço no processo de ressocialização. Em virtude disso, buscamos construir uma discussão voltada para identificar como o ensino de Filosofia, a partir de uma perspectiva dialógica que levasse ao filosofar, poderia contribuir para esse avanço.

⁵ Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2017/11/01/codea-diversidade-promove-formacao-para-professores-das-unidades-de-internacao-provisoria-do-estado/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

Em razão dessa realidade, surgiram questionamentos que idealizaram a construção da pesquisa, entre eles, inquietações como: é possível que a Filosofia possa contribuir para que os jovens que estão privados da sua liberdade possam (re)significar sua vida e (re)pensar sua existência? Como o ensino de Filosofia pode auxiliar esse processo? A prática do exercício filosófico pode ser uma ferramenta no processo de ressocialização desses jovens?

Baseada nessas indagações criou-se a hipótese ideal sobre o ensino de filosofia como instrumento de mediação para o processo de ressocialização com jovens em privação de liberdade, o que motivou a busca por um “espaço”, dentro da dinâmica regulada dos Centros Socioeducativos, para o “encaixe” do exercício do filosofar, do avaliar, do problematizar e da construção do argumentar sobre as realidades, sobre as diversas possibilidades que perpassam o contexto social no qual estão inseridos, através da realização de oito aulas interligadas ao Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro.

A partir dessas questões, o objetivo geral da pesquisa é analisar o ensino de Filosofia como instrumento de mediação para o processo de ressocialização de jovens em situação de privação de liberdade nos Centros Socioeducativos de Fortaleza, cujos objetivos específicos referem-se a compreender os principais aspectos que formam o Sistema Socioeducativo no Ceará; identificar o ensino de Filosofia como instrumento de mediação para a formação crítica de jovens em situação de privação de liberdade e discutir sobre a importância da dialogicidade para o ensino de filosofia nesse contexto.

Somando-se a tais pretensões, é importante esclarecer que as ideias estruturadas neste trabalho não têm a pretensão de delimitar uma metodologia única, específica ou correta para se trabalhar o ensino de Filosofia com adolescentes que estão em situação de privação de liberdade. Muito menos definir perspectivas únicas referentes a esse ensino, diante da importância e da necessidade de ampliação de estudos sobre o tema, como uma das formas de intensificar o debate social de que a socioeducação existe e que precisa sair da inexpressão.

Ligada a essa perspectiva, é válido ressaltar que o interesse pelo tema da pesquisa é fruto de curiosidades geradas pelas minhas vivências enquanto moradora da periferia e pelas formações em Filosofia e Serviço Social, que sempre contribuem para despertar um olhar crítico sobre a “normalidade” das questões cotidianas. Como ter, por exemplo, a consciência crítica de que existe uma errônea naturalidade, ou melhor, uma invisibilidade social diante da existência de um contexto sociocultural paralelo quando se trata de jovens que estão à margem dos padrões sociais, cujo único espaço que os cabe é a realidade social na qual eles estão inseridos, é o mundo avesso da criminalidade que os “acolhem”.

Para acrescentar a essa concepção, tem-se a reflexão sobre a importância de

trabalhos realizados em relação a processos de ensino e aprendizagem em cenários de privação de liberdade, cuja conjuntura social na qual os alunos estão inseridos é bem mais complexa em relação ao ambiente e ao cotidiano de uma escola ou de uma universidade, por exemplo. Nesse sentido, desenvolver mais pesquisas que possam discutir temas nesse contexto, que venham a contribuir com mudanças na realidade social não é só uma forma de acrescentar conhecimento ao mundo acadêmico através do acúmulo de produção de referencial teórico, mas principalmente para impactar as instituições estatais através de propostas para o desenvolvimento de programas e projetos que possam afetar positivamente a realidade das desigualdades sociais no país.

No que se refere à estruturação deste estudo, a primeira parte trata das questões legais e do contexto social dos Centros Socioeducativos que foram o campo da pesquisa, uma vez que seria incoerente apenas apresentar uma proposta de intervenção filosófica sem situar a conjuntura na qual esta esteve inserida. A segunda parte concentra a descrição da metodologia utilizada não somente para a construção teórica, coleta e análise dos dados, mas também para a realização da aplicação dos trabalhos nesses centros, como forma de justificar não só a importância da pesquisa, mas também de contribuir para a elaboração de novos trabalhos. Na terceira parte segue a discussão em torno do ensino de filosofia e suas possibilidades em (re)significar o processo de ressocialização de jovens que estão em privação de liberdade.

No primeiro capítulo, intitulado “Sistema Socioeducativo: legalidade e contexto(s)”, a formação do Sistema Socioeducativo no Brasil é apresentada de forma objetiva, para então chegar ao cenário dos Centros Socioeducativos no Ceará. Além disso, no decorrer das subseções a socialização das informações irá perpassar pelas principais características em relação à oferta da educação para jovens em privação de liberdade.

Vale ressaltar que este capítulo, onde o contexto sócio-histórico do Sistema Socioeducativo é delineado, possibilita não só a compreensão estrutural desse sistema, mas o conhecimento legal da sua existência, cujo intuito é situar o leitor sobre a solidez e a existência dessa realidade que ainda é, em certa parte, invisível para a sociedade, bem como para o mundo acadêmico, uma vez que tal contexto social não é percebido como uma das entrelinhas das questões sociais que levam uma pessoa a chegar até o Sistema Carcerário.

No que corresponde ao segundo capítulo, “A consubstanciação da pesquisa: metodologia e os impasses das questões burocráticas”, que se refere à descrição da pesquisa através da exposição dos elementos metodológicos e dos impasses burocráticos, é possível perceber as particularidades que envolveram a aplicação prática e os sujeitos da pesquisa, bem como também das imposições institucionais que tornam esse trabalho não só um roteiro para

o desenvolvimento de outras pesquisas, mas principalmente para entender as especificidades que envolveram a perspectiva sobre a forma de condução das aulas, os recursos utilizados e os resultados obtidos, pois mesmo que estes sejam aparentemente simples, estão perpassados de significados, esforços e perspectivas.

No que concerne ao terceiro capítulo, denominado “Filosofia e ressocialização de jovens em privação de liberdade: a aplicação da pesquisa e a análise dos dados”, em sua primeira seção “As entrelinhas da aplicação prática da pesquisa” a narração dos fatos complementa a compreensão em relação ao contexto da oferta da educação nos Centros Socioeducativos, além de compartilhar circunstâncias reais sob as quais a aplicação prática da pesquisa foi realizada, como será possível perceber algumas das “relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos” (FOUCAULT, 2010, p. 38), já que as determinações que envolvem o cotidiano desses espaços estão voltadas para o disciplinamento dos jovens.

Na seção “Sobre os dados empíricos”, serão apresentados e analisados qualitativamente os dados coletados através da aplicação de dois questionários de sondagem com os adolescentes participantes sobre o conhecimento em relação à filosofia e a sua funcionalidade. A última seção, “O ensino de filosofia e suas possibilidades”, está voltada para a discussão sobre o ensino de filosofia contribuir, através do exercício do filosofar sob a perspectiva da dialogicidade, para a ressignificação do processo de ressocialização a partir do desenvolvimento do pensamento crítico dos jovens que estão nos Centros Socioeducativos.

Portanto, o contexto apresentado nesta introdução diz respeito à dimensão geral sob a qual a pesquisa foi realizada. Nesse sentido, por não se tratar de uma pesquisa exclusivamente teórica, mais principalmente sobre uma realidade empírica a forma como o texto foi trabalho envolve recursos teórico-legais, teórico-sociológico, teórico-filosófico e impressões cotidianas resultantes das vivências oportunizadas pela pesquisa de campo.

2 SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: LEGALIDADE E CONTEXTO(S).

O intuito deste capítulo não é redigir sobre a história do Sistema Socioeducativo no Brasil, porém um dos objetivos é fazer compreender que a privação de liberdade de jovens é longínqua e que ainda enfrenta dificuldades para a sua superação enquanto meio legal de ressocialização. Na realidade, é possível constatar que tal sistema tem uma relação estrutural com a formação da sociedade brasileira, além de perpassar por várias questões sócio-históricas que ultrapassam a discussão proposta por esse trabalho, como poderá ser percebido à medida que a leitura dos capítulos for avançando.

Contudo, é importante considerar que a questão do enquadramento da população mais pobre frente às determinações sociais hoje estabelecidas, como por exemplo, os casos em que o sistema policial e jurídico do país busca identificar como criminoso os jovens oriundos das classes populares, usando a pobreza como a razão para rotulá-los, conforme aponta Zaluar (2004, p. 77), é algo articulado pelo Estado desde o tempo do Brasil Império, onde ao longo dos séculos as ações voltadas para esse fim apenas se reconfiguram de acordo com a ideologia e necessidades daqueles que controlam o país.

Ao considerar essa perspectiva, é possível concordar com Foucault (2020, p. 96) quando este afirma que é o Estado, ao formular as proibições, ao definir as condutas e comportamentos dos indivíduos apresentados como delinquentes, quem torna a delinquência um segmento social, composta por um conjunto de indivíduos com determinadas características antissociais. Em virtude disso, as leis, decretos e sistemas que hoje operam sobre esse segmento populacional vêm apenas sendo readequadas para que as ações desse Estado sejam socialmente permissíveis.

Partindo dessas concepções, é plausível compreender que no Brasil, o Sistema Socioeducativo se formou bem antes do que imaginamos, na realidade ao longo dos séculos ele assumiu diversas nomenclaturas. Uma vez que, se investigarmos minuciosamente a história da formação jurídico-penal do país, chegaremos à conclusão de que esse sistema segue praticamente a mesma escala legal do Sistema Prisional.

Sua estrutura é precedente ao chamado Código de Menores de 1927⁶, bem como

⁶ Nesse código, é considerado menor, o indivíduo do sexo masculino ou feminino, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade. Onde o mesmo será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção, conforme o Decreto nº 17.943-A de 1927, criado para consolidar as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

também ao Código de Menores de 1979⁷, ou, à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁸, em 1990. Na realidade seu esboço se deu com a Casa de Correção da Corte, através do Instituto de Menores Artesãos⁹, a partir do Decreto n° 2.745 de fevereiro de 1861.

Já em 1899, sua formatação começa a se consolidar com a criação da Escola Correccional Quinze de Novembro, que teve sua normatização oficializada a partir de 1903, ao regulamentar que a escola receberia menores abandonados e recolhidos por ordem das autoridades competentes, onde estes deveriam permanecer até a idade de 17 anos completos, salvo com a intervenção de um juiz. Nesse sentido, o decreto estabelece que a finalidade da escola seria dar educação física, profissional e moral para esses jovens, onde:

Art. 2º Compreendem-se como abandonados os menores de 14 anos, maiores de nove, que, por serem órfãos, ou por negligência, ou vícios, ou enfermidades, ou falta de recursos dos pais, tutores, parentes, ou pessoas, em cujo poder, guarda ou companhia vivam, ou por outras causas, forem entregues às autoridades judiciárias ou policiais, ou forem encontrados habitualmente sós na via pública, entregues a si

⁷ Constituído pela Lei n° 6.697 de 1979, que dispõe sobre a assistência, proteção e vigilância a menores, o código considera como menor, o indivíduo de até dezoito anos de idade, que fosse encontrado em situação irregular. Além de está exposto em seu texto que as medidas de caráter preventivo seriam aplicadas a todo menor de dezoito anos, independentemente de sua situação. Cabe ainda destacar, que de um modo geral, era considerada situação irregular o menor que estivesse privado de condições essenciais de subsistência, saúde e instrução obrigatória; vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável, além de estar em perigo moral e/ou ser autor de infração penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16697.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

⁸ Nesse estatuto, considera-se criança a pessoa com até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. O mesmo trata sobre a prática do ato infracional, considerado como a conduta caracterizada como crime ou contravenção penal, bem como também afirma que nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante deste ato ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária, ao mesmo tempo em que reforça a afirmação de que a nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal. Em seu texto o estatuto ainda esclarece sobre as Medidas Sócio-Educativas e adverte que as mesmas poderão ser aplicadas ao adolescente sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria do mesmo. Para maiores detalhes consultar a Lei n° 8.069 de 1990 que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

⁹ Esse instituto tinha como público os menores que eram presos pela polícia, caracterizados por vadios, vagabundos ou abandonados; os que eram considerados possuir má índole, pois os pais ou tutores não conseguiam corrigi-los, além dos menores órfãos que não tinham como receber uma educação apropriada em outro lugar. Dentro desse contexto, internamente, eles eram divididos em um grupo onde todos tinham quatorze anos ou mais, e em outro grupo onde todos tinham menos de quatorze anos de idade. Além disso, os grupos deveriam formar quatro classes; a dos distintos (composta pelos jovens que tinham bom comportamento moral, e a docilidade de caráter); a dos úteis, (que eram aplicados e poderiam ser aproveitados nas oficinas desenvolvidas); a dos produtores (os quais ao serem aplicados as oficinas, não mostravam o devido progresso) e a dos aprendizes (composta por aqueles que não se adequaram às outras classes). Entre outras questões, é possível destacar que os mesmos tinham pelo menos uma hora de “recreio”, poderiam receber uma visita por mês, passear aos domingos em turmas de quarenta, acompanhados seja pelo preceptor, capelão, um dos professores ou mestres das oficinas, onde cada uma dessas atividades deveria ter a permissão do diretor, de acordo com o dia que o mesmo designava. Para mais informações consultar Legislação Informatizada - Decreto n° 2.745, de 13 de Fevereiro de 1861. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2745-13-fevereiro-1861-556073-publicacaooriginal-75727pe.html#:~:text=Cr%C3%AAa%20o%20Instituto%20dos%20Menores,%2C%20e%20d%C3%A1%20Dlhe%20Regulamento>. Acesso em: 10 out. 2022.

mesmos e desamparados de qualquer assistência natural.

Art. 3º Sendo a Escola destinada à gente desclassificada, a instrução ministrada na mesma não ultrapassará o que for indispensável à integração do internado na vida social. Dando-lhes, pois, o cultivo necessário ao exercício profissional. Aqueles indivíduos, porém, que revelarem dotes superiores, durante ou no fim do estágio, serão admitidos a qualquer estabelecimento de ensino secundário ou artístico custeado pela União (BRASIL, 1903).

Ao se apropriar de tais informações é possível identificar a semelhança dessa escola com o que Foucault (2014, p. 298-299) denominou de instituição de adestramento, onde os indivíduos eram recolhidos para evitar a prisão, ao mesmo tempo que, através de mecanismo de punição e disciplinamento, se buscava exercer o controle sobre eles e consequentemente iniciar uma gestão útil dos mesmos com o intuito de gerir o corpo, os gestos, o comportamento, as condutas, as aptidões e assim realizar o enquadramento e a submissão desses sujeitos.

Com o decorrer dos anos, a escola passou a se chamar Premonitória Quinze de Novembro, cuja missão era prevenir que os jovens abandonados se tornassem, no futuro, possíveis infratores. Outras instituições também foram criadas para esse fim, porém assumiram um caráter predominantemente repressivo como a Casa de Detenção do Distrito Federal e a Colônia Correccional de Dois Rios, ambas no final do século XIX, com funcionamento ao longo das três primeiras décadas do século XX¹⁰.

Dentro desse contexto, também é importante destacar a Escola João Luís Alves, criada em 1923, designada para receber os menores considerados criminosos e contraventores do sexo masculino, com idade entre 14 e 18 anos, desde que houvessem sido julgados e tivessem a internação determinada pelo juiz de menores, com a justificativa de que seriam “regenerados” pelo trabalho. Diante das mudanças sociais, a demanda por vagas aumentou e consequentemente a criação de novas instituições oficiais de recolhimento, como o Abrigo de Menores do Distrito Federal, depois denominado Instituto Sete de Setembro no final do ano de 1929¹¹.

Diante de tais informações, é plausível realizar uma nova comparação entre as instituições até aqui apresentadas, e o pensamento de Foucault (2015, p. 123-124) quando o mesmo afirma que a partir do século XVIII as casas de detenção e as casas de correção tinham o objetivo de encarcerar e corrigir moralmente os mendigos, os vagabundos e pobres que não

¹⁰ Para informações mais específicas consultar o Portal Arquivo Nacional, através do Programa de pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA). Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/component/content/article?id=573>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹¹ Para informações mais específicas consultar o Portal Arquivo Nacional, através do Programa de pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA). Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/870-escola-joao-luis-alves>. Acesso em: 10 out. 2022.

podiam ou não trabalhavam, já que as mesmas tinham uma função de controle social sobre um determinado segmento da população, uma vez que “o crime não é encontrado no meio da sociedade, mas em locais extrassociais” (p, 51), o que de certa forma explica as ações do Estado em relação a esses indivíduos.

Já em 1941, foi criado o Serviço de Assistência a Menores (SAM), cuja tarefa era prestar, em todo território nacional, amparo social aos menores que não estavam “adequados” às relações sociais da época, o objetivo era centralizar a execução de uma política nacional de assistência, para além do Código de Menores de 1927, ampliando a criação de novos estabelecimentos com esse fim. No entanto, sua perspectiva perpassava pelo sentido corretivo, ao realizar o atendimento psicopedagógico às crianças e adolescentes carentes e com problemas de conduta, nos quais também eram denominados de desvalidos e delinquentes¹².

Assim, em vista do contexto até aqui apresentado, é possível afirmar que para os jovens pobres não restavam saídas emancipadoras, que proporcionassem autonomia ou uma perspectiva de ascensão social. Quando “recolhidos”, a maioria deles era rotulada como delinquentes, e ao serem albergados, eram classificados de acordo com diversos fatores. Já ao saírem, não contavam com ações ou com uma política governamental que os auxiliassem, os encaminhassem ou os orientassem para sobreviver dignamente na sociedade que antes os rejeitou.

Seguindo esse fluxo de mudanças sociais, em 1964, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que tinha como objetivo formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, propiciar assistência técnica aos estados, municípios e entidades públicas ou privadas para a formação de instituições para menores, além de prestar assistência à família, à infância e à juventude¹³, o que originou as FEBEMS nos estados brasileiros.

Em seguida, com a Constituição Federal de 1988 algumas questões sobre a situação da criança e do adolescente no Brasil começaram a ser discutidas de forma mais ampla, entre elas a instituição do dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, diversos direitos e protegê-los da discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Além de definir a maior idade e abrir precedentes

¹² É possível obter mais informações através do Diretório Brasil de Arquivos (DIBRARQ), que é uma base de dados mantida pelo Arquivo Nacional. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/servico-de-assistencia-a-menores-1941-1964>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹³ Essas e outras informações estão dispostas no texto da Lei nº 4.513 de 1964, que trata da criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/4513.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

para a criação do ECA, ao estabelecer que os indivíduos menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, porém estão sujeitos às normas de uma legislação especial”¹⁴, o que veio a engendrar o Sistema Socioeducativo.

Diante desse contexto legal, a criação do ECA em 1990, estabeleceu não só a estrutura legal de direitos sociais para crianças e adolescentes, mas também definiu o conceito de ato infracional, que legalmente é entendido como a conduta de pessoas menores de 18 anos descrita como crime ou contravenção penal, onde estas recebem o nome, na perspectiva legal, de adolescente em conflito com a lei, socioeducando, ou, popularmente referenciado como menor infrator. Além disso, o ECA também fundamentou as bases para a estruturação do Sistema Socioeducativo no Brasil ao determinar o que hoje chamamos de medidas socioeducativas:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. (BRASIL, 1990)

A partir das sanções determinadas pelo ECA é possível perceber que surge no Brasil, o que Garland (1999, p.65) chama de nova racionalidade para se pensar a repressão criminal, onde o Estado busca criar estratégias punitivas como meio de medição para o crime, enquanto questão social. Nesse sentido, ao considerar todos os processos até aqui elencados é importante compreender que a punição voltada para jovens pobres se modernizou, já que atualmente, existe um sistema estruturado por medidas legais que são aplicáveis aos adolescentes que tenham praticado algum ato enquadrado como crime descrito no código penal brasileiro.

Esse sistema, chamado de Socioeducativo, parte do princípio de que os adolescentes não podem ser julgados e condenados à prisão como uma pessoa considerada legalmente adulta. Eles são responsabilizados pelos seus atos através de uma justiça especializada, chamada Justiça da Infância e da Juventude, que de modo geral é materializada pelas delegacias especializadas onde acontecem os primeiros encaminhamentos após a apreensão. Além disso, também faz parte dessa Justiça, as Varas da Infância e da Juventude,

¹⁴ Essas afirmações estão descritas nos artigos 227 e 228 da Constituição federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

onde acontecem os julgamentos e as determinações da aplicação das medidas socioeducativas, e o Ministério Público, através das Promotorias, responsável por fiscalizar a aplicação das leis (CEARÁ, 2015b, p. 52-55).

Hoje o Sistema Socioeducativo segue uma série de determinações, através de leis e decretos, além de contar com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que é um conjunto de diretrizes que fundamentam a execução das medidas socioeducativas no Brasil, “incluindo-se nele, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento ao adolescente em conflito com a lei” (BRASIL, 2012).

Assim, é preciso compreender que no Brasil o Sistema Socioeducativo tem especificidades que dizem respeito à forma como cada estado e município o gerencia, uma vez que o SINASE e demais órgãos fiscalizadores formam um sistema integrado que visa, de certa forma, apenas apresentar parâmetros que fundamentam a aplicação das medidas socioeducativas no país. Nesse sentido, as ações desenvolvidas devem seguir determinações gerais, porém cada instituição tem autonomia para formulá-las e executá-las.

Exemplo disso, recentemente entrou em vigor a Resolução nº 233/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), sobre questões relacionadas às adolescentes privadas de liberdade. De um modo geral, a normativa busca orientar que a existência da livre manifestação da identidade e adaptações necessárias à sua condição é um direito, ao reconhecer que “adolescente privada de liberdade é a pessoa com identidade de gênero feminina que tenha entre 12 (doze) e 17 (dezesete) anos de idade, assim como excepcionalmente entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos” (BRASIL, 2022).

Além disso, a resolução também reconhece “as situações de vulnerabilidade e riscos aos quais frequentemente essas jovens são submetidas à luz de questões interseccionais como cor/raça, etnia, classe social, território, deficiência, práticas religiosas” (BRASIL, 2022). Devido esse contexto, seu texto busca estabelecer recomendações específicas no atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade, de acordo com as condições de cada estado.

Em razão de tudo que foi elencado, é fato que o país vem avançando no que se refere à legalização da penalização de jovens que não se enquadram nas determinações sociais. Na realidade é conhecido por todos que quando se trata de lei, o país é idealmente correto e justo, no entanto, ao normalizar as ações de apreensão e repressão sobre esse segmento social o Estado não resolve um problema que é estrutural e intrínseco a diversos

fatores sociais, que estão ligados desde a desigualdade social, pobreza, desestruturação familiar e falta de emprego, até a oferta da educação.

É válido ressaltar que tais questões remetem ao que Wacquant (1999, p. 57) já conceituou como encarceramento dos pobres nos Estados Unidos, ao afirmar que a atrofia do Estado social corresponde à hipertrofia do Estado penal, onde existe a “escolha de construir para [os] pobres, casas de detenção e estabelecimentos penais em lugar de dispensários, creches e escolas”, o que não é diferente no Brasil.

Portanto, é possível pensar que o fato de existir um sistema que busca “ressocializar” jovens para que eles não ascendam ao Sistema Prisional, não significa que o Estado esteja procedendo corretamente, esteja fazendo o melhor para garantir a harmonia social. Na realidade, é necessário buscar meios para garantir a ampliação de direitos sociais, para que essas pessoas não cheguem a um Centro Socioeducativo e assim possam seguir seu fluxo social “normal”, sem exclusão ou diferenciação.

Porém, para além do ideal, voltemos às questões iniciais sobre contexto sócio-histórico sobre o Sistema Socioeducativo no Brasil. Na seção a seguir partiremos para os principais aspectos normativos que formam a oferta da educação nesse sistema, para que assim, seja possível aprofundar os conhecimentos sobre esse contexto para então construir uma pequena projeção sobre o processo de ensino e aprendizagem nos Centros Socioeducativos, e compreender sobre as perspectivas legais que de um modo geral, engendraram a realidade cotidiana desses espaços.

2.1 Sistema Socioeducativo e a oferta da educação.

Essa seção visa estruturar uma compreensão geral sobre a oferta da educação para jovens que cumprem medidas socioeducativas, uma vez que o senso comum perpetua a ideia, de que no Brasil, o adolescente infrator não cumpre determinações jurídicas e que a privação da sua liberdade é uma ação desregulada, onde o Estado apenas os protege para que depois de um tempo o mesmo volte à sociedade sem ter respondido por seus atos.

Em virtude disso, é importante enfatizar que a oferta da educação básica no contexto de pessoas em privação de liberdade também perpassa por especificidades e questões legais. Com início no Sistema Prisional, através da Lei de Execução Penal (LEP) de 1984, essa oferta recebeu o nome de assistência educacional e até hoje compreende a instrução escolar e a formação profissional do preso e do jovem internado. Em suas determinações essa assistência deve estar integrada ao sistema estadual e municipal de ensino, mantida,

administrativa e financeiramente, com o apoio da União. Além disso, a Lei estabelece que as instituições penais devem contar em suas dependências áreas e serviços destinados a dar assistência à educação, ao trabalho, à recreação e à prática esportiva (BRASIL, 1984).

No Sistema Socioeducativo o embasamento dessa oferta parte das garantias estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 e também do ECA, através dos seus artigos 53 e 124 onde o primeiro afirma que a garantia do direito à educação da criança e do adolescente deve visar o seu pleno desenvolvimento, prepará-los para o exercício da cidadania e oferecer qualificação para o trabalho. Já o segundo ratifica que a escolarização e a profissionalização também são direitos do adolescente privado de liberdade, conjuntamente a realização de atividades culturais, esportivas e de lazer.

No que se refere à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, esta não trouxe em seu texto determinações específicas sobre a educação em espaços de privação de liberdade, o que prova as grandes dificuldades enfrentadas pelo Sistema Socioeducativo até a formulação das suas diretrizes hoje estabelecidas. No entanto, o Estado Brasileiro em 2001, através do Plano Nacional de Educação (PNE), estabeleceu metas que visavam à implantação de atendimento educacional em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos educacionais para adolescentes e jovens em conflito com a lei, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de nível fundamental e médio, assim como também formação profissional (BRASIL, 2013, p. 318).

Em virtude disso, principalmente quando se trata de pessoas em privação de liberdade, conforme trata Maeyer (2011, p. 47), a educação é um meio extremamente importante para a ressocialização, uma vez que a “perda momentânea do direito à liberdade de movimento não leva a perda dos demais direitos, entre eles o direito à educação”. Nesse contexto, ela não pode ser algo facultativo ou uma simples justificativa para a redução de uma pena, ela deve ser garantida como uma ferramenta que auxilie na compreensão sobre a realidade na qual essas pessoas estão inseridas.

Ainda sobre o contexto legal, em 2006 o SINASE, através dos parâmetros socioeducativos¹⁵, trouxe deliberações específicas, principalmente, para a execução das ações referentes à oferta da educação, esporte, lazer, cultura, saúde e família para os adolescentes

¹⁵ A Os parâmetros da ação socioeducativa são orientações gerais destinadas a todas as entidades e/ou programas que executam as medidas socioeducativas e estão organizados em eixos estratégicos que se distribuem em suporte institucional e pedagógico; diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual; cultura, esporte e lazer; saúde; escola; profissionalização/trabalho/previdência; família e comunidade e segurança (BRASIL, 2006, p. 54).

em privação de liberdade. Já em 2012, o SINASE¹⁶ reafirma a importância do acesso à educação desses jovens ao estabelecer que deve ser garantido a inserção desses sujeitos na rede pública de educação, em qualquer fase do período letivo, contemplando as diversas faixas etárias e níveis de instrução. Além de exigir que o Plano de Atendimento Socioeducativo de cada estado, deve, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os todos adolescentes atendidos (BRASIL, 2012).

Em relação à oferta da educação nesse contexto é importante destacar as seguintes ações que devem ser executadas pelas Unidades de Medidas Socioeducativas:

- [...] propiciar condições adequadas aos adolescentes para a apropriação e produção do conhecimento;
- [...] garantir o acesso a todos os níveis de educação formal aos adolescentes inseridos no atendimento socioeducativo de acordo com sua necessidade;
- [...] desenvolver os conteúdos escolares, artísticos, culturais e ocupacionais de maneira interdisciplinar no atendimento socioeducativo;
- [...] oferecer atividades pedagógicas que estimulem a aproximação com a escola. Nos casos em que o adolescente esteja regularmente frequentando a rede oficial, é importante que seja estabelecido contato imediato com a escola de origem para que o adolescente tenha acesso ao conteúdo formal mesmo durante o período de internação provisória;
- [...] desenvolver metodologia específica que garanta abordagens curriculares correspondentes com o nível de ensino de forma a adequar-se ao tempo de permanência na internação provisória (BRASIL, 2006, p.59-60).

No que se refere à legislação, é possível perceber que a oferta da educação para o contexto de privação de liberdade de adolescentes, estabelece ações de caráter flexível, adequadas às particularidades do contexto social desses sujeitos, onde o Estado deve prover caminhos para que os jovens não se distanciem ainda mais do acesso a esse direito. No entanto, a pesquisa de campo possibilitou perceber que a prática habitual dos trabalhos desenvolvidos nos Centros Socioeducativos, segue permeada de dificuldades, de descrédito e de descompromisso, muitas vezes por parte da maioria daqueles que as executa.

Voltando para a perspectiva legal no âmbito nacional, em 2016 foram estabelecidas as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. De um modo geral, as determinações presentes nesta resolução tratam sobre a oferta e a materialização desse atendimento, onde tais providências deverão ser executadas de acordo com os Planos de Atendimento Socioeducativo

¹⁶ O SINASE foi originalmente instituído pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em 2006, no entanto, ele só se tornou uma legislação federal em 2012, através da Lei nº 12.594, quando impôs diversas obrigações as instituições a respeito da aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, além de definir papéis e responsabilidades.

de cada estado, em regime de colaboração federal, a partir das determinações do SINASE.

Sobre essas diretrizes é importante destacar algumas orientações que tornam esse atendimento específico e como um meio de permear a subjetividade dos jovens inseridos em um contexto social difícil, seja enquanto está privado da sua liberdade ou enquanto, aparentemente, está livre na sociedade:

Art. 4º O atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas tem por princípios:

I - a prevalência da dimensão educativa sobre o regime disciplinar;

II - a escolarização como estratégia de reinserção social plena, articulada à reconstrução de projetos de vida e à garantia de direitos;

[...] IV - o investimento em experiências de aprendizagem social e culturalmente relevantes, bem como do desenvolvimento progressivo de habilidades, saberes e competências;

V - o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades de aprendizagem de adolescentes e jovens, em sintonia com o tipo de medida aplicada;

[...] VII - o reconhecimento da singularidade e a valorização das identidades de adolescentes e jovens;

VIII - o reconhecimento das diferenças e o enfrentamento a toda forma de discriminação e violência, com especial atenção às dimensões sociais, geracionais, raciais, étnicas e de gênero.

[...] Art.15 Cabe ao poder público investir no desenvolvimento e difusão de práticas pedagógicas inovadoras voltadas para a escolarização de adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo (BRASIL, 2016).

A partir desses destaques é possível compreender que a oferta da educação e do atendimento escolar no contexto de jovens que cumprem medidas socioeducativas, não é algo simples ou disperso de determinações legais. No Brasil, quaisquer questões ligadas ao Sistema Socioeducativo são delineadas por normatizações, além de serem permeadas pelas relações de forças que moldam o cotidiano de todos que formam esse sistema. Uma vez que, apesar de todas as regulações e regulamentações constituídas até hoje, não existem uma política pública específica que fortaleça a educação de pessoas privadas de liberdade, o que efetivamente ocorre é a formulação de proposições jurídicas e a fiscalização da sua aplicação, porém, essa discussão não cabe neste trabalho.

Portanto, torna-se coerente afirmar que o processo de ensino e aprendizagem no contexto de jovens privados de liberdade, é um cenário delicado, que envolve mais do que metodologias e apontamentos teóricos. É um assunto que perpassa por diversos fatores e especificidades que exigem para além do conhecimento abstrato-conceitual, mas principalmente apropriação da realidade cotidiana na qual os sujeitos desse processo estão inseridos.

A partir desse cenário geral, a seguir, trataremos sobre as principais características do Sistema Socioeducativo no Ceará, para que seja possível compreender as particularidades

que envolvem a estruturação deste trabalho, bem como também as escolhas metodológicas que subsidiaram o ensino de filosofia nesse contexto.

2.2 Sistema Socioeducativo no Ceará: o que temos hoje.

Coo apresentado anteriormente, é possível compreender que no Brasil, o Sistema Socioeducativo, consubstanciado pelo ECA e demais aspectos normativos, é um conjunto de ações que tem como objetivo materializar a aplicação das medidas socioeducativas, onde cada estado o gerencia de acordo com sua realidade a partir das determinações do SINASE. Em outras palavras, é a forma encontrada pelo Estado para aplicar sanções aos indivíduos menores de 18 anos que cometem ato infracional, onde estes, na maioria das vezes, são privados da sua liberdade.

No Ceará, a consolidação desse sistema também passou por reconfigurações, ao enfrentar diversas falhas e fragilidades na sua operacionalização. Nesse sentido, só em 2013 foi criado o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo com foco na readequação do atendimento socioeducativo¹⁷, monitoramento e fiscalização das medidas socioeducativas, além de objetivar a gestão socioeducativa, ao reordenar as Unidades Socioeducativas¹⁸, com ações voltadas para a infraestrutura e implantação de diversas melhorias (CEARÁ, 2013).

Outro destaque, enquanto ação continuada para a reestruturação do Sistema Socioeducativo, em 2016, o Governo do Estado criou a Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS), que de um modo geral, tem como objetivos dispor diretrizes e coordenar a execução de programas e ações voltadas para o atendimento integrado de adolescentes apreendidos por atos infracionais. Além disso, também visa oportunizar aos jovens internos reintegração ao convívio social, mediante o desenvolvimento de programas,

¹⁷ Para explicar de forma objetiva, no Ceará, quando o adolescente é apreendido em flagrante do ato infracional é encaminhado a Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA). Em seguida acontece a chamada Oitiva Informal, que é um procedimento obrigatório, quando o adolescente deve ser apresentado para uma conversa com o promotor de justiça, onde este tem o papel de ouvi-lo, procurando saber os fatos ocorridos. Caso seja decidida a instauração do processo judicial, ou seja, o adolescente foi acusado diante da Justiça, o promotor pedirá a internação provisória, que se concedida pelo juiz manterá o adolescente apreendido por um prazo máximo de 45 dias. A partir de então esse jovem é encaminhado a um Centro Socioeducativo onde inicia seu atendimento socioeducativo. No entanto, ao depender do julgamento, esse adolescente será posto em liberdade ou deverá cumprir outra medida socioeducativa estabelecida no ECA e, no caso da medida de internação, essa não poderá exceder o prazo máximo de três anos (CEARÁ, 2015b, p.31-33).

¹⁸ No Estado do Ceará, Unidade de Medida Socioeducativa ou Centro Socioeducativo, é a instituição onde o jovem cumpre a medida socioeducativa determinada pelo juiz. Hoje esses espaços estão sob a supervisão da SEAS. Neles acontecem a recepção e permanência do adolescente para a internação provisória, e semiliberdade, a internação sanção e internação por sentença, previstas no ECA e nas recomendações estabelecidas pelo SINASE (CEARÁ, 2015a, p.20).

projetos e atividades que objetivem a sua ressocialização, por meio de ações preventivas e de tratamento (CEARÁ, 2016b).

Por último, em 2018, foi criado o Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará, voltado para compilar ações que visam o melhoramento da promoção de direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, com foco no desenvolvimento das políticas de atendimento, com o objetivo de possibilitar para esses jovens as condições necessárias de uma educação que possibilite a reinserção social (CEARÁ, 2018b, p. 14).

Em razão desse contexto, é importante apresentar a informação de que atualmente o estado do Ceará conta, em Fortaleza, com 10 Unidades de Medidas Socioeducativas, chamadas de Centros Socioeducativos¹⁹, e uma Unidade de Atendimento Inicial. Já as cidades de Sobral e Juazeiro do Norte permanecem com três centros, enquanto as cidades de Crateús e Iguatu também contam com um Centro Socioeducativo, totalizando o número de 19 Unidades²⁰.

Além disso, é essencial destacar que os Centros Socioeducativos são responsáveis apenas pela aplicação das medidas socioeducativas que privam o adolescente da liberdade²¹. De modo geral, eles se diferenciam em Unidades de Internação e Unidades de Internação Provisória (UIP), onde as primeiras recebem os adolescentes que cumprirão medidas de internação e as segundas, aqueles que cumprirão medidas de internação provisória e internação-sanção.

Dessa forma, esses centros possuem um Regimento Interno que define os parâmetros de normatização e funcionamento, além dos direitos e deveres dos adolescentes

¹⁹ No que se refere à estrutura física, os Centros Socioeducativos, de um modo geral, possuem os chamados dormitórios onde os adolescentes permanecem quando não estão desenvolvendo atividades, quadra de futebol, refeitório, salas para atendimento técnico e de atendimento de saúde (médico e enfermagem), salas para atividades socioeducativas (arte, cultura, educação básica e profissional) e sala de visita. Em algumas unidades é possível encontrar auditório, consultório odontológico e templo ecumênico. (CEARÁ, 2021, p.59).

²⁰ De um modo geral, cada Unidade conta com um diretor e um coordenador técnico que gerenciam uma equipe administrativa, uma equipe técnica (psicólogo, assistente social, pedagogo, advogado, médico), uma equipe de apoio técnico (auxiliar de enfermagem, instrutor educacional, comumente chamado de socioeducador) e uma equipe operacional de apoio (operadores de body scanner, motorista, auxiliar de manutenção, porteiro/vigia, auxiliares de serviços gerais de limpeza, copa e lavanderia) (CEARÁ, 2015a, p. 80-92).

²¹ Para um melhor entendimento, de um modo geral são medidas socioeducativas que privam o adolescente da liberdade; a medida de internação provisória, aplicada ao adolescente antes da sentença e não deve ultrapassar o prazo máximo de 45 dias; a medida de semiliberdade que pode ser aplicada como primeira medida, ou como forma de progressão do regime para aqueles adolescentes já privados de liberdade. Nessa medida o socioeducando fica sob a custódia do Estado, sendo possível a realização de atividades externas, independente de autorização judicial. Já a internação-sanção, que tem o período de 90 dias ou que pode ser aplicada por descumprimento de uma medida anteriormente imposta, e a chamada somente de internação ou primeira medida, é aplicada ao jovem autor de ato infracional, prevista por no mínimo 06 meses e no máximo 03 anos (CEARÁ, 2015a, p. 22).

internos e das atribuições da equipe que forma o centro. Já em 2022, foi instituído o Regime Disciplinar que define normas, rotinas e procedimentos para a aplicação de medidas disciplinares e de práticas restaurativas, como trataremos na subseção a seguir.

2.2.1 Centros Socioeducativos: normas e rotina(s).

Retomando o pensamento inicial deste capítulo em não ousar discorrer sobre a história do Sistema Socioeducativo no Brasil, mas sim contribuir para o entendimento do contexto da privação de liberdade de jovens, nessa subseção, continuaremos a destacar os principais pontos que possam aprofundar essa compreensão. Porém, focando especificamente nos Centros Socioeducativos que foram os objetos institucionais da pesquisa de campo.

O intuito é compreender com mais clareza e objetividade o contexto empírico da aplicação da pesquisa, uma vez que as aulas de filosofia foram “inseridas” ao fluxo cotidiano do Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro, ofertado para os adolescentes que cumprem a medida de internação provisória de 45 dias, onde abordaremos de forma mais ampla em outra seção. Por conseguinte, nesta parte, ao tratarmos sobre as questões disciplinares que moldam o cotidiano dos Centros Socioeducativos, será possível apreender que essas instituições têm, na realidade, um perfil profundamente disciplinador.

Nesse contexto, de um modo geral, os Centros Socioeducativos Passaré, São Miguel e São Francisco são UIP que recebem jovens do sexo masculino com idade mínima de 12 anos, prioritariamente com residência em Fortaleza e região metropolitana, onde estes cumprem a medida socioeducativa de internação-sanção, já determinada pelo juiz, ou, a medida de internação provisória enquanto aguardam a conclusão do processo de apuração do ato infracional, pelo Juizado da Infância e da Juventude (CEARÁ, 2021, p.15).

A essa realidade, soma-se ainda o objetivo teórico dessas instituições, que é de oferecer aos adolescentes o acesso aos direitos básicos como alimentação, vestuário, calçados, produtos de higiene pessoal e de uso coletivo, acesso à educação, saúde, profissionalização, arte e cultura através das chamadas Estratégias de Ação²², composta pelos eixos; esporte e

²² As Estratégias de Ação são objetivações para a materialização das ações, que são organizadas a partir de eixos: Esporte e lazer, relacionado à prática esportiva dos jovens; Arte e cultura, ligados a atividades de arte e cultura; Educação cujo objetivo é oferecer ao adolescente não apenas um processo de escolarização, mas também a educação de uma forma ampliada, para (re)ambientá-los com a rotina e dinâmica da escola; Profissional, associado aos aspectos da dimensão do trabalho; Atendimento psicossocial, que refere-se a elaboração do Diagnóstico Polidimensional que envolve atendimento técnico multiprofissional individual ou coletivo de todos os setores (serviço social, psicologia, pedagogia, enfermagem e equipe médica), para avaliação do rendimento dos jovens nas atividades ofertadas e o eixo Família, que busca desenvolver ações de reintegração junto às famílias e aos adolescentes (CEARÁ, 2021, p. 17 – 33).

lazer, arte e cultura, educação, profissionalização, atendimento psicossocial e família (CEARÁ, 2021, p.17).

Mediante essa contextualização, seguiremos com as principais características do Regimento Interno dos Centros Socioeducativos, bem como também as informações mais pertinentes do Regime Disciplinar. Uma vez que toda instituição tem suas regras, e com elas a imposição de penalizações como contrapeso para “uma melhor convivência entre seus membros”.

Sobre o Regimento Interno, vejamos os principais critérios normativos que regem esses espaços, através dos aspectos relacionados à rotina institucional vivenciada pelos adolescentes:

I. Rotina Institucional.

Art. 31. As Unidades de Medidas Socioeducativas deverão estabelecer a rotina institucional devendo contemplar, dentre outros, os seguintes itens:

I. Horário de acordar e de dormir.

II. Horário das refeições.

III. Dias e horários das atividades escolares, esportivas, culturais, de lazer, de assistência religiosa, oficinas, cursos, grupos temáticos.

V. Dias e horários da visita dos familiares à Unidade.

VI. Descrição dos objetos de uso pessoal (kit pessoal) e a periodicidade da sua entrega ou troca.

VII. Lista e quantidade de materiais/objetos autorizados a permanecer no dormitório.

VIII. Lista e quantidade de materiais/objetos autorizados a serem trazidos pelos visitantes/ familiares.

IX. Quantidade e duração das ligações telefônicas, devendo ser, no mínimo, uma ligação por semana.

X. Definição da programação da TV e do Rádio.

XI. Quantidade, horário e duração do banho (CEARÁ, 2015a, p. 38).

É simples perceber que a regulação do cotidiano, a administração do tempo, o enquadramento do comportamento, o condicionamento da realidade são alguns dos mecanismos de controle e submissão, nos quais os adolescentes vivenciam durante o tempo em que estão reclusos, ou, em outras palavras em que estão sob a tutela do Estado. Não há diálogo, o que existe é a obediência de uma rotina pré-estabelecida na qual eles devem se adequar, além de seguir o regimento sem questionar e obedecer como meio de evitar castigos, bem como também mais sanções e privações.

A partir de tais elementos, é interessante reflexionar sobre a perspectiva punitiva dos Centros Socioeducativos enquanto espaços institucionalizados para a ressocialização de jovens. Para isso, é possível se remeter a visão de Foucault (2014, p. 180-181) no que se refere à penalidade através da norma, onde “o poder de regulamentação obriga à homogeneidade, individualiza [e] permite medir os desvios” do comportamento, para então determinar quais medidas devem ser tomadas para evitar a desobediência.

Além disso, a partir da observação participante foi possível identificar que os jovens, ao saírem dos dormitórios para a sala de aula ou qualquer outra atividade a ser desenvolvida, devem seguir acompanhados com um socioeducador²³, com a cabeça baixa e sempre com as mãos para trás. Enquanto estão em sala de aula, permanecem dois socioeducadores sentados no corredor de frente para a porta, sempre ouvindo o que se está trabalhando na aula e observando a movimentação dos adolescentes. Já estes não podem ir ao banheiro durante as 03 horas de aula e a água para beber, fica em uma garrafa de plástico, com um único copo, em cima de uma cadeira, no canto da sala.

Tal realidade remete a perspectiva sobre as relações de sujeição que fabricam os sujeitos, onde Foucault (2010. p. 25) discute sobre os vários “processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos” e assim fortalecem os mecanismos de dominação e repressão, seja em uma determinada instituição ou através das relações de poder estabelecidas por aqueles que conduzem a dinâmica social, com o intuito de controlar aqueles que não seguem as idealizadas convenções sociais.

Nesse sentido, é importante evidenciar que a regulação do cotidiano dos adolescentes, também perpassa pela descrição da seção dos direitos, presente no Regimento Interno. Quando além de instituir a obrigatoriedade destes em participar das atividades escolares, profissionalizantes, culturais, esportivas e de lazer, o documento também ressalta que os jovens “devem receber orientação das regras de funcionamento da unidade e das normas deste regimento interno, especialmente quanto ao regulamento disciplinar” (CEARÁ, 2015a, p. 24).

Somando a tais determinações, o enquadramento dos jovens recebem outros reforços, como a tipificação de certos comportamentos em falta disciplinar, que tem como consequência a aplicação de medidas disciplinares e de práticas restaurativas, presentes no Regime Disciplinar, que será trabalhado adiante. Assim, ainda sobre o Regimento Interno destacamos alguns dos deveres impostos aos adolescentes:

²³ O socioeducador é um profissional que deve observar e acompanhar os adolescentes em todos os locais de atividades diurnas e noturnas, além de monitorá-los nos atendimentos técnicos. Entre as diversas funções este profissional deve: “Guardar e organizar os pertences dos adolescentes; Inspeccionar as instalações físicas da Unidade, recolhendo objetos que possam comprometer a segurança; Efetuar rondas periódicas para verificar portas, janelas e portões, assegurando-se de que estão devidamente fechados, atentando para eventuais anormalidades; Identificar as demandas dos adolescentes, encaminhando-as aos setores específicos; Realizar revistas pessoais nos adolescentes nos momentos de recepção, final das atividades e sempre que se fizer necessário, impedindo que mantenham a posse de objetos e substâncias não autorizadas; Acompanhar o processo de entrada das visitas dos adolescentes, registrando-as em livro, fazendo revistas e verificação de alimentos, bebidas ou outros itens trazidos por elas; Comunicar, de imediato, ao coordenador de disciplina as ocorrências relevantes que possam colocar em risco a segurança da Unidade, dos adolescentes e dos funcionários” (CEARÁ, 2015a, p. 90-92).

Seção II

Dos Deveres dos Adolescentes

Art. 6º. São deveres do adolescente, entre outros:

I. Cumprir o previsto neste regimento na rotina institucional, além dos demais procedimentos da Unidade de Medida Socioeducativa.

[...]VII. Portar-se sempre de forma respeitosa dentro e fora da Unidade de Medida Socioeducativa.

VIII. Acessar os espaços restritos da Unidade de Medida Socioeducativa somente com autorização ou acompanhado de funcionário da Unidade, preferencialmente do instrutor educacional.

[...]X. Submeter-se à revista nas seguintes situações: saída e retorno da Unidade; após o recebimento da visita de familiares; após o término das atividades de sala de aula, oficinas, e quando se fizer necessário.

XI. Submeter-se à revista em seu alojamento e em seus pertences, conforme rotina estabelecida pela Unidade de Medida Socioeducativa, e quando esta entender necessário.

XII. Cumprir as medidas sancionatórias que lhe forem impostas, quando autor de transgressão disciplinar ou de novo ato infracional.

XIII. Dirigir-se aos profissionais, colegas e visitantes de forma educada.

XIV. Respeitar a integridade física e moral de seus colegas e profissionais (CEARÁ, 2015a, p. 25-26).

Teoricamente, as informações aqui compartilhadas podem parecer justas ou comuns, no entanto, na vivência o que se percebe é que tais práticas são precisamente impositivas, sem possibilidade de flexibilidade, sem compreensão em relação a qualquer erro, sem parcialidade, sem negociação sobre a punição, sempre numa perspectiva de relacionar comportamento fora do padrão como indisciplina e como consequência a correção.

A prova disso está nas medidas e procedimentos descritos no Regime Disciplinar, onde este se materializa através de um Conselho Disciplinar²⁴ presente em cada Centro Socioeducativo, cujos objetivos são: realizar a análise das ocorrências, sugerir sanções, deliberar sobre orientações referentes ao comportamento dos adolescentes, determinar as medidas disciplinares e as medidas restaurativas que deverão ser aplicadas aos jovens que cometerem faltas disciplinares²⁵ (CEARÁ, 2022, p. 162).

Em razão dessa realidade, é fundamental ter o conhecimento das determinações que geram o enquadramento do comportamento dos adolescentes, e das consequências punitivas caso os mesmos não obedeçam. É importante ter em mente que o cotidiano desses jovens é bem diferente daqueles que estão em uma escola, onde os alunos têm liberdade para se expressar e para buscar meios de desenvolver seus conhecimentos, habilidades e

²⁴ O Conselho disciplinar é a instância deliberativa, de caráter administrativo, responsável pela análise de ocorrências, sugestão de sanções, orientações relativas ao comportamento dos adolescentes e resolução de questões pertinentes à dinâmica institucional, além de encaminhar os casos de faltas disciplinares à prática restaurativa e verificar sua aplicabilidade. (CEARÁ, 2022, p. 161).

²⁵ A falta disciplinar é a conduta do adolescente que coloca em risco a segurança, a disciplina e a ordem no Centro Socioeducativo, desde que reconhecida e tipificada no Regimento Disciplinar, sendo ela classificada em leve, média ou grave. (CEARÁ, 2022, p. 161).

autogestão.

Nesse sentido, destacamos apenas algumas dessas determinações, com foco nas faltas disciplinares e nas medidas disciplinares de natureza leve e grave, para que dessa forma, seja possível imaginar o contexto que engendra as relações internas dos Centros Socioeducativos. Iniciando pela visão geral das disposições de natureza leve:

Art. 11. São faltas disciplinares de natureza leve:

I – Possuir, portar ou utilizar objetos e/ou valores não concedidos ou não autorizados pela Unidade;

[...] III - Entregar correspondência, bilhete ou similar, sem o conhecimento e autorização dos profissionais da Unidade;

IV - Descumprir, injustificadamente, os horários estabelecidos para o funcionamento interno da Unidade;

[...] VII - Obstruir a visão do alojamento;

VIII. Desobedecer às normas de circulação e trânsito interno;

[...] XIV - Induzir ou instigar pessoa a praticar falta disciplinar de natureza leve;

XV - Comunicar-se com visitantes de outros adolescentes sem a devida autorização;

XVII - Entrar em dormitório/alojamento alheio sem autorização;

XVIII - Recusar a entrar ou sair de dormitório/alojamento quando solicitado;

XX - Estar indevidamente trajado;

[...] XXIII - Trocar ou doar refeição entre os adolescentes após ela ser servida;

Art. 12. São medidas disciplinares aplicáveis em casos de transgressões leves:

[...] III. Suspensão da prática recreativa e de lazer pelo prazo de até 02 (dois) dias.

IV. Suspensão da prática esportiva pelo prazo de até 03 (três) dias.

V. Privação de produtos autorizados a entrar em dias de visita (CEARÁ, 2022, p. 161-162).

Ao analisar criticamente a disposição das principais faltas disciplinares, é possível pelo menos entrever uma semelhança dos Centros Socioeducativos com o que Foucault (2014, p 290-291) chama de instituição parapenal, uma vez que ao tornar regra à existência dessas faltas e das medidas disciplinares aplicáveis às mesmas, os Centros passam a desempenhar a função de adestramento, de enquadramento do comportamento dos adolescentes, para que esses possam ser indivíduos submissos.

Dessa forma, torna-se também importante o conhecimento das principais faltas e medidas disciplinares instituídas como de natureza grave, como forma de comparar e qualificar o pensamento sobre as perspectivas implícitas no cotidiano dos Centros Socioeducativos:

Art. 15. São faltas disciplinares de natureza grave:

I - Incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou disciplina;

[...] VI - Portar, usar, possuir ou fornecer aparelho telefônico celular ou outros meios de comunicação não autorizados;

VII Fabricar, guardar, portar ou fornecer objeto destinado à fuga;

[...] XVI - Cometimento reiterado de infrações de natureza média;

[...] XXI - Estabelecer relação sexual como outro adolescente, mediante violência ou grave ameaça;

XXIV - Riscar blusas, paredes, teto, quadros, cadernos, e/ou qualquer outro objeto com escritos e/ou autolesão, cabelo ou sobrancelha e outras menções referenciando

Organizações Criminosas; Cantar músicas e/ou fazer orações de Organizações Criminosas;

XXV - Efetuar movimentação para a divisão de Organizações Criminosas;

XXVIII - Praticar ato obsceno com exposição das partes íntimas quando estiver em áreas coletivas, junto a outros adolescentes ou qualquer membro da equipe [da Unidade].

Art. 16. São medidas disciplinares aplicadas a quem comete transgressões graves:

I. Suspensão da prática recreativa e de lazer pelo prazo de até 07 (sete) dias;

II. Suspensão da prática esportiva pelo prazo de até 07 (sete) dias;

III. Privação de produtos autorizados a entrar em dias de visita;

IV. Restrição de tempo de visita e visita monitorada;

V. Restrição do adolescente ao dormitório por no máximo 07 sete dias, com possibilidade de encaminhamento a ala de medida disciplinar;

VI. Comunicação ao Poder Judiciário com pedido de audiência de advertência;

(CEARÁ, 2022, p. 162-163).

Baseado nesse encaixilhar do comportamento, é possível questionar que as relações de poder que perpassam as relações internas dos Centros Socioeducativos, assemelham-se com o ambiente punitivo de uma prisão? O que de fato difere o Sistema Socioeducativo do Sistema Prisional? O que torna o primeiro menos punitivo que o segundo? O que ofusca as semelhanças do modo como esses sistemas “controlam aqueles que tentam escapar ao poder, como reagem àqueles que transgridem, infringem ou evitam as leis, de uma forma ou de outra” (FOUCAULT, 2015, p. 3)? O que falta para a sociedade entender que o primeiro sistema é praticamente um espaço de “preparação” para que os sujeitos, ali “encaixados”, sejam empurrados para o segundo?

Ao levar em consideração esse jogo de interlocuções, torna-se difícil acreditar que os Centros Socioeducativos são, apenas, instituições que orientam o adolescente, através de um conjunto de ações socioeducativas que contribuem para a sua formação, para que venha a ser um cidadão autônomo e solidário (BRASIL, 2006a, p.46). É mais coerente perceber sua semelhança com o que Foucault (2014, p. 175) chama de sistema disciplinar, que penaliza e reprime, que pune e domina, e que através de “processos sutis, que vão de castigo[s] leve[s] a privações ligeiras e a pequenas humilhações”, busca controlar não só o corpo dos sujeitos ali inseridos, mas também transformar seu comportamento.

Diante dessa realidade alienada pela própria sociedade, é fato que a maioria dos jovens inseridos nesse contexto, não tem muitas opções para não “ascender” a um presídio. E mesmo que essa questão possa ser analisada sob uma perspectiva de política pública, ainda sim, é inaceitável pensar que a privação da liberdade, independente do sistema, socioeducativo ou prisional, possa sozinho preparar efetivamente um sujeito para “o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social” (BRASIL, 2006a, p.46), como está idealizado nos documentos oficiais.

No concreto a materialização de tais perspectivas exige muito mais do que argumentações teóricas. Tal contexto se torna evidente, por exemplo, quando se busca desenvolver ações juntos aos adolescentes que se encontram sob essa realidade de privação de liberdade. No capítulo específico para a descrição da metodologia e os caminhos percorridos para a realização desta pesquisa, será possível perceber a grande parte da burocratização e das dificuldades impostas nas entrelinhas, para a não concretização da mesma. As resistências partiram não só das instituições responsáveis diretamente pelos jovens, mas também daquelas relacionadas à oferta da educação.

Portanto, diante dessa breve exposição sobre parte das especificidades que engendram a realidade da privação de liberdade de adolescentes, no estado do Ceará, torna-se possível imaginar o cotidiano, as dificuldades, as resistências e o ambiente institucional no qual esse trabalho foi desenvolvido. Além disso, é importante compreender que parte das experiências vivenciadas durante a pesquisa de campo não cabem e não são possíveis serem descritas e discutidas aqui.

Nesse sentido, a seguir serão destacadas as informações mais pertinentes ao entendimento do contexto geral sobre a oferta da educação nos Centros Socioeducativos no Ceará. A intenção é situar as principais determinações legais que impõem essa oferta, bem como também esclarecer algumas particularidades. Por último, serão compartilhados os principais elementos que formam o Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro, que possibilitou a realização da pesquisa.

2.2.2 Centros Socioeducativos: as principais características sobre a oferta da educação no Ceará.

Antes de discorrer sobre a oferta da educação nos Centros Socioeducativos, é importante ponderar que, atualmente, no Brasil, a oferta da educação para pessoas privadas de liberdade, se divide entre o Sistema Prisional e o Sistema Socioeducativo. Dessa forma, os sistemas contam não só com normatizações específicas, mas também seguem as legislações nacionais, que se materializam de acordo com a realidade de cada estado.

No Ceará, a oferta da educação desses sistemas estão sob a responsabilidade da Secretaria da Educação (SEDUC), onde a execução das ações está ligada a Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional (CODIN), através da Célula de Educação em Direitos Humanos, Inclusão e Acessibilidade (CEDIA), formando a equipe que promove a Educação para Pessoas Privadas de Liberdade (EPPL). Assim, no que refere ao Sistema Prisional, a

materialização da oferta acontece em parceria com a Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização do Ceará (SAP-CE), por meio da Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso (CISPE) e a Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS)²⁶.

Já no âmbito do Sistema Socioeducativo, a parceria é realizada com a Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS), sob a coordenação direta do Núcleo Estadual da Escola de Socioeducação. E em Fortaleza os Centros Socioeducativos também contam com a cooperação da Secretaria Municipal da Educação (SME), onde a vinculação institucional e apoio pedagógico dos professores, bem como também a matrícula dos adolescentes estão sob a responsabilidade do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) do José Walter e da EEFM Anísio Teixeira, instituições de ensino ligadas diretamente a SEDUC.

Outro ponto a evidenciar, refere-se à normatização estadual, cujo é válido destacar o Relatório ODS 2022 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará), onde um dos objetivos é a efetivação da oferta de educação formal na modalidade (EJA) nos Centros Socioeducativos de Internação do Ceará²⁷. Outro referencial normativo é o Plano Estadual de Educação (2016/2024), com metas para expandir e assegurar a oferta da EJA articulada à educação profissional, em parceria com instituições governamentais afins, para atender as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e os jovens em conflito com a lei, além de assegurar formação específica para os professores inseridos nesse contexto (CEARÁ, 2016a).

Sobre a realidade cotidiana, cada Centro Socioeducativo possui espaços onde a oferta da educação se divide em educação formal e profissionalizante, cuja execução legal se dá a partir das Diretrizes Nacionais para o Atendimento Escolar de Adolescentes e Jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, das Diretrizes Nacionais da EJA, bem como também da Resolução nº 438/12, que dispõe sobre a Educação de Jovens e Adultos, do Conselho de Educação do Ceará (CEC).

Assim, de um modo geral, no que se refere à educação formal para jovens em privação de liberdade:

²⁶ Para informações mais detalhadas consultar o site da SEDUC. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/coordenadoria-de-diversidade-e-inclusao-educacional-codin/>. Acesso em: 07 nov. 2022.

²⁷ Essa deliberação está presente no eixo Programa Proteção e Promoção dos Direitos de Adolescentes em Atendimento Socioeducativo, cujo objetivo é prestar atendimento integral ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa privativa/restritiva de liberdade, fortalecendo sua reinserção sociofamiliar e comunitária. Relatório ODS. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará: ODS 4 - Educação de Qualidade. Nº 04/2022. Fortaleza, Ceará: IPECE. 2022. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2022/10/Relatorio_de_AcoesCeara_ODS_04_2022.pdf. Acesso em: 07 nov. 2022.

A escolarização nos Centros Socioeducativos é ofertada em parceria com as Secretarias Municipal e Estadual de Educação – SME e SEDUC respectivamente, [...] a oferta de escolarização é distribuída conforme o nível de escolarização dos alunos. Sob a responsabilidade dos professores da SME estão os adolescentes que cursaram até 5º Ensino Fundamental ou tenham abaixo de 15 anos e sob a responsabilidade dos professores da SEDUC estão os adolescentes a partir do 6º Ensino Fundamental ou que tenham acima de 15 anos de idade.
[...] A oferta também acontece por meio do Projeto RecomeCE: Desenhando o Futuro – que tem como fundamento os quatro pilares da educação propostos pela UNESCO. O objetivo do projeto é se adequar à dinâmica e rotatividade dos adolescentes que permanecem nas Unidades dentro do período de 45 dias, e a proposta é buscar trabalhar eixos temáticos junto aos adolescentes, a partir de suas vivências e conforme seu grau de escolarização (CEARÁ, 2021, p. 57-58).

Diante das informações até aqui dispostas, teoricamente o desenho da oferta da educação formal nos Centros Socioeducativos busca criar meios para que o adolescente seja direcionado às aulas regulares. No entanto, na prática, existem dificuldades para que isso se concretize, uma delas se refere ao nível de aprendizagem dos jovens, uma vez que alguns deles abandonaram a escola no ensino médio e muitos outros não completaram o Ensino Fundamental I. Nesse sentido, a equipe técnica pedagógica desses espaços, tem a orientação para aplicar uma avaliação diagnóstica e então encaminhá-los ao nível de escolarização mais condizente com a sua realidade, porém, existem casos onde é constatado que o adolescente sabe apenas assinar o próprio nome.

Em relação a esse contexto, é possível afirmar que a oferta da educação para adolescentes em conflito com a lei, no Ceará, é algo em que as dificuldades se colocam para além de encaminhamentos burocráticos de enquadramento e alinhamento cognitivo. É uma realidade que parece seguir inversa às metas institucionais estabelecidas, distante da prioridade de atenção da SEDUC.

Dessa forma, a partir da pesquisa de campo, é possível afirmar que essa oferta coincide com as perspectivas do autor Julião (2014, p. 199-200) em relação à educação, sob essas circunstâncias, ocupar um papel secundário em detrimento aos demais investimentos públicos, como a não criação de espaços adequados para a realização das aulas e demais atividades desenvolvidas, por exemplo, mas apenas a adaptação de “espaços improvisados, muitas vezes em estado precário de conservação”, o que dificulta ainda mais o processo de ensino e aprendizagem.

Na realidade, essa oferta da educação é um universo paralelo e inferior, por diversos motivos, ao das escolas que compõem a educação do estado do Ceará, principalmente ao considerar que os jovens inseridos no contexto de privação de liberdade são permeados por uma realidade sociocultural que dificulta o processo de ensino e

aprendizagem, e que exatamente por isso, torna-se necessária toda uma estruturação específica, uma atenção sensível e especializada para reformular a educação sob essas condições.

Por conseguinte, para além das questões legais, é fato que a educação sob essas circunstâncias exige ações que trabalhem não só a perspectiva cognitiva dos adolescentes, mas também as questões subjetivas que perpassam a formação desses sujeitos, para que seja possível um processo efetivo de ensino e aprendizagem. Porém, tais problemáticas não cabem serem discutidas minuciosamente neste trabalho, sendo assim, pertinente a construção de uma pesquisa mais especializada e detalhada sobre o assunto.

Em face disso, a partir de agora a discussão será voltada para o Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro, que desde 2018 também está inserido na oferta da educação nos Centros Socioeducativos do Ceará. Porém, pelo o que foi possível observar de um modo geral, o RecomeceCE, diante da SEDUC e SEAS, é operacionalizado como uma medida paliativa, para os adolescentes. Um exemplo disso está na falta de atenção técnica e recursos que possam contribuir para o desenvolvimento e ampliação do projeto.

No que concerne ao RecomeceCE, o intuito deste é “conduzir” os adolescentes privados de liberdade, cujo prazo máximo de permanência no Centro Socioeducativo é de 45 dias, a encontrar novas perspectivas de vida, ao abordar uma metodologia fundamentada a partir dos quatros pilares da educação da UNESCO: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, onde as atividades diárias são trabalhadas a partir de temáticas relacionadas à cidadania, justiça, vida em sociedade, dentre outros²⁸.

Desse modo, o projeto é formado por ciclos, onde este é composto por 28 aulas de 03 horas cada, 04 dias por semana, com uma turma no período da manhã e outra turma a tarde, sendo 26 aulas com temas fixos, em todos os 04 ciclos que acontecem durante ano, e 02 aulas com temas voltados para a atualidade, conforme o Planejamento do 4º Ciclo 2022, disposto no ANEXO A. Ao final de cada ciclo, acontece a chamada culminância do projeto, onde são compiladas todas as atividades produzidas e entregue aos familiares dos adolescentes, em um dos encontros do Projeto Abraço em Família²⁹.

²⁸ Para informações mais detalhadas consultar o site da SEDUC. Disponível em: <https://ww11.ceara.gov.br/2018/02/21/educacao-ano-letivo-comeca-nos-centros-socioeducativos-do-ceara/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

²⁹ Esse projeto é uma das ações desenvolvidas nos Centros Socioeducativos cujo objetivo é o fortalecimento de vínculos familiares. Os encontros acontecem mensalmente, sempre na última quinta-feira do mês, como um momento diferenciado de atendimento coletivo com as famílias dos adolescentes, onde além da roda de conversa sobre uma temática específica, são preparadas apresentações protagonizadas pelos próprios adolescentes. Nesse dia, também são realizadas entregas de certificados e/ou materiais que porventura tenham sido confeccionados

A partir desse desenho, idealmente a contextura do Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro possibilita expectativas, quando se propõe a “trabalhar nos jovens o olhar para si mesmo, para requalificar a maneira de enxergar o mundo e se enxergar no mundo, para ser agente de transformação e protagonismo da própria história” (CEARÁ, 2017, p. 4), além de buscar trabalhar com temáticas que proporcione o reconhecimento da importância da identidade pessoal, da valorização da história de vida dos adolescentes e do fortalecimento das potencialidades e habilidades pessoais, contribuindo para elevar a autoestima e o autoconhecimento (CEARÁ, 2017, p. 5).

No entanto, a partir da pesquisa de campo foi possível identificar que o projeto ainda não está consolidado, pois enfrenta entraves. No concreto, as dificuldades perpassam por questões institucionais, pedagógicas e estruturais, onde as primeiras estão relacionadas principalmente à SEDUC, já que a CODIN não acompanha e não orienta efetivamente o desenvolvimento dos trabalhos realizados pelo CEJA José Walter junto aos professores. Além disso, ainda acontece um distanciamento da coordenação do CEJA quanto ao planejamento pedagógico dos professores, o que dificulta o alinhamento entre a metodologia e as atividades desenvolvidas pelos mesmos.

No que concerne ao pedagógico, às contrariedades estão presentes na metodologia trabalhada pelos professores, nos temas escolhidos e nas atividades propostas aos socioeducandos, uma vez que estas partes fundamentais do processo de ensino e aprendizagem não possibilitam as condições adequadas para os alunos desenvolverem a proposta apresentada pelo RecomeceCE. Ademais, as questões estruturais como; “salas” apertadas e quentes; a produção de eco, uma vez que estas são totalmente fechadas; o quadro branco nem sempre está acessível, e também não são oferecidos equipamentos de mídia, além de outras questões presentes nas entrelinhas do cotidiano.

Mediante tais questões, é pertinente ressaltar que além da falta de assistência institucional, a capacitação continuada dos professores ainda é parca, o que dificulta a estruturação de uma metodologia que proporcione o real desenvolvimento dos adolescentes. Dessa forma, é possível reiterar que a proposta ideal do RecomeceCE enfrenta vários obstáculos para se concretizar, já que a realidade prática é perpassada por aulas que não condizem com a realidade cognitiva dos adolescentes.

Por outro lado, mesmo diante das dificuldades gerais colocadas aqui, é relevante afirmar que o Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro é uma iniciativa importante, que

merece ter investimento técnico-estrutural por parte do Estado, pois sua proposta pode realizar resultados positivos juntos aos adolescentes. Assim, baseados nesta visão, os momentos propostos por essa pesquisa tiveram o intuito de observar a contribuição do ensino de filosofia para o processo de ressocialização dos jovens, através do RecomeceCE.

Em virtude desse contexto, os encontros realizados nos Centros Socioeducativos Passaré, São Miguel e São Francisco não seguiram o viés de aula formal, cujo objetivo fosse à assimilação de conceitos, mas de uma perspectiva para pensar e repensar sobre a realidade, sobre as possibilidades e conhecer questões antes invisíveis para esses sujeitos, como será discutido a adiante.

Portanto, esse capítulo buscou apresentar não só o conhecimento geral sobre o Sistema Socioeducativo, mas também destacar a relevância da reflexão sobre a existência, não só de um cenário assimétrico no processo de ensino e aprendizagem entre os adolescentes no Brasil, mas também da realidade sociocultural paralela entre eles. E a partir dessa consciência é importante que, a maioria dos atores que consolidam a oferta da educação no país busquem direcionar a devida atenção técnica e pedagógica para esse contexto social.

A privação de liberdade de adolescentes no país é concreta e afeta direta e indiretamente a sociedade. O encarceramento, independente da faixa etária, é um construto social que não contribui para o desenvolvimento humano. A realidade que constitui essa forma de enquadramento, só gera discrepância e distanciamento entre o ideal e o real da socialização humana.

Baseado em tudo que foi discutido até aqui, a seguir faremos uma breve reflexão teórica sobre os Centros Socioeducativos, como forma de aproximar a teoria da realidade, já que o real é a base não só para as construções teóricas, mas também para as abstrações filosóficas. Pode-se dizer que é um dos meios onde é possível desnaturalizar as convenções sociais, bem como desconstruir as convicções individuais que formam os estereótipos sociais que tantas vezes criticamos e muitas vezes, inconscientemente, alimentamos.

2.3 Unidades de Medidas Socioeducativas: ressocialização ou submissão?

Para iniciarmos a discussão, é interessante perpassarmos reflexivamente sobre algumas das principais questões que formam o contexto sociocultural dos jovens que estão inseridos ao Sistema Socioeducativo no Brasil. Já que estes são socialmente identificados como menor infrator, adolescente em conflito com a lei, delinquente, vagabundo, “avião”, minitraficantes, indivíduos preguiçosos, marginais, desordeiros e até indivíduos de alta

periculosidade.

Ao considerarmos a existência de tais nomenclaturas sociais, é curioso observar que mesmo sendo pessoas em processo de construção psicossocial e de formação da identidade, o construto do status social que faz referência a esses jovens sempre os remete a estereótipos de criminalidade, de indivíduos antissociais. Isso porque, de acordo com Zaluar (1994, p. 59-60), se cristalizou uma “relação direta e imediata entre a baixa renda e a ampliação da criminalidade, [já que] o empobrecimento da população certamente contribui para o favorecimento de certos tipos de crimes”.

Diante dessa visão, outras concepções também acompanham a formação social de tais estereótipos, como aponta Wacquant (1999, p. 49), quando a “precariedade e a pobreza das massas, a generalização da insegurança social [...], o crescimento vertiginoso das desigualdades, alimenta a segregação [e] a criminalidade”, assim como também o desamparado das instituições públicas, que contribuem para que mais jovens passem a identificar o mundo do crime como a única saída para o consumo e até mesmo para a sobrevivência.

Para consolidar todos esses argumentos, vejamos a compreensão de Zaluar (2004) sobre o conceito de sociabilidade negativa, onde a autora destaca algumas situações do real para enfatizar o acesso de crianças e jovens ao mundo do crime:

Algumas questões explicam com clareza o fenômeno da criminalidade, [como a] criança que pouco a pouco corta seus laços com a família e a escola e passa a viver na rua, a submeter-se a toda espécie de usos e abusos. [...] As perdas salariais advindas do processo inflacionário, assim como as novas demandas de consumo de bens duráveis e de vestuário, [fazendo com que] as famílias pobres passem a recorrer ao trabalho infantil e juvenil para complementar a sua renda. [...] Jovens e crianças, muitos deles trabalhando na rua, permanece ao largo das atividades criminosas, em posição mais vulnerável à influência dos grupos organizados de criminosos, [além] do analfabetismo, da baixa escolarização dessas crianças e adolescentes [que] podem ser parcialmente explicados pelo ingresso prematuro no mercado de trabalho (ZALUAR, 2004, p. 69-70).

Além das situações apontadas pela autora, também existe a “opção” do mercado informal de armas e de drogas, já que o dinheiro “chega fácil” e encanta aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social, como algo mais próximo da realidade na qual estão inseridos, como uma saída mais rápida e acessível. Outro fator se remete, atualmente, à participação obrigatória em uma facção criminosa para poder atuar nesse mercado, o que leva a uma maior exclusão social dos jovens, bem como também a ampliação e fortalecimento da segregação socioespacial.

Mediante tal contexto social, se pensado rapidamente, parece ser tolerável à forma

da atuação do Estado diante de sujeitos que estão distantes da sociabilidade legalmente harmoniosa e que se recusam a se distanciar da sobrevivência ilícita, o que converge, por exemplo, para o pensamento de Foucault (2015, p. 231) sobre a elaboração ideológica, de acordo com cada período histórico, em relação à figura do criminoso e sua definição como inimigo social.

Sobre essa questão, ao tratar sobre o termo delinquente, Foucault (2015, p. 43) explica que o mesmo foi criado mais especificamente no século XVIII, no qual determinou a posição e o papel social dos sujeitos relacionados ao termo, além de também caracterizá-los como inimigos da sociedade, cujo comportamento está ligado a outra nomenclatura, a vagabundagem, qualificada como “o conjunto dos errantes, ou seja, um tipo de existência comum, um grupo social que se apresenta como uma contrassociedade”.

Nesse contexto, segundo o mesmo autor, outro termo também tem sua definição consolidada no mesmo período, o vagabundo, o indivíduo que se recusa a trabalhar, que perturba a dinâmica social e se multiplica porque rouba, já que ele estabelece uma relação de poder selvagem contra a sociedade. E a partir dessas representações, surgem os criminosos, “os inimigos sociais em virtude do poder violento que exercem sobre a população, [que] vivem em sociedade sem serem seus membros, vivem nela no estado em que os homens estariam se não houvesse lei” (FOUCAULT, 2015, p.46).

Como é possível perceber, o enquadramento da população pobre a determinadas identidades sociais desqualificadas atravessa séculos, baseado em uma perspectiva de sujeição, sem levar em consideração as reais condições nas quais os indivíduos estão inseridos. E para legalizar o ajuste dessa população, o Estado entra como o executor principal de tal função social, como instituição social que busca preservar o equilíbrio entre o convívio social harmonioso e a garantia do cumprimento das leis.

Tal contexto denota o que Wacquant (2003, p. 27) aponta como vocação do Estado disciplinar sobre as classes inferiores, com uma política de criminalização da pobreza, como forma de “conter o fluxo crescente das famílias desordenadas, dos marginais de rua, dos jovens desocupados e alienados, da desesperança e violência que se intensificam e se acumulam nos bairros [periféricos]”, uma vez que tal política se materializa através da atuação policial e de dispositivos de enquadramento penal, “como contenção repressiva dos pobres através do encarceramento”.

Em relação a esse cenário, mesmo sendo uma conjuntura contemporânea, Foucault (2020, p. 92) no livro *Teorias e Instituições Penais*, ao estudar a dinâmica dos aparelhos repressivos nos séculos XVII e XVIII, já apresenta a função do Estado com a

perspectiva semelhante à de Loïc Wacquan, ao demonstrar a existência de um aparelho estatal caracteristicamente repressivo, através do surgimento da polícia como um dos instrumentos de enquadramento dos indivíduos indesejáveis ao convívio social. Onde através do enclausuramento e posteriormente a prisão, o Estado realizava o controle das massas e a repressão sobre a população.

Por conseguinte, ao determinar que o criminoso “rompeu o pacto social, portanto é inimigo da sociedade inteira, [e] o menor crime ataca toda a sociedade” (FOUCAULT, 2014, p. 88), o Estado usa o direito de punir para defender a sociedade, para exercer o papel de mediador diante das inconsistências das relações sociais. No entanto, é fato que toda essa construção histórica de justificação do poder arbitrário do Estado não condiz com a realidade social, muito menos contribui para a mudança desta.

Outra perspectiva interessante, apresentada por Foucault (2014, p. 127), refere-se à justificação em relação à funcionalidade da prisão, quando esta é apresentada como um lugar para as transformações individuais que devolverão ao Estado e a sociedade os indivíduos que estes perderam para a criminalidade, uma vez que “a correção individual deve então realizar o processo de requalificação do indivíduo como sujeito de direito”.

Assim, de um modo geral, até hoje o Estado busca enquadrar os indivíduos as determinações sociais por ele estabelecidas. Mesmo criada há séculos atrás a prisão ainda é um dos meios de repressão que a sociedade contemporânea utiliza para impor limites àqueles que não obedecem e não se contentam com a forma como são tratados. Como é o caso, por exemplo, da criação do Sistema Socioeducativo que se materializa através da privação de liberdade de jovens em Centros Socioeducativos.

2.3.1 Centros Socioeducativos assemelham-se com o ambiente punitivo de uma prisão?

A discussão anterior buscou ressaltar parte da realidade contemporânea na qual os jovens em privação de liberdade estão inseridos, bem como também apresentar rapidamente a construção sócio-histórica dos estereótipos sociais sob os quais eles geralmente são submetidos, além de resumidamente fundamentar as ações do Estado frente à população mais pobre, principalmente em relação à repressão e o enquadramento desse segmento social, através da supressão da liberdade.

Em virtude disso, buscaremos argumentar sucintamente a semelhança entre os Centros Socioeducativos e uma prisão voltada para pessoas adultas, uma vez que legalmente, no Brasil, os primeiros, teoricamente, tem uma função socioeducativa cujo objetivo é “o

respeito aos direitos fundamentais do adolescente em conflito com a lei, a preparação do jovem para o convívio social, a sua preparação para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho” (BRASIL 2006b, p. 23-24).

Em contraposição a tal pretensão, ao voltarmos para o contexto da subseção *Centros Socioeducativos: normas e rotina(s)*, para analisarmos o Regimento Interno e sequentemente a rotina institucional vivenciada pelos jovens, é possível perceber que essa regulação do cotidiano pode ser relacionada ao que Foucault (2014, p. 153) conceituou de poder disciplinar e seus processos de repartição disciplinar, que buscam controlar as atividades e principalmente o tempo dos indivíduos em uma determinada instituição, para assim realizar o monitoramento do comportamento.

Assim, ao ler atentamente a descrição da rotina, é interessante observar que entre as determinações descritas existe a definição, por exemplo, do horário de acordar, de dormir, horário das refeições, da quantidade e duração do banho e do desenvolvimento das atividades, o que pode ser comparado aos processos descritos por Foucault como repartição disciplinar, como uma “técnica para a apropriação do tempo das existências singulares, para reger as relações do tempo, [para] capitalizar o tempo dos indivíduos” (FOUCAULT, 2014, p. 154) e assim exercer poder sobre eles.

Outro exemplo, a ser explorado, relaciona-se aos deveres impostos aos adolescentes como: acessar os espaços do Centro Socioeducativo somente com autorização ou acompanhado de um socioeducador; submeter-se à revista em seu alojamento e seus pertences; cumprir as medidas sancionatórias que forem impostas. Por conseguinte, tais regulações do comportamento também podem ser associadas ao poder disciplinar analisado por Foucault no livro *Microfísica do poder*:

Poder disciplinar [...] é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder; são métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade. [...] Trabalha o copo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade (FOUCAULT, 2019, p. 21).

Ao considerar as semelhanças entre as questões estabelecidas no Regimento Interno e as proposições colocadas por Foucault, é viável compará-las ao cotidiano estabelecido nas prisões. O preso é constantemente monitorado, controlado e enquadrado em um patamar de inferioridade, restando-lhe apenas obedecer. Qualquer comportamento “fora” das determinações internas é motivo de sanção, não existe flexibilidade quando se trata do Sistema Prisional, nele a privação da liberdade é uma forma de punir e o encarceramento é

compreendido como um meio para moldar os indivíduos às convenções sociais.

Seguindo com as argumentações, as faltas disciplinares e as medidas aplicáveis em casos de transgressões dessas faltas, presentes no Regimento Interno, também reforçam as questões apresentadas acima. A título de exemplo tem-se: descumprir os horários estabelecidos; comunicar-se com visitantes de outros adolescentes sem autorização; entrar em dormitório alheio sem autorização; recusar a entrar ou sair de dormitório quando solicitado; estar indevidamente trajado; trocar ou doar refeição entre os adolescentes após ela ser servida. E como medida disciplinar aplicável às transgressões destaca-se: a suspensão da prática recreativa, esportiva e de lazer pelo prazo de até sete dias, restrição do adolescente ao dormitório por no máximo sete dias, com possibilidade de encaminhamento a ala de medida disciplinar.

Baseado nesse contexto, é notório a simetria entre um Centro Socioeducativo e uma prisão. O que diferencia, de primeiro momento, é que para o preso algumas das possíveis transgressões é de fato uma proibição, assim como algumas das medidas disciplinares já é uma negação concreta de direitos. Assim, uma analogia minuciosa permite afirmar que o socioeducativo parece preparar o jovem para uma possível “escalada” até o prisional em detrimento de uma efetiva ressocialização.

Somando-se a esse viés, se a pretensão do Sistema Socioeducativo, no Ceará, é apresentar para a sociedade um jovem reestabelecido em relação às suas faltas e conscientes do seu papel social, a forma como as relações internas nos Centros Socioeducativos são conduzidas não permitem o alcance de tal pretensão. Ao contrário disso, ele reprecende e reconduz a sociedade um adolescente que ao ser privado da sua liberdade conheceu o efeito institucional de ser socialmente excluído.

Os casos de reincidência podem ser uma realidade que advenha de tais circunstâncias, o que mais uma vez nos remete a enunciar Foucault (2014, p. 128) sobre a intenção do Estado em formar sujeitos submissos e não sujeitos de direitos, uma vez que as “formas de coerção, esquemas de limitação, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, [formam] o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens [e] a uma autoridade”.

Nesse sentido, os jovens ao terem vivenciado a excessividade do controle e da punição, voltam para sua existência concreta sem orientação reflexiva sobre seus direitos e condicionados a obedecer, o que facilmente os leva, mais uma vez, a reaproximação com criminalidade, com a hierarquia das suas organizações. Só que desta vez, ele volta para a sociedade mais rebelde e desesperançoso em ascender a uma realidade mais digna, ele retorna

com a certeza de que recorrer às facções para ter arma e abrigo é a saída mais rápida para a sua sobrevivência, para eles, por exemplo, “pertencer a uma delas é garantia de proteção e bom tratamento na prisão” (ZALUAR, 1994, p. 108).

Portanto, é notório que o processo de ressocialização de jovens em privação de liberdade está distante dos ideais colocados pela legislação. Esse processo depende muito mais de políticas públicas que perpassem efetivamente o cotidiano desses adolescentes em detrimento da criação de espaços de supressão da liberdade. A permanência em um Centro Socioeducativo não garante a (re)construção de um sujeito de direitos, pelo contrário, ela distancia tal ascensão e cristaliza a exclusão social antes vivenciada.

Afinal a realidade de muitos desses jovens já é uma privação de direitos, de acesso a determinados lugares, a muitos bens materiais e formas de consumo. Antes da restrição institucional do direito de ir e vir, vários adolescentes vivem cerceados pelos limites territoriais “pertencentes” às facções criminosas. Os muros e as sanções dos Centros Socioeducativos, em comparação a realidade concreta desses sujeitos, não intimidam suas convicções, eles apenas reforçam a certeza de que ser efetivamente um “cidadão” está distante das condições sob as quais eles vivem.

Ao considerar esse jogo de interlocuções, é válido reconhecer que essa discussão exige uma pesquisa bem mais detalhada e voltada especificamente para a confrontação entre o Sistema Socioeducativo e o Sistema Prisional, assim como as semelhanças existentes em cada uma das suas instituições. No entanto, buscamos aproximar tal questão como base de compreensão sobre o contexto da aplicação da pesquisa.

3 A CONSUBSTANCIAÇÃO DA PESQUISA: METODOLOGIA E OS IMPASSES DAS QUESTÕES BUROCRÁTICAS.

A construção deste trabalho foi permeada não só pelos desafios habituais no que se refere à estruturação da metodologia, da organização e da análise dos dados, do levantamento bibliográfico e documental, do envio do projeto à Plataforma Brasil e consequentemente a apresentação ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFC. Uma vez que a sistematização da prática, a aplicação da mesma, ou seja, a concretização da pesquisa de campo foi atravessada por processos burocráticos impostos pelas instituições responsáveis pelo campo da investigação empírica.

Em face disso, inicialmente iremos parafrasear Maria Cecília de Souza Minayo sobre seu ponto de vista em relação à pesquisa e metodologia, no livro *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Isso porque partimos do pressuposto de que a pesquisa na área da educação envolve uma realidade social, e nesse sentido, apresenta passadiços com características da pesquisa social. Onde no caso deste trabalho, se refere principalmente a questões sociais intrínsecas à situação de jovens em privação de liberdade.

Segundo a autora, “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”, e que a realidade social “é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela” (MINAYO, 2002, p. 15-16). Partindo desse viés, também é possível defender a tese de que todo objeto de pesquisa que envolva seres humanos perpassa a subjetividade, as especificidades de um dado contexto social, e das relações sociais que os formam.

Para uma melhor compreensão dessa perspectiva, para Minayo (2002, p. 17-18) a pesquisa social se ocupa em apreender os fenômenos e os processos sociais, e por isso é carregada por subjetividades. Já que “as questões [da sua] investigação estão relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas e são frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos”, que no caso deste trabalho está relacionado às especificidades do contexto no qual o objeto da pesquisa está inserido, os Centros Socioeducativos.

Diante de tais colocações, este trabalho além de ser perpassado por elementos da pesquisa social, também possui aspectos de uma pesquisa-ação que, “ao mesmo tempo em que realiza um diagnóstico e a análise de uma determinada situação, propõe ao conjunto de sujeitos envolvidos mudanças que levem a um aprimoramento das práticas analisadas” (SEVERINO, 2013, p. 105), já que a hipótese deste estudo se refere ao ensino de filosofia

como instrumento de mediação para o processo de ressocialização de jovens em privação de liberdade, através do Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro.

Assim, na seção que segue teremos a descrição própria da metodologia que estruturou este trabalho, uma vez que ela é “o caminho do pensamento, a prática exercida na abordagem da realidade, [pois] inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas [...], a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência” (MINAYO, 2002, p. 16). Ou seja, além de ser importante para a compreensão geral da pesquisa, a metodologia é o percurso que fundamenta a consubstanciação de um trabalho, à medida que possibilita a sustentação entre o ideal e o concreto.

Por fim, será compartilhada uma breve e objetiva descrição em relação às questões burocráticas, pois elas afetaram diretamente a execução prática e a coleta de dados da pesquisa. Uma vez que estas atividades são uma “tarefa cansativa e toma, quase sempre, mais tempo do que se espera [e] exige do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além [de um] entrosamento das tarefas organizacionais e administrativas com as científicas” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p.165).

Além disso, entender o caminho percorrido, o contexto assimilado e as determinações impostas pela dinâmica real da pesquisa de campo, são imprescindíveis não só para que outros estudos possam ser realizados futuramente, mas principalmente para se compreender a escolha e ideação dos instrumentais da coleta de dados.

3.1. Os elementos metodológicos.

Retomando o viés inicial de que este trabalho conjuga características da pesquisa ação e da pesquisa social, a sua construção partiu de uma abordagem qualitativa, não só no que se refere à análise e a coleta dos dados, mas também diante da utilização das técnicas e da construção do referencial teórico, já que as questões empíricas exigiram certa escapologia diante das dificuldades vivenciadas através da pesquisa de campo.

Para auxiliar essa perspectiva qualitativa foram utilizadas a análise documental e a pesquisa bibliográfica com o intuito não só de construir uma discussão sobre os dados empíricos em relação às contribuições teóricas, mas também de buscar fundamentação para a investigação crítica sobre as possibilidades em relação ao ensino de filosofia enquanto instrumento de mediação para o processo de ressocialização de jovens em privação de liberdade.

No que se refere à análise documental, que trata do “levantamento, exploração de

documentos fontes do objeto pesquisado e registro de informações retiradas nessas fontes” (SEVERINO, 2013, p. 124), se deu através de documentos oficiais e publicações parlamentares: as leis, os decretos, as resoluções, as portarias e as diretrizes pesquisadas via internet, principalmente através da Legislação Informatizada, do Portal Arquivo Nacional, que contém a legislação do século XIX e XX, do Brasil.

Tal prática contribuiu para a construção da análise crítica sobre as ações do Estado através da formulação de leis e mecanismos que visam legalizar a privação de liberdade de jovens, além de ter auxiliado uma rápida compreensão sobre a formação histórica do Sistema Socioeducativo no Brasil e a organização desse sistema no Ceará, bem como também a disposição objetiva do Regimento interno e do Regime disciplinar que mediou uma visão geral em relação aos Centros Socioeducativos.

No que concerne à pesquisa bibliográfica, esta foi realizada mediante leitura sistemática de livros e artigos e também fichamento dos mesmos, dando ênfase às discussões referentes às categorias ensino de filosofia, Centros Socioeducativos e ressocialização, em busca de organizar um embasamento teórico que possibilitasse a construção de reflexões teórico-críticas, principalmente sobre as principais contribuições do ensino de filosofia para o processo de ressocialização de jovens em privação de liberdade.

Para a efetivação da pesquisa bibliográfica, as questões teóricas referentes à discussão sobre os Centros Socioeducativos e a ressocialização, estão relacionadas às conceituações de Michel Foucault através das obras: *Em defesa da sociedade; curso no Collège de France (1975-1976); Vigiar e punir: nascimento da prisão; A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973); Microfísica do Poder* e também *Teorias e instituições penais: curso no Collège de France (1971-1972)*.

Como implemento para essa discussão, foi parafraseada as perspectivas da autora Alba Zaluar, com as publicações *Condomínio do diabo* e *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*, já que ela é precursora em estudos sobre crime, violência urbana e políticas sociais, bem como é referência em sociologia e antropologia urbana e estudos sobre violência no Brasil. Soma-se ainda o pensamento de Loïc Wacquant, com os livros *As prisões da miséria* e *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*, uma vez que esse autor estuda temas como desigualdade urbana, marginalidade, instituições carcerárias e políticas penais, além de realizar pesquisas sobre os guetos americanos, assim como também

o gueto e sua relação com a estratificação social e racial³⁰.

E para subsidiar os questionamentos sobre a realidade concreta dos sujeitos da pesquisa, recorreremos às contribuições das produções cinematográficas que buscam retratar a realidade cotidiana da criminalidade e das concepções sociais, como os filmes *Carandiru* e *Tropa de Elite* e os documentários *Morros dos Prazeres*, *Juízo e Justiça*.

Em relação à discussão sobre a análise dos dados e ao ensino de filosofia e suas contribuições para o processo de ressocialização entre os principais autores estão: Alejandro Cerletti; Walter Kohan; Silvio Gallo; Celso Favaretto; Cipriano Luckesi; Paulo Freire; Maurício Langon; Ricardo Melani; Altair Favero; Elisete Tomazetti; Pedro Gontijo.

Sobre o campo e os sujeitos da pesquisa, a idealização inicial partiu da curiosidade em entender o cotidiano de jovens em privação de liberdade, em como se conforma o processo de ensino e aprendizagem em Centros Socioeducativos no Ceará e quais perspectivas legais mediam a oferta da educação nesses espaços. Na realidade prática, tais questões foram possíveis a partir da vivência em três Centros Socioeducativos, Passaré, São Miguel e São Francisco localizados em Fortaleza.

Em relação aos sujeitos, estes são os adolescentes privados de liberdade ligados a esses Centros Socioeducativos, com capacidade de internação, teórico-legal, de 90 jovens com idade entre 12 e 21 anos, cuja permanência é relativa à sanção determinada pelo juiz. No entanto, o universo da pesquisa está relacionado apenas aos socioeducandos que formam as turmas do Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro.

Nesse contexto, esse universo foi delimitado a partir do acompanhamento de três turmas, uma em cada Centro Socioeducativo, todas durante o período da tarde, cuja média foi de 12 alunos em cada turma. Nesse sentido, por ser um número restrito de sujeitos, buscamos tomar como amostra da pesquisa os dados de todos os 12 socioeducandos, porém, a título de socialização dos instrumentais aplicados e seguindo critérios determinados pelas SEAS, escolhemos apenas 06 alunos de cada turma para compartilhar seus questionários, apresentados no apêndice A.

Quanto às técnicas, a observação participante, utilizada não só “para conseguir informações [referentes à] obtenção de determinados aspectos da realidade, mas também [para] examinar fatos ou fenômenos” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 190) do cotidiano dos jovens nos Centros Socioeducativos, foi realizada, principalmente, através das oito aulas de filosofia, de acordo com o Roteiro dos encontros, no apêndice B. Além disso, foi

³⁰ Disponível em: < <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/lo-c-wacquant-364>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

necessário à construção de dois questionários enquanto atividades a serem realizadas pelos socioeducandos, sendo o primeiro semiestruturado por conter perguntas objetivas e subjetivas, e o segundo de forma estruturada devido à disposição de respostas objetivas pré-definidas, conforme o apêndice C.

No que se refere à coleta de dados, esta foi realizada a partir da aplicação dos dois questionários citados acima, uma vez que estes foram “destinados a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos” (SEVERINO, 2014, p. 109), onde o primeiro tratou da sondagem sobre o conhecimento em relação à existência da filosofia e a sua funcionalidade, e o segundo sobre a compreensão dos socioeducandos apenas em relação à funcionalidade, a partir das vivências e conhecimentos construídos durante os encontros.

Além dos instrumentos indicados acima, também foi utilizado o diário de campo onde foram “anotadas todas as observações de fatos concretos, fenômenos sociais, acontecimentos, relações verificadas, experiências pessoais, as reflexões e [os] comentários” (SILVA e MENEZES, 2005, p. 76) que formaram a resolução das questões burocráticas e dos aprendizados vivenciados durante a aplicação prática da pesquisa nos três Centros Socioeducativos.

E no que diz respeito à análise dos dados, ao seguir a perspectiva qualitativa em relação às informações coletadas durante a pesquisa de campo, também buscamos sistematizar de forma quantitativa, através de duas tabelas, com o objetivo de facilitar a compreensão objetiva das respostas dos 12 socioeducandos de cada Centro Socioeducativo.

Assim, para complementar a descrição desse arcabouço geral, a seguir serão compartilhadas as questões burocráticas que contribuíram para um aprendizado que não é proporcionado pela academia e cuja importância é fundamental para pesquisas com pessoas em privação de liberdade no Ceará, ao passo que também auxiliará outros projetos em relação à elaboração de um plano de trabalho mais objetivo, sem os mesmos percalços e dificuldades enfrentados durante a ida ao campo.

3.2. Os impasses das questões burocráticas.

Para escolher o campo e os sujeitos da pesquisa, foi necessário partir do pressuposto de que seria muito cômodo analisar as contribuições do ensino de filosofia em uma escola habitual, com adolescentes “comuns”, e que seria até mesmo confortável aplicar os estudos no próprio local de trabalho. Diante desses questionamentos, hoje a concepção é de

que se assim houvesse ocorrido, teria sido como se a comodidade fosse mais importante do que o real aprendizado, como se a hipótese já estivesse confirmada desde o início, como se não houvesse acontecido desafios.

Em virtude disso, a determinação em conhecer e contribuir com um público que ainda não é o centro de estudos, não só do ensino de filosofia, como também da educação, foi à base para a persistência, do caminho percorrido, para as dificuldades superadas e principalmente para as imposições institucionais, onde tamanha burocracia projetava o pensamento de que os adolescentes em privação de liberdade são jovens intocáveis ou extremamente perigosos.

Diante dessas perspectivas, o objetivo desta seção não é apenas demonstrar o valor dessa pesquisa, mas principalmente explicitar o quanto pode ser difícil buscar trabalhar com as minorias, mas que isso não é impossível. Outro intuito é facilitar o caminho a ser percorrido para aqueles que se interessarem em ampliar esse estudo, e para que assim, também seja possível a insurreição dos saberes dominados³¹.

Em face disso, segue uma descrição objetiva do caminho burocrático calcorreado para a materialização da etapa empírica da pesquisa, uma vez que tais experiências reconfiguraram a estruturação da dissertação, ocasionando mudanças desde a adaptação do número e do conteúdo das aulas, à reformulação dos instrumentais de coleta de dados, e principalmente sobre o olhar em relação aos sujeitos da pesquisa.

3.2.1 Descrição objetiva das questões burocráticas

Por mais que pareça redundante a ênfase dada às questões burocráticas que engendraram essa pesquisa, tomar conhecimento das imposições e das dificuldades enfrentadas também é uma forma de apropriação da realidade que envolve os Centros Socioeducativos, uma vez que além das diferenças que envolvem o contexto educacional de jovens privados de liberdade e jovens em escolas regulares, também existem relevâncias entre a conjuntura de uma pesquisa realizada em um local de trabalho e as entrelinhas que conformam os ambientes externos, principalmente quando de difícil acesso.

Em consonância com essa perspectiva, a busca pela possibilidade de execução da

³¹ No livro *Microfísica do Poder*, Michel Foucault trata, entre outras questões, da relação entre o poder e o saber. Nesse sentido, ele busca ressaltar que os conhecimentos cientificamente reconhecidos validaram determinadas ciências, objeto de saber, profissões e discursos. Assim, ao longo do tempo uma série de saberes são desqualificados “como insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade” (FOUCAULT, 2019, p. 266).

pesquisa teve início em maio de 2021, quando aconteceu a visita à SEDUC/CODIN, para sondagem em relação ao trabalho de campo, cuja orientação foi de sondar presencialmente com a gestão do CEJA do José Walter, para o alinhamento de informações sobre a pesquisa. No entanto, de junho a novembro do mesmo ano as ligações e *e-mails* enviados para o CEJA, com o intuito de agendar um encontro com a gestão da instituição, quando havia o atendimento, às solicitações eram postergadas com a justificativa de medidas sanitárias em relação às questões referentes à COVID-19.

Em 2022, durante o mês de janeiro não houve atendimento, e em fevereiro a partir de uma visita ao CEJA do José Walter, sem agendamento prévio, para sondagem e alinhamento de informações sobre a pesquisa, foi solicitado uma carta/ofício para a realização da mesma, com a justificativa de que as questões de acesso aos Centros Socioeducativos são muito delicadas e burocráticas. Nesse sentido, em março, ao entregar o ofício ao Coordenador do CEJA, houve a assinatura da Autorização institucional para a realização de projeto de pesquisa para envio à Plataforma Brasil – anexo B. Em contrapartida, surge outra solicitação para entregar à coordenação do CEJA uma via do Parecer de aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da UFC (CEP), através da Plataforma Brasil.

Durante o mês de abril e maio de 2022, foi enviado o projeto de pesquisa para o CEP, via Plataforma Brasil, em seguida a entrega do Parecer de aprovação do CEP ao Coordenador do CEJA, conforme o anexo C, todavia outra determinação é estabelecida, em relação à aquisição de um requerimento para realização da pesquisa junto ao Setor de Protocolo da SEAS – anexo D. Não obstante, outra demanda é definida pela SEAS, referente à produção de uma solicitação de autorização para realização da pesquisa direcionada ao juiz, no Setor de Protocolo da 5ª Vara de Execução de Medidas Socioeducativas – apêndice D. Ainda durante o mês de maio, depois de algumas visitas a 5ª Vara de Execução de Medidas Socioeducativas, a autorização para realização da pesquisa, emitida pelo juiz, conforme o anexo E, foi entregue ao Setor de Protocolo da SEAS.

No que se refere ao mês de junho de 2022, após a análise do requerimento para realização da pesquisa, pelo Núcleo Escola e Estadual de Socioeducação, o mesmo concedeu a Carta de Anuência para realização dos trabalhos – anexo F. Em seguida, após algumas visitas ao CEJA do José Walter, sem agendamento prévio, foi definida uma reunião com a Diretora para alinhar as informações finais sobre o início das aulas nos Centros Socioeducativos. No entanto, a mesma informa que o passo a seguir é aguardar orientações, uma vez que é necessário o conhecimento e a autorização da CODIN/SEDUC.

Em continuidade às ações desenvolvidas durante o mês de junho, via e-mail,

conforme apêndice E, foram solicitadas orientações à Diretora do CEJA, de acordo com as informações alinhadas anteriormente. Porém, apenas durante a semana seguinte, através de uma ligação, a Diretora do CEJA informou que as aulas referente à pesquisa seriam ministradas de acordo com cronograma do Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro. Ainda sem respostas sólidas, foram necessárias mais visitas ao CEJA do José Walter, sem agendamento prévio, para solicitar o cronograma do início das aulas nos Centros Socioeducativos.

Para finalizar o mês de junho, a gestão do CEJA informa que antes do início das aulas é necessário participar de uma reunião, já prevista, com um representante da CODIN e os professores do Projeto RecomeceCE, bem como também da importância de estar presente em pelo menos 04 planejamentos com os demais professores do projeto. Já em julho, a coordenação do CEJA afirmou que por ser o mês de férias dos professores, não seria possível desenvolver atividades nesse período.

Sobre o mês de agosto, o comparecimento à reunião e a um planejamento no CEJA do José Walter, ao realizar coleta de dados através da observação participante, foi decidido pela coordenação do CEJA e pelos professores do Projeto RecomeceCE, a mudança dos demais planejamentos para o formato on-line, com horário incompatível para acompanhamento dos mesmos. Nesse sentido, ainda sem previsão concreta do início da aplicação prática da pesquisa, foi necessária outra visita ao CEJA, sem agendamento prévio, para solicitar previsão concreta em relação à execução das aulas, onde a gestão informou que o início dos trabalhos estava previsto para dia 05 de setembro.

Para enfatizar que a descrição sobre as questões burocráticas não é uma parte frívola deste trabalho, durante o mês de setembro de 2022, ao comparecer a Unidade Socioeducativa Passaré, para início da aplicação prática da pesquisa, o Diretor da Unidade informou que não seria possível o início das aulas, sendo necessário realizar mais um procedimento para a efetiva permissão em relação ao desenvolvimento dos trabalhos junto aos Centros Socioeducativos. Diante da entrada não autorizada, um novo encaminhamento da informação foi direcionado ao coordenador do CEJA, via e-mail, conforme apêndice F.

Consecutivo a tais empecilhos, ainda em setembro, uma nova solicitação e cronograma de acesso aos Centros Socioeducativos, foi entregue ao Setor de Protocolo da SEAS – apêndice G, onde posteriormente o acesso para o início das aulas foi autorizado pelo Núcleo Escola e Estadual de Socioeducação/SEAS, como pode ser confirmado através do anexo G. Em seguida, a título de conhecimento e alinhamento, a informação foi repassada via e-mail para a coordenação do CEJA do José Walter – apêndice H.

Por fim, após a superação de todas as determinações impostas, ainda em setembro foi possível concretizar o primeiro acesso ao Centro Socioeducativo Passaré para apresentação do plano de aula ao Diretor da Unidade Socioeducativa, bem como também para solicitar um acordo interno com o mesmo para a realização de encontros complementares às sextas-feiras. Em outubro de 2022 as mesmas ações aconteceram através do primeiro acesso ao Centro Socioeducativo São Miguel, e sobre o Centro Socioeducativo São Francisco tais negociações só foram possíveis em novembro do mesmo ano.

Diante desse relato de experiência, é possível afirmar que uma pesquisa não é construída apenas com métodos teórico-metodológicos e com técnicas convencionais. É necessário não só a criatividade do pesquisador, como também a sua determinação em não desistir do seu objeto, em buscar o novo, em contribuir para novos estudos e ampliar o que já se conhece. Nesse sentido, indicaremos um caminho mais objetivo para que outros pesquisadores também possam desenvolver trabalhos que venham a contribuir para o desenvolvimento de jovens em privação de liberdade no Ceará:

- a) Visita de sondagem ao CEJA do José Walter ou EEFM Anísio Teixeira, de acordo com os objetivos da pesquisa;
- b) Levantamento e organização dos documentos necessários para submissão do projeto de pesquisa à Plataforma Brasil;
- c) Resolução das solicitações feitas pela Plataforma Brasil;
- d) Confirmação do Parecer de aprovação do CEP, através da Plataforma Brasil;
- e) Aquisição do Requerimento para realização da pesquisa, junto ao Núcleo Escola e Estadual de Socioeducação, no Setor de Protocolo da SEAS;
- f) Solicitar autorização para realização da pesquisa junto ao juiz da 5ª Vara de Execução de Medidas Socioeducativas, no Setor de Protocolo;
- g) Entrega do Requerimento para realização da pesquisa, juntamente com o cronograma de acesso aos Centros Socioeducativos e o ofício de autorização emitido pelo juiz, ao Setor de Protocolo da SEAS;
- h) Confirmação da Carta de anuência emitida pelo Núcleo Escola e Estadual de Socioeducação/SEAS, para realização da pesquisa;
- i) Confirmação junto aos Centros Socioeducativos sobre autorização de acesso emitida pela SEAS;
- j) Conversa inicial com o Diretor da Unidade Socioeducativa para alinhamento das atividades a serem realizadas com os socioeducandos;
- k) Iniciar a pesquisa empírica.

Mediante tais informações, é importante ressaltar que também buscamos anexar os principais documentos e cópias de e-mail como complementação de conteúdo, para que seja possível uma caminhada mais objetiva para aqueles que desejarem segui-la. A única exceção ocorre com o Requerimento para realização da pesquisa, uma vez que a sua socialização não é autorizada pela SEAS.

No entanto, é possível descrever os documentos que são necessários anexar ao requerimento determinante para a aplicação prática de pesquisas com jovens em privação de liberdade no Ceará. São eles: cópia do registro geral (RG), cópia do cadastro de pessoa física (CPF), cópia do projeto de pesquisa, declaração de matrícula da instituição de ensino superior, parecer de aprovação do Comitê de Ética, autorização de pesquisa com pessoas, emitido pela Plataforma Brasil, e autorização do Juiz da 5ª Vara de Execução de Medidas Socioeducativas.

Nesse sentido, por mais que o caminho ainda pareça dificultoso, as experiências vivenciadas e as contribuições sociais que uma pesquisa, realizada sob esse contexto social, pode oferecer são grandiosas. Pois ao considerarmos a pesquisa em educação como uma ponte para o processo de ressignificação da vida e dos conhecimentos, sejam eles empíricos ou teóricos, de jovens em situação de privação de liberdade, tornam tais contribuições efetivas, as distanciado dos discursos de que estas são utópicas.

4 FILOSOFIA E RESSOCIALIZAÇÃO DE JOVENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: A APLICAÇÃO DA PESQUISA E A ANÁLISE DOS DADOS.

A partir do que foi discutido nos capítulos anteriores, é possível recapitular que a estruturação da pesquisa de campo foi um aprendizado que perpassou pelas questões burocráticas e pelas especificidades do cotidiano dos Centros Socioeducativos. Nesse sentido, a aplicação prática exigiu não só a adequação da metodologia, mas também dos instrumentais de coleta de dados, além de ter ampliado a visão de mundo da pesquisadora.

Isso porque, ao entrar na sala de aula de um Centro Socioeducativo pela primeira vez, o impacto não foi apenas visual, no que se refere à estrutura física da sala, mas principalmente em relação aos jovens que lá estavam. Isso porque diferente do cotidiano de trabalho, que está relacionado ao ensino integral da rede estadual, onde as expressões físicas, o comportamento, a interação e os assuntos discutidos entre os alunos em sala, a relação professor e aluno, entre outras questões e sensações, são totalmente diferentes em relação ao ambiente de confinamento e aos adolescentes privados de liberdade.

Diante dessas disto, neste capítulo também será possível perceber que os jovens privados de liberdade são condicionados a submissão, pois tem seu cotidiano engendrado por processos contínuos e ininterruptos que sujeitam seu corpo, dirigem seus gestos, regem o comportamento (FOUCAULT, 2010, p. 25) e os aliena da sua identidade. Nesse sentido, o confinamento de pessoas em espaços que não contribuem para a superação destas enquanto sujeitos excluídos, estereotipados, temidos e fragilizados socialmente, exige especificidades para a construção de um processo de ensino e aprendizagem sob essas condições, além de ser indissociável a perspectiva de metodologias dialógicas como mecanismo de mediação desse processo.

Em razão de tais perspectivas, a primeira seção irá se referir à descrição objetiva da aplicação da pesquisa, bem como também das entrelinhas do cotidiano das aulas realizadas nos Centros Socioeducativos, uma vez que pensar sobre as condições reais desse cotidiano implica diretamente na compreensão da análise dos dados, visto que essa “análise é uma tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores da realidade objetiva” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 167).

Em virtude disso, escolhemos a segunda seção para perfilar a análise dos dados, uma vez que a partir do conhecimento do contexto histórico-legal da formação do Sistema Socioeducativo no Brasil, as principais especificidades das relações internas dos Centros Socioeducativos do Ceará, bem como também das questões gerais que formam a oferta da

educação nesses espaços, as perspectivas sobre essa discussão já esta permeada pelas principais subjetividades que formam os dados da pesquisa.

Por último, na seção “*O ensino de filosofia e suas possibilidades*” a discussão será voltada para argumentar algumas das contribuições que a filosofia, através do filosofar e da dialogicidade, para o processo de ressocialização dos adolescentes que estão inseridos na socioeducação. O intuito é fazer entender que é através do desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo que estes jovens poderão avançar nesse processo, que na realidade não é fácil.

Nesse contexto, a seguir a resenha sobre as condições de execução da pesquisa contribuirá não só para perceber a discrepância no que se refere à estrutura da oferta de educação entre as escolas e os Centros Socioeducativos, mas principalmente em relação ao contexto social que influencia a visão de mundo dos jovens que estão nesses espaços, onde as particularidades do cotidiano contribuem ainda mais para ampliar a existência de uma realidade paralela em uma mesma sociedade.

4.1 As entrelinhas da aplicação prática da pesquisa.

Como evidenciado anteriormente, vivenciar parte da realidade da privação de liberdade despertou a consciência crítica sobre a existência concreta de um contexto sociocultural paralelo dentro de uma mesma sociedade. É como se os jovens presentes nos Centros Socioeducativos estivessem à margem, excluídos, invisíveis, da realidade social, assim como os adultos presos, o que mais uma vez aproxima a semelhança entre o Sistema Socioeducativo e o Sistema Prisional.

Mas, para a maioria das pessoas, esses sistemas são apenas mecanismos de punição necessários ao funcionamento da sociedade civil, onde os indivíduos que lá estão são o avesso, “um outro grupo” de pessoas que se distingue pelo comportamento fora do padrão sociável, sendo por isso a privação de liberdade algo indispensável enquanto incumbência do Estado para defender a sociedade (FOUCAULT, 2010, p. 17-18), o que torna natural a existência dessa estrutura política materializada em Centros Socioeducativos e presídios.

Nesse sentido, antes de julgar como frívolo o conteúdo desta seção, é interessante pensar que os jovens que ocupam esses espaços, além das questões já relatadas em seções anteriores, possuem uma história de vida, que talvez não justifique, mas explique o porquê da sua privação de liberdade, o que remete a reflexão sobre mesmo ao longo dos séculos e da consolidação da conquista de direitos “a sociedade brasileira continua caracterizada pelas

disparidades sociais vertiginosas e pela pobreza de massa que, ao se combinarem, alimentam o crescimento inexorável da violência criminal” (WACQUANT, 1999, p. 4-5), utilizada como medula para alimentar a política de encarceramento.

Sobre a aplicação prática da pesquisa de campo, conforme elencado anteriormente, esta foi desenvolvida nos Centros Socioeducativos Passaré, São Miguel e São Francisco a partir da realização de 08 encontros cujo objetivo foi ministrar aulas de filosofia para os jovens matriculados nas turmas vespertinas do Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro da SEDUC. As aulas foram realizadas às segundas e às sextas-feiras, com duração de 03 horas cada aula, com o público médio de 12 adolescentes em cada turma.

A metodologia utilizada durante as aulas parte da adaptação da oficina de criação de conceitos proposta por Silvio Gallo (2006), cujos trabalhos são direcionados por quatro etapas: a sensibilização, a problematização, a investigação e a conceituação, onde:

Através do trabalho progressivo nessas quatro etapas, podemos colocar aos estudantes um problema filosófico, fazendo com que eles vivenciem o problema, para que possam efetivamente fazer o movimento da experiência do pensamento. A partir do problema vivido, podemos investigar na história da filosofia conceitos criados para equacionar esse problema ou problemas próximos a ele. Por fim, o momento da experiência filosófica de pensamento propriamente dita: o equacionamento do problema através de um conceito, seja ele um conceito apropriado de um filósofo, um conceito recriado ou um conceito realmente novo, criado com originalidade. (GALLO, 2006, p. 26).

De modo geral, a proposta do autor busca apresentar uma metodologia que priorize o filosofar através do exercício do pensamento, a partir da identificação e construção de conceitos sobre um determinado problema. O que de fato facilita e aproxima o professor e o aluno para vivenciar a experiência do pensamento, ideal para ser aplicada com jovens inseridos no Ensino Médio de escolas regulares, integrais e até profissionais, o que, no entanto, não é o caso desta pesquisa.

Por este motivo, foi necessária a adaptação das etapas investigação e conceituação, uma vez que o tempo e as questões sociocognitivas dos adolescentes não permitiu um processo de aprofundamento sobre a história da filosofia, o que consequentemente interferiu na “retirada” específica de conceitos filosóficos desta história. Os conceitos foram predispostos a partir da necessidade de cada tema, prioritariamente escolhidos para o trabalho com esses jovens.

Em razão dessa realidade, é importante destacar que o objetivo das aulas foi intermediar a compreensão dos adolescentes sobre a filosofia e o filosofar, partindo das vivências do cotidiano e assim possibilitar uma mediação para o processo de ressocialização.

As aulas foram idealizadas como um espaço para que os jovens fossem instigados a pensar sobre suas ações e seu papel na sociedade, sendo primeiro necessário “tentar promover neles uma atitude filosófica, já que [é] ela, eventualmente, [quem] dar lugar ao desejo de filosofar, [e este] é uma decisão subjetiva” (CERLETTI, 2009, p.81).

Já as etapas iniciais, sensibilização e problematização, seguiram as orientações propostas por Gallo (2006):

SENSIBILIZAÇÃO:

Trata-se, nesta primeira etapa, de chamar a atenção para o tema de trabalho, criar uma empatia com ele, isto é, fazer com que o tema “afete” aos estudantes. Sabemos que os conceitos só são criados para enfrentar problemas; e que só enfrentamos os problemas que efetivamente nos afeta. Trata-se em outras palavras, de fazer com que os estudantes vivam, “sintam na pele”, um problema filosófico, a partir de um elemento não filosófico. Em suma, algo que chame a atenção dos estudantes, sobretudo por falar sua própria linguagem, e que desperte seu interesse por um determinado problema.

PROBLEMATIZAÇÃO:

Trata-se de transformar o tema em problema, isto é, fazer com que ele suscite em cada um [dos estudantes] o desejo de buscar soluções. Nesse segundo momento, tendo a atenção mobilizada pela questão, o objetivo é problematizá-la de vários aspectos em várias perspectivas. Podemos nesta etapa, promover discussões em torno do tema em pauta, propondo situações em que ele possa ser visto por diferentes ângulos e que seja problematizado em seus diferentes aspectos. Nessa etapa, estimulamos o sentido crítico e problematizador da filosofia. (GALLO, 2006, p. 27-28).

As etapas descritas acima foram utilizadas como base para a realização das aulas, já que os temas *a priori* escolhidos partiram de questionamentos simples, sempre relacionados às realidades cotidianas, e em sua maioria subsidiados por músicas, figuras, histórias de vida, como fundamento do real para chamar a atenção dos adolescentes. Isso, porque concordamos com Gallo (2006, p. 26) sobre proporcionar momentos em que os jovens possam vivenciar a experiência do pensamento e que a avaliação do processo de ensino e aprendizagem, no caso da filosofia, seja volta para “a qualidade da experiência, e não [para] o fato de um conceito ter sido ou não criado, e não [para] a qualidade do conceito criado ou recriado ou apropriado”.

Aliado a estas perspectivas, o fluxo das aulas seguiu um roteiro, conforme está descrito abaixo e detalhado no apêndice B, à medida que a cada encontro foi apresentado um tema para o início das discussões que mediaram o objetivo de aproximar os jovens da prática do filosofar e de alguns conceitos filosóficos, através do diálogo. Para isso, foram realizadas rodas de conversa; a escuta, leitura e discussão das percepções, principalmente dos socioeducandos, sobre algumas músicas; a análise de imagens impressas, a interpretação de algumas expressões filosóficas e cotidianas:

a) Encontro I;

- o que é Filosofia? Filosofia pra quê?

b) Encontro II;

- filosofia e o pensamento em ação: Uma atividade crítica?

c) Encontro III;

- atividade crítica I: Liberdade e existência: o que tenho feito com elas?

d) Encontro IV;

- atividade crítica II: Racista! Sexista! Homofóbico! Xenofóbico! Será que eu sou?

e) Encontro V;

- atividade crítica III: Consumo e poder: por que eu tenho que ter?

f) Encontro VI;

- atividade crítica IV: Medo e violência: por que ou para quê?

g) Encontro VII;

- atividade crítica V: Cidadania e democracia: servem para o quê?

h) Encontro VIII;

- algumas considerações: O que eu tenho a falar?!

i) Letras das músicas

- Pensamento - Banda Cidade Negra.

- Tempos Modernos - Banda Jota Quest.

- Minha alma - Banda O Rappa.

- Que País É Esse? - Banda Legião Urbana.

No que se refere à sondagem dos adolescentes em relação à filosofia, foram aplicados dois questionários (apêndices A e C), um no primeiro encontro e outro no último encontro. O primeiro, relacionado ao conhecimento em relação à existência da filosofia e a sua funcionalidade, foi semiestruturado com as perguntas: “Você já ouviu falar na palavra Filosofia?”; “Em sua opinião o que é Filosofia?”; “Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?”. O segundo, voltado para o conhecimento em relação à funcionalidade da filosofia, foi estruturado com o total de 13 opções onde os adolescentes puderam escolher até quatro respostas correlacionadas a pergunta “em sua opinião a Filosofia serve para?”.

De primeiro momento, a aplicação da pesquisa parece ser objetiva, sem grandes complicações e percalços, o que de fato seria se a mesma fosse realizada em uma escola regular, mais especificamente no local de trabalho da pesquisadora. Como exemplo disso, deve ser ressaltado que uma das exigências da SEAS foi exigir o compromisso em ocultar,

além do nome, o dia específico da aplicação das atividades, para não haver a possibilidade de identificação dos adolescentes, através da “ligação” entre a data apresentada no texto da dissertação e a permanência desses jovens nos Centros Socioeducativos.

Além de tal circunstância, a aplicação dos questionários também exigiu destreza e atenção quanto às subjetividades individuais dos adolescentes envolvidos na pesquisa, bem como também em relação às dificuldades cognitivas desses sujeitos, como pode ser visualizado através do apêndice A e também no exemplo citado na subseção *Centros Socioeducativos: as principais características sobre a oferta da educação no Ceará*.

Consciente disso, começamos a apresentar as entrelinhas pela forma de acesso aos Centros Socioeducativos, cujo total foi de 30 deslocamentos sendo a maioria deles com tempo de espera fora das instituições, além de mais demora para ir até a recepção, onde de início é repassado a informação de que é permitida apenas a entrada de materiais de uso didático do professor ou pesquisador, sem qualquer tipo de metal ou objeto pontiagudo, sendo inquestionável a proibição de aparelhos eletrônicos, que no caso de profissionais pesquisadores devem ser guardados junto com qualquer tipo de bolsa, mochila ou sacolas nos armários dispostos. Além disso, para entrada inicial em cada uma das unidades é necessário um cadastro com apresentação de um documento oficial com foto e também a captação de imagem.

Além desses detalhes, para a rotina cotidiana, é imprescindível a passagem pela *body scan*³², um equipamento de inspeção corporal que permite observar o que a pessoa revistada carrega consigo seja dentro ou por baixo das roupas ou dentro do corpo. Esse equipamento é geralmente usado pelo Sistema Prisional como um auxílio para os agentes penitenciários e seus gestores para maior eficiência, segurança e agilidade durante o processo de inspeção, já que assim, é possível identificar drogas, armas e outros objetos considerados ilícitos dentro de uma unidade prisional ou em qualquer outro ambiente protegido³³, como é o caso dos Centros Socioeducativos.

Durante a aplicação prática da pesquisa foram necessárias 28 inspeções pela *body scan*, uma para a conversa de orientação com o Diretor do Centro Socioeducativo Passaré, depois outra para alinhamento das informações quanto à autorização da pesquisa pela SEAS,

³² Disponível em: <<https://vmisecurity.com/pt-br/body-scan/>> Acesso em: 26 fev. 2023.

³³ De acordo com o Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (CONTER), uma pessoa pode passar seguramente por escâneres de inspeção corporal que emitem radiação ionizante, até 250 vezes por ano. Acima disso, o organismo humano corre o risco do desenvolvimento de efeitos biológicos, a partir da mutação genética das células que são mais sensíveis à radioatividade. Disponível em: <<http://conter.gov.br/site/noticia/exposicao-radioativa-2>> Acesso em: 26 fev. 2023.

mais duas para o contato inicial referente ao acordo interno com o Diretor das unidades São Miguel e São Francisco, para tratar sobre a realização dos encontros complementares às sextas-feiras e a apresentação do plano de aula. E por fim os oito encontros em cada um dos três centros, além de algumas vezes, dependendo da equipe de socioeducadores de plantão, também foi exigido à vistoria pelo detector de metais tipo raquete modelo scanner.

No que diz respeito às orientações repassadas pela equipe pedagógica de cada um dos Centros Socioeducativos para a permanência nas unidades, foi recomendado que os profissionais e o pesquisador usassem sempre roupas discretas, não conversassem sobre o endereço ou bairro onde reside, bem como também buscassem “driblar” o contato físico com os socioeducandos. Além disso, é importante evitar atentamente assuntos e perguntas que remetam às vivências relacionadas às questões ilícitas e ao cotidiano dos jovens dentro das instituições.

Outra exigência, diz respeito à necessidade da apresentação do plano de aulas para a equipe pedagógica, para alinhamento do conteúdo, principalmente em relação ao uso de vídeos, notícias e músicas. A conferência é uma condição para a que a realização das aulas não cause transtornos, como por exemplo, uma questão apresentada em relação à música trem bala interpretada pela cantora Ana Vilela, pois o título remete a significações ligadas à facção Comando Vermelho (CV), o que poderia causar desentendimento entre os jovens e a aversão dos mesmos em relação ao pesquisador.

Sobre o deslocamento até a sala de aula, o pesquisador deve sempre estar acompanhado por um socioeducador, muitas vezes com o comportamento semelhante ao de um agente penitenciário, para junto com o professor aguardar a chegada dos jovens. Estes, por sua vez, sempre estão acompanhados de socioeducadores, devem se deslocar pela instituição com a cabeça baixa e com as mãos para trás, e a depender do Centro Socioeducativo são levados algemados até a sala de aula. Além de outros detalhes, é importante ressaltar que durante a realização da aula, existe a permanência de no mínimo dois socioeducadores sentados à porta das salas, para acompanhar o que acontece. Ao término da aula os adolescentes saem individualmente para o dormitório, de acordo com a ordem do bloco em que estão acomodados.

No que se refere à dinâmica de realização das aulas, os jovens não podem ir ao banheiro, a água fica em uma garrafa de material plástico no fundo da sala, com apenas um copo também de material plástico, porém, a depender do Centro Socioeducativo não se tem copo e nem água, e o lanche é servido na própria sala sem possibilidade de repetição. Já o material didático da instituição, para uso somente em sala de aula, restringe-se a lápis e

borracha, e lápis para colorir, de acordo com o quantitativo de jovens na aula, já as atividades e material de uso para leitura é reproduzido pelo CEJA do José Walter, levados pelo professor do Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro.

O que concerne à estrutura física, de um modo geral as salas são fechadas, com apenas a porta como meio para circulação de ar, com um ou dois ventiladores e com quadro branco, seja posto na parede ou encima de uma mesa, além disso, as cadeiras devem ser sempre organizadas em semicírculo. E de acordo com cada Unidade Socioeducativa, o uso de equipamentos de mídia nem sempre é possível, principalmente quando se é necessário trabalhar com vídeos.

No tocante a relação aluno e professor, o respeito é algo que flui naturalmente, independente da presença dos socioeducadores que é algo natural para os jovens, já que o sistema é estruturado para que estes sejam constantemente “acompanhados” em qualquer lugar fora do dormitório. Em relação à ausência dos adolescentes a aula, as justificativas mais comuns se referem a quatro situações: problemas de saúde, fim da medida de internação provisória, uma nova medida de internação deferida pelo juiz³⁴ ou devido alguma indisciplina em que o adolescente passa por uma punição, que tem como nome oficial disciplina, porém, o termo real utilizado se chama tranca³⁵.

Quanto a relação professor e aluno, a maioria dos profissionais do Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro, buscam tratar os jovens com respeito, porém sempre mantendo o distanciamento físico em relação ao abraço ou qualquer demonstração de afeto, bem como também de intimidade em relação a um diálogo informal. No que corresponde à questão pedagógica, a inflexibilidade em relação à consulta e a escuta sobre o ponto de vista dos adolescentes é praticamente comum, e em muitos casos também foi observado o processo de imposição de ideias e conceitos, não havendo espaço para a produção do conhecimento, apenas para a reprodução do conteúdo abordado pelo professor.

Vale ressaltar que o convívio entre os professores do projeto e a figura da pesquisadora foi constituído por alguns momentos de desconforto, principalmente pelas perguntas questionadoras em relação à utilização da metodologia aplicada pelos mesmos e

³⁴ Sobre a definição em relação às medidas socioeducativas, consultar a nota de rodapé número 18 na seção Sistema Socioeducativo no Ceará: o que temos hoje.

³⁵ As “trancas” são dormitórios tipicamente insalubres, nos quais os adolescentes são submetidos a violações e privações de direitos, geralmente com intuito de punição e disciplinamento, onde os mesmo passam por um período de abstenção em relação a todas as atividades oferecidas pelos Centros Socioeducativos, bem como também da convivência com os outros adolescentes. Para maiores informações consultar o site do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA). Disponível em: <<https://cedecaceara.org.br/index.php/tag/socioeducativo/>>. Acesso em: 26 fev. 2023.

devido às sugestões para a introdução da perspectiva efetivamente dialógica ao cotidiano das aulas. Devido a tais colocações, houve mudança no dia do planejamento coletivo dos mesmos, com sugestão da Coordenação do CEJA José Walter para que este voltasse a ser remoto, o que de fato aconteceu, e por incompatibilidade de horário resultou na não participação nos demais encontros.

Ainda ao que se relaciona às questões de interação, é possível afirmar que durante as aulas complementares que aconteceram às sextas-feiras, sem a presença do professor do Projeto RecomeceCE, a participação dos jovens fluiu com mais espontaneidade proporcionando a troca de posicionamentos e opiniões, tornando a discussão dos temas mais produtiva, o que resultou em uma aproximação natural entre todos. Isso porque, na realidade do encarceramento, o ideal de aprendizado real deveria estar diretamente ligado à perspectiva dialógica, como contraposição ao conhecimento produtivo, no sentido prático, no sentido de não emancipação dos sujeitos ali inseridos.

Isso porque, institucionalmente os jovens não têm voz, eles não têm razão, eles não têm liberdade de expressão, eles são ninguém. No entanto, se em alguns momentos existem as possibilidades reversas, existe também a oportunidade de ser diferente, de ir além, de sonhar com algo, de entender que se pode mais, como foi o caso das aulas de filosofia. Já que o confinamento através das instituições de encarceramento significa uma situação de perda em vários aspectos sociais, enquanto a saída contribui para a condição de indigência, o que ajuda a consolidar o quadro de pobreza, principalmente nas periferias (WACQUANT, 1999, p. 95).

Portanto, o que foi discutido até aqui busca nortear uma visão geral não só em relação a alguns dos impasses que permearam a realização da parte prática da pesquisa, mas também sobre algumas das diversas dificuldades que conformam o cotidiano do acesso à educação dos jovens que se encontram em Centros Socioeducativos como o Passaré, o São Francisco e o São Miguel, o que implica diretamente no processo de ressocialização.

4.2 Sobre os dados empíricos.

Nos capítulos anteriores buscamos apresentar as argumentações e as preposições que fundamentassem a compreensão sobre o contexto geral de Centros Socioeducativos no Ceará, cujo recorte para a aplicação da pesquisa de campo se deu com a realização de 08 aulas para 12 jovens matriculados nas turmas vespertinas do Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro, presentes nos centros Passaré, São Francisco e São Miguel, localizados em Fortaleza.

Nesse sentido, como elencado na seção anterior, para a sondagem da coleta de dados no que diz respeito ao conhecimento dos adolescentes em relação à filosofia, foram aplicados dois questionários, um na primeira aula e outro na última aula. Sendo o primeiro referente ao conhecimento em relação à existência da filosofia e a sua funcionalidade, e o segundo voltado para o conhecimento em relação à funcionalidade da filosofia.

Em razão desta realidade, voltemos ao objetivo geral da pesquisa que é analisar o ensino de Filosofia como instrumento de mediação para o processo de ressocialização de jovens em situação de privação de liberdade, ou seja, a filosofia, o ato de filosofar pode, no contexto de privação de liberdade, ajudar esses adolescentes a pensar sobre a sua realidade? Pensar sobre a sua condição enquanto sujeitos sociais? Pensar sobre o direito de viver uma realidade diferente da qual estão inseridas?

Para isso, usamos como uma das perspectivas iniciais para responder teoricamente tais questionamentos, o pensamento de Cerletti (2009, p. 87) quando este afirma que ensinar filosofia é dar um lugar ao pensamento do outro e que esta por sua vez não é um conhecimento privado, pois se constrói através do diálogo. E que para isso, a filosofia deve ser retirada do “mundo privado e exclusivo de uns poucos para colocá-la aos olhos de todos, na construção coletiva de um espaço público”.

Outro viés que nos possibilitou tais indagações refere-se ao pensamento de Kohan (2000, p. 156) cuja proposta didática para o ensino de filosofia ao ser baseada na prática de um pensar autônomo, problematizador e heterogêneo possa contribuir para constituir sujeitos mais livres, uma vez que “a filosofia, como prática coletiva de pensamento, é uma aposta pela liberdade”, ou seja, através da filosofia existe a possibilidade de se constituir ferramentas para uma educação libertária.

Além destes, mais uma contribuição reflexiva pode ser destacada, como a de Silvio Gallo (2012, p.48) sobre o ensino de filosofia ser perpassado pelo filosofar enquanto movimento de aprendizagem, de contínua passagem do saber para o não saber, sobre a possibilidade de abertura ao outro enquanto sujeito de conhecimentos, para que “o ensino de filosofia possa ser tomado em uma perspectiva ativa, que tenha por meta a emancipação intelectual daquele que aprende”.

Ademais, para indiretamente formar uma clusterização de concepções sobre o ensino de filosofia, o olhar de Favaretto (2003, p. 20) também contribuiu para tal intuito, quando este afirma que “uma coisa é pensar a filosofia como domínio do saber, outra coisa é pensá-la como um requisito educacional para filosofar, [...] para possibilitar a inserção dos jovens nos domínios da cultura, da sociedade e da política”, como uma possibilidade para o

desenvolvimento da reflexão, das capacidades que as pessoas têm para pensar, para refletir.

Ao considerar as referidas perspectivas sobre o ensino de filosofia enquanto instrumento de mediação para o desenvolvimento de um pensar mais autônomo, buscamos realizar aulas que possibilitassem esse intuito, que permitissem aos jovens o filosofar, para “tomar consciência das ações, do lugar onde se está e da direção que toma a vida, [para] tomar os valores e submetê-los a crítica, questioná-los para verificar se são significativos” (LUCKESI, 1994, p. 29), se contribuem para dar sentido a própria existência.

No entanto, para dar início a materialidade desta concepção, foi aplicado um questionário no formato de uma atividade de sondagem sobre o conhecimento em relação à existência da filosofia e a sua funcionalidade (apêndice A), como forma de buscar identificar um pouco da visão, dos conhecimentos dos adolescentes em relação à filosofia, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Questionário: Atividade de sondagem sobre o conhecimento em relação à existência da filosofia e a sua funcionalidade.

Perguntas	Respostas por Centro Socioeducativo		
	Passaré	São Miguel	São Francisco
Você já ouviu falar na palavra Filosofia?	04 alunos SIM. 08 alunos NÃO.	05 alunos SIM. 07 alunos NÃO.	03 alunos SIM. 09 alunos NÃO.
Em sua opinião o que é Filosofia?	Os 12 alunos não souberam responder.	Os 12 alunos não souberam responder.	Os 12 alunos não souberam responder.
Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?	11 alunos não souberam responder. 01 aluno respondeu.	Os 12 alunos não souberam responder.	Os 12 alunos não souberam responder.

Fonte: elaborada pela autora.

Nesse sentido, como pode ser observado, a maioria dos 36 adolescentes ainda não havia ouvido falar, pelo menos, na palavra filosofia, enquanto todos os 36 jovens não sabiam o que é a filosofia, bem como também apenas um respondeu a pergunta sobre a funcionalidade da filosofia com a ideia de que ela está relacionada aos direitos humanos, neste caso o socioeducando número 04 do Centro Socioeducativo Passaré, conforme apêndice A, o que demonstra o desafio para aproximá-los do filosofar.

Somando-se a essa questão, durante a aplicação da sondagem foi possível perceber as dificuldades relacionadas à leitura e a escrita, como a dificuldade em organizar as palavras para formar as frases, o que exigiu uma intervenção para auxiliar os jovens na

construção das respostas, seja com a escrita no quadro para a transcrição no questionário ou através da soletração das palavras.

Paralela a tal situação, os sentimentos de insegurança dos jovens em responder abertamente a partir do que de fato sabiam ou não sabiam, foi comovedor. O medo em errar estava explícito através da timidez, da inércia em olhar para a atividade, do silêncio como representação do receio de ser criticado, punido, por não saber responder e em outros casos, ler o que estava no papel. Uma realidade que remete mais uma vez ao pensamento de Foucault (2015, p. 103) sobre os efeitos da reclusão, da remoralização, dos instrumentos disciplinares que para inculcar condutas usam um “conjunto de coerções cotidianas que incidem sobre o comportamento”.

Baseado nesse contexto, o roteiro de aulas foi seguido, sempre sob uma perspectiva dialógica, levando em consideração que “o conhecimento é uma forma de entendimento da realidade, uma forma de compreensão de como ela é, [sobre] o seu funcionamento, a partir dos múltiplos elementos que a explicam” (LUCKESI, 1994, p. 29). Uma vez que, exigir compreensões conceituais complexas não alcançaria o objetivo de desenvolver a capacidade reflexiva dos socioeducandos, não os aproxima do filosofar.

Afinal, na situação sob a qual os adolescentes estavam submetidos levá-los a entender conceitos filosóficos complexos levaria mais tempo do que fazer com que eles acreditassem que era possível falar, externalizar suas ideias e conhecimentos sem o medo da desvalorização, da não credibilidade, para então começar o processo de desconstrução, ao apresentar outras perspectivas sobre uma mesma situação. Na realidade, durante as aulas buscamos elevar o que Foucault (2010, p. 8-9) denominou de saberes sujeitados, buscando interligar o saber dos adolescentes ao saber erudito, sempre com o cuidado para não desqualificar o primeiro.

Em face disso, para desenvolver a aproximação do filosofar com os socieducandos em relação aos temas, também foi levado em consideração o que Paulo Freire (1987, p.45-46) destacou sobre a importância da construção de sujeitos dialógicos, pois é através do diálogo que o homem se encontra e se reconhece no mundo, além de criar o caminho pelo qual se é reconhecido enquanto homem social. O que nos faz refletir sobre o questionamento do próprio autor: “Como posso dialogar, se me sinto participante de um gueto de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos o que estão fora são essa gente, ou são, nativos inferiores?”.

Com o propósito para tal tarefa, a filosofia “como experiência do pensar filosófico, enquanto filosofar ativo dos sujeitos envolvidos [neste processo], [...] para

problematizar a maneira como vivemos o significado, sentido e potência da vida individual e coletiva” (KOHAN, 2013, p. 76-77), é também um instrumento ideal para se trabalhar com pessoas que estão em privação de liberdade. Nesse sentido, a seguir temos a tabela com os dados quantitativos referentes à aplicação do questionário (apêndice C), sobre o conhecimento dos adolescentes em relação à funcionalidade da filosofia, após a realização das aulas.

Tabela 2 - Questionário: Atividade sobre o conhecimento em relação à funcionalidade da filosofia.

Opções de resposta	Respostas por Centro Socioeducativo		
	Passaré	São Miguel	São Francisco
Para saber fazer boas perguntas.	04 alunos	03 alunos	03 aluno
Para pensar sobre a vida.	07 alunos	06 alunos	06 alunos
Para questionar sobre a vida.	06 alunos	06 alunos	05 alunos
Para pensar sobre os sentimentos.	02 alunos	02 alunos	02 alunos
Para pensar sobre os problemas.	02 alunos	03 alunos	03 alunos
Para questionar os problemas.	06 alunos	07 alunos	07 alunos
Para pensar sobre a sociedade.	03 alunos	08 alunos	06 alunos
Para questionar o que acontece na sociedade.	06 alunos	09 alunos	08 alunos
Para pensar sobre mim.	05 alunos	05 alunos	07 alunos
Para questionar sobre minha realidade.	08 alunos	08 alunos	09 alunos
Para pensar sobre a realidade.	03 alunos	04 alunos	07 alunos
Para questionar a realidade.	06 alunos	04 alunos	04 alunos
Para pensar de forma diferente.	09 alunos	08 alunos	08 alunos

Fonte: elaborada pela autora.

Em relação à resolução deste questionário, apresentado para os socioeducandos como uma atividade de encerramento, também exigiu intervenção por parte da pesquisadora no que se refere à leitura das opções, como forma de facilitar a participação dos jovens, uma vez que muitos deles, como citado anteriormente, não tinham um bom domínio da leitura. Porém, é possível afirmar que os sentimentos de alegria e orgulho dos mesmos em responder algo que além de respeitar a subjetividade, também continha conhecimentos dos quais eles sabiam, gerou um clima de cumplicidade e troca de opinião entre os colegas.

No que se refere à análise quantitativa dos dados, das 13 opções de resposta sobre a funcionalidade da filosofia, destacamos as oito com maior quantidade de escolha pelos

socioeducandos. Entre elas, as quatro mais escolhidas foram: questionar sobre a minha realidade com o total de 25 respostas; pensar de forma diferente também com 25; questionar o que acontece na sociedade totalizou 23 seleções e questionar os problemas ficou com 20.

As outras quatro opções com um número significativo de escolha foram: pensar sobre a vida com o total de 19; questionar sobre a vida totalizando 17 respostas; pensar sobre mim também com 17, assim como a opção pensar sobre a sociedade com 17 escolhas. O que demonstra um progresso se comparado ao resultado do primeiro questionário.

Diante dos números é possível perceber o enriquecimento nas concepções dos adolescentes, uma vez que a maioria conseguiu relacionar a funcionalidade da filosofia como um meio para pensar diferente, para questionar sobre a própria realidade e para questionar o que acontece na sociedade, além de também ligá-la ao questionamento dos problemas. Dessa forma, é possível afirmar que a filosofia, através do filosofar, conseguiu causar o que Freire (1967 p. 108) chama de transitividade da consciência, quando o homem aumenta sua capacidade dialógica e desenvolve criticamente a capacidade de pensar o mundo, quando “o homem, no mundo e com o mundo, tem consciência do seu papel de sujeito e não de mero e permanente objeto”.

As respostas permitem reiterar que a filosofia contribui para o que Gallo (2012, p. 78) chama de emancipação intelectual, que consiste inicialmente no exercício de pensar sobre os próprios problemas para engendrar o próprio ato de pensar, pois “experimentar os próprios problemas: eis a única condição para o exercício do pensamento próprio, de um pensamento autônomo não tutelado, não predeterminado”, o que pode ser um caminho, uma forma para fortalecer a ressocialização.

Todavia, é fato que o processo de ressocialização não é fácil, não é algo imediato que pode ser resolvido definitivamente com oito encontros para apresentar o filosofar como uma possibilidade de pensar e refletir sem o pré-julgamento de ser um indivíduo sem respaldo moral para se manifestar sobre a vivência em sociedade e inclusive sobre a própria vida. Porém, a filosofia apresentada sob a perspectiva de uma educação problematizadora, “que tem na dialogicidade o fundamento do processo de ensino e aprendizagem” (FREIRE, 1987, p. 39), pode sim contribuir para a ressocialização de jovens que estão em privação de liberdade.

Em face disso, o ensino de filosofia condicionado a esse viés de educação tem um papel fundamental na busca em tornar estes jovens sujeitos conscientes de si, através do filosofar e do diálogo como instrumentos que os permite “desenvolver o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhe aparece, em suas relações com ele, não mais como realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo” (FREIRE,

1987, p. 41).

Portanto, a relevância de um ensino de filosofia que busque nas suas ações pedagógicas, efetivar a emancipação dos atores envolvidos no processo de filosofar, é aquele que mediatiza e articula os conhecimentos, teóricos e empíricos, com o objetivo de tornar esses atores conscientes de si e do mundo, enquanto sujeitos da sua ação. E o diálogo é uma das melhores formas para se alcançar tais perspectivas, principalmente na realidade de pessoas em privação de liberdade.

É através do diálogo, na horizontalidade de conhecimentos dos seus atores, que como afirma Paulo Freire (1967, p.90), se faz educação. É na dialogicidade que o homem desperta da sua rigidez mental, da sua intransitividade de consciência, da sua aversão ao mundo, aos problemas, à realidade. É na vivência com outro, com outras visões de mundo que seus partícipes se reconstruem e se reinventam “à procura da verdade comum, ouvindo, perguntando, investigando, [se tornando] cada vez mais consciente da sua transitividade”, do seu papel no mundo.

Para aprofundar esta discussão, a seção a seguir tratará sobre as possíveis formas de abordagem do ensino de filosofia como possibilidades de contribuir para que os jovens que estão privados da sua liberdade possam (re)significar seu processo de ressocialização, afinal “ninguém nasce feito, nos fazemos a partir das práticas sociais das quais tomamos parte” (FREIRE, 2001, p. 40).

4.3 O ensino de filosofia e suas possibilidades.

Se refletirmos sobre a estruturação ideológica de um indivíduo, é fato que a questão cultural é um determinante indissociável, ao mesmo tempo em que as condições sócio-históricas também têm papel fundamental nesse processo. No entanto, a educação é um dos determinantes que mais interfere nessa construção o que reforça a importância de criar meios para intervir positivamente na realidade de pessoas em privação de liberdade, como por exemplo, pensar em maneiras de oportunizar aos sujeitos imersos nessa situação, momentos de fala e reflexão para que eles possam ter autonomia, possam despertar para serem autores da própria história.

No entanto, para isso é essencial uma apropriação ou pelo menos uma aproximação com o processo reflexivo do pensamento, cuja função cabe perfeitamente à filosofia através do processo de filosofar. É como afirma Langon (2013, p. 98) “se quisermos ter cidadão críticos, capazes de participar, de pensar por si mesmos, capazes de argumentar, de

raciocinar, de saber colocar-se diante da autoridade etc., devemos ter o elemento filosófico”, devemos ensinar uma filosofia crítica, uma filosofia que ajude a reflexionar.

Para tal propósito é importante destacar que ensinar e aprender filosofia é um processo que deve estar fundamentado para além do sucesso da assimilação de conceitos, mas sim na prática da utilização destes na construção do pensamento, ele deve compreender o exercício do pensar filosófico como um instrumento importante, uma vez que:

[...] a filosofia, então, não só se vincula a vida porque dela extrai inquietações humanas, as quais os indivíduos podem generalizar para refletir filosoficamente. A filosofia é sempre pretensão de guia de vida, de princípios e ideias gerais que modificam o ser humano e possibilitam um novo olhar sobre o mundo e uma nova ação. Pensar o pensamento é pensar os sentidos da família, do trabalho, do lazer, do estudo, da ciência, da tecnologia, da arte, dos valores, da política, enfim, de tudo que é humano. Pensar o pensamento – passar mentalmente em revista radical as ideias, os conceitos e os princípios – é pressuposto do olhar crítico e autônomo (MELANI, 2016, p. 407).

Ao levar em consideração a perspectiva de Melani (2016), é importante entender que o processo de ensino e aprendizagem da Filosofia não deve está desvinculado da realidade, das experiências cotidianas. A Filosofia parte das questões que conformam a existência humana, levando o homem a refletir sobre elas. Nesse sentido, o ensino de Filosofia, enquanto processo de construção e reconstrução do pensar, são inerentes às conjecturas da realidade dos indivíduos que compõem esse processo, que praticam esse exercício do pensamento, através do filosofar.

Somando-se a isso, também deve ser levado em consideração o que Freire (2001, p. 21-22) propõe ao defender que os alunos têm o direito de ter a sua opinião, a sua visão de mundo, os conhecimentos por eles construídos levados em consideração, e que a “docência não pode reduzir-se a puro processo técnico e mecânico de transferir conhecimentos, [...] o respeito ao pensamento, aos gostos, aos receios, aos desejos, à curiosidade dos educandos” é essencial no processo de ensino, e isso só é possível através de uma metodologia que envolva o diálogo como fundamento.

Cerletti (2009, p.87) também contribui com esse viés, para ele “nunca um aluno é uma tabula rasa, sempre há algo (certos saberes, certas práticas) que se reacomodam a partir da irrupção do novo, [por isso,] ensinar filosofia é dar um lugar ao pensamento do outro”. O autor ainda acrescenta que o lugar de partida para o ensino de filosofia deveria ser o que o outro sabe e pensa, para que a problematização enquanto construção coletiva, possa abrir caminho para o filosofar.

A proposta de Cerletti (2009, p.82-83) para tal questão, parte do pressuposto de

que “o conteúdo a ensinar deverá reunir a atividade filosófica, a atitude filosófica e o tema filosófico”, uma vez que a sala de aula seja o espaço para a formulação de perguntas filosóficas e o professor ofereça apenas as respostas e perguntas que seus alunos não conseguirem formular, como uma forma de desafiar os mesmos a pensar. Para o autor, é importante que as aulas transponham a significação de momentos de massificação de informações e de conteúdos, é essencial que elas possibilitem aos estudantes a oportunidade de exercer reflexões sobre o que já foi pensado.

Pensemos sobre o processo de ressocialização em um ambiente essencialmente disciplinar, punitivo e castrador de ideias, de subjetivações e consequentemente de pensamentos. O ensino de filosofia sob as perspectivas até aqui elencadas pode contribuir para uma ressignificação desse processo? Pode afetar positivamente os jovens que estão inseridos em tais circunstâncias?

Vejam mais algumas proposições para formular as respostas de tais questionamentos, como por exemplo, o pensamento de Kohan (2013, p. 78) sobre o ensino de filosofia como oficina de pensamento, como prática do pensamento, pois à medida que esse exercício torna problemático o que era normal ou natural, o “pensar, o problematizar, o conceituar, a partir de si, com outros fazedores de problemas e conceitos”, contribui para pensar o já pensado, para desnaturalizar as questões já estabelecidas.

Para o autor, a importância de exercitamos o pensamento consiste na possibilidade natural deste em se abrir a outros pensamentos, ou seja, à medida que as ideias se irradiam “novas ideias irrompem, a escuta permite dar atenção ao que não parecia ser importante ser pensado, [então] pensamos e repensamos o que parece o mesmo, e de tanto se pensado, torna-se diferente” (KOHAN, 2013, p.79), podendo ser elevado a outro nível de complexidade, o que compõe o exercício do filosofar.

Toda essa justificção em torno do exercício do pensamento pode também ser inclinada para as concepções de Fávero (2009, p. 130-131), visto que para este, o pensar filosoficamente é aperfeiçoar as ferramentas do pensamento, é o exercício de pensar problemas, de pensar e repensar suas respostas, através do processo de relacionar uma determinada informação com outra. Segundo o autor, essa construção se desenvolve através de um processo de investigação analógica, ou seja, do pensar por relações, é em outras palavras, a capacidade de comparar, analisar, a partir de critérios válidos e fundamentados, por conhecimentos já apreendidos, é “exercitar os conteúdos específicos por meio da construção de analogias” para então se chegar à compreensão do que ainda não é entendido, para chegar a um novo conhecimento.

Ao considerar estas concepções, mesmo que pareça complexo para os jovens em privação de liberdade desenvolver o pensamento reflexivo, este não é impossível quando se tem os meios que contribuam para tal prática. Na realidade, o que não é experimentado não é aprendido, nesse contexto, um contato inicial com a experiência filosófica pode ajudar a aproximá-los dessa forma de pensar, pois é através dela que “a capacidade de problematizar o senso comum e de exercitar a argumentação” (ARANHA e MARTINS, 2016, p. 407) emerge para o processo reflexivo.

Para Aranha e Martins (2016, p. 432) isso é possível devido à natureza argumentativa da filosofia que a torna uma experiência do pensar permanente e faz do filosofar uma atitude que pressupõe constante disponibilidade para a indagação, ou seja, a filosofia pode ser compreendida como “a íntima ligação entre o refletir e a atitude de filosofar, ao mesmo tempo que se abre para a autonomia do pensar”, é através dela que podemos dar início ao exercício do pensamento reflexivo.

Como forma de materializar o pensamento acima, Tomazetti (2009, p. 27) propõe meios para se trabalhar a aula de filosofia de modo a aproximar os jovens com os temas filosóficos através da introdução de filmes, charges, imagens, notícias, documentários, textos literários, entre outros recursos que possibilitem uma posterior análise filosófica, pois ao “trazer o familiar, o comum, o óbvio e torná-lo problema, enfrentá-lo com as ferramentas da filosofia, representa um convite ao aluno para adentrar na linguagem, na atividade do pensamento”.

Para a autora, “o exercício do pensamento do aluno, precisa recorrer ao mundo da vida como fonte de perguntas, de desconfiança, de espanto, de crenças, de situações e comportamentos” (TOMAZETTI, 2009, p. 29), o que irá produzir um sentido para as aulas de filosofia, e como consequência a experiência filosófica e a prática do filosofar terão os seus momentos efetivados.

Outra proposta interessante para contribuir com o ensino de filosofia no contexto de (re)significação do processo de ressocialização, pode ser tomada a partir do pensamento de Gontijo (2013, p.49-50) sobre a importância da transposição didática deste ensino, cuja finalidade é identificar os principais contextos da realidade vivida pelos estudantes e traçar mecanismos para dialogar filosoficamente com essas questões. O objetivo é contribuir para que esses jovens “possam problematizar, conceituar e argumentar qualificadamente [para que] possam criar a relação entre conhecimento filosófico e conhecimento do senso comum como forma de preparação para vida em sociedade”.

Sob esse viés, o ensino de filosofia passa a ter um caráter de mediador do

cotidiano, já que “os estudantes ao encontrarem situações cotidianas [mais complexas], serão desafiados a argumentar adequadamente as razões de suas ações e de suas ideias” (GONTIJO, 2013, p. 52), o que significa uma nova atitude diante das questões sociais pelas quais eles deverão passar, sendo possível afirmar que esse ensino pode afetar positivamente os jovens que estão inseridos em circunstâncias de privação de liberdade.

Por último, vale mencionar a proposta de Sílvio Gallo (2006, p. 26), adaptada para a aplicação desta pesquisa, uma vez que segundo o autor é possível construir uma oficina de conceitos caracterizada por quatro etapas de trabalho, sensibilização, problematização, investigação e conceituação, que em suma essa forma de trabalhar o ensino de filosofia, deve partir de problemas do cotidiano, de problemas que desperte o interesse, que afete os alunos. Porém, não é qualquer problema, ele deve ser um problema filosófico, que exija dos estudantes a aproximação com conceitos filosóficos, para ir além do senso comum e não findar na mera discussão de opiniões.

Tais especificidades têm como objetivo que “cada estudante possa passar pela experiência de pensar filosoficamente, de lidar com os conceitos criados na história [da Filosofia para] apropriar-se deles, compreendê-los, recriá-los e, quem sabe chegar a criar conceitos próprios” (GALLO, 2006, p. 26). É necessário que o aluno se sinta instigado a pensar e a perceber que os conceitos filosóficos não são uma concepção distante da realidade.

Portanto, as proposições destacadas até aqui buscam justificar o ensino de filosofia como elemento importante para o processo de ressocialização, onde o filosofar pode oportunizar aos socioeducandos momentos de fala e reflexão para que eles possam ter autonomia, para que eles possam se colocar como sujeitos de direitos. De fato, não é um processo fácil, mas é possível quando se busca usar as ferramentas certas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, MAS NÃO O FIM DO DIÁLOGO.

As questões trabalhadas nesta pesquisa envolveram perspectivas relacionadas à apresentação de um cenário pouco discutido em trabalhos acadêmicos, além de entrecruzar concepções filosóficas e sociológicas para compreender as principais particularidades que formam o Sistema e os Centros Socioeducativos. Em vista do que foi até aqui apresentado, é possível afirmar que para os jovens pobres que estão inseridos nessa conjuntura de tutela estatal não resta grandes saídas emancipadoras, que proporcionem autonomia ou uma perspectiva de mobilização social.

Afinal, antes mesmo de serem apreendidos, a maioria destes jovens já era rotulada como delinquentes, já era estereotipada de acordo com diversas conversões sociais taxativas, referentes à criminalidade. Já ao saírem, os mesmo não contam com ações ou com uma política governamental que os auxiliem, com encaminhamentos e orientações para que possam sobreviver dignamente, de acordo com as determinações legais que formam os valores morais no país.

Para apropriar-se deste viés, os momentos práticos da pesquisa de campo foram determinantes para esmerilar, à medida que eram percebidas as práticas cotidianas que compõem os Centros Socioeducativos, a semelhança entre estes e uma prisão voltada para pessoas adultas. O que despertou a atenção em trazer um breve histórico do Sistema Socioeducativo no Brasil e o esquadramento sobre as principais questões legais e institucionais dos Centros Socioeducativos do Ceará, como forma de aproximar o leitor de uma realidade social pouco apreendida, além de fundamentar uma compreensão geral sobre os campos de aplicação da pesquisa.

Sobre estes, ficou clara a burocracia enfrentada para a realização da pesquisa que, no entanto, proporcionou aprendizado amplo e significativo não só em relação ao alargamento da visão de mundo enquanto processos de pesquisa, mas que também faz deste trabalho uma referência para que outros possam ser desenvolvidos e estruturados sob condições mais acessíveis e com desenvolvimento mais objetivo, contribuindo para maior intervenção sobre as conjunturas que formam a realidades desses espaços.

Nesse sentido, convém salientar que uma vez organizada e superada a parte burocrática da aplicação das atividades a serem desenvolvidas, a participação dos jovens será a menor dificuldade a ser vivenciada, uma vez que convidá-los para o lúdico é bem mais fácil, é mais prazeroso do que exigir que estes sigam sentados, inertes a uma explanação de conteúdos mecânicos, desprovidos de sentidos sobre a realidade na qual estão inseridos.

Diante desse contexto, as aulas de filosofia “encaixadas” no Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro, foram pensadas com o objetivo de analisar as possibilidades e contribuições para uma ressignificação do processo de ressocialização para os adolescentes que estão em privação de liberdade. A disposição em aproximar esses jovens do filosofar foi de mediar à experimentação da liberdade de argumentação, do pensamento não tutelado, do comportamento autônomo, das possibilidades criativas e entre outros pressupostos fundamentais para o exercício do filosofar, e assim intercalar parâmetros para que estes pudessem repassar sua condição enquanto sujeitos sociais, enquanto sujeitos de direitos.

Entretanto, para alcançar, ou pelo menos para encaminhá-los para tal pretensão, aprender filosofia a partir da compreensão da sua história, conhecer seus principais pensadores e fixar seus conceitos não foi o caminho escolhido para a realização prática das aulas, pois para isso é preciso que o aluno já tenha certa proximidade com o exercício do pensar, que ele tenha o mínimo de disciplina intelectual³⁶, o que devido aos principais fatores aqui apresentados essa forma de se apropriar efetivamente da filosofia ainda não foi possível.

Partindo dessa realidade, os instantes vivenciados durante as aulas contribuíram para oportunizar aos adolescentes o exercício do pensar livre, isso porque momentos “desprendidos” das pressões institucionais é sem dúvida um convite a libertar a criatividade, a interação, o repensar, o aprender sem medo de errar ou de ser julgado, afinal o filosofar não é só solucionar um problema, é encontrá-lo, é pensá-lo e repensá-lo, é exercitar o pensamento. E este exercício se faz frente às percepções das realidades, da construção de conceitos, de argumentos, de compreensões que contemplem uma análise do real, diferente dos pressupostos do senso comum.

Como meio para concretizar esses momentos, adaptamos a proposta de Silvio Gallo (2006) sobre o ensino de filosofia ser desenvolvido a partir de uma oficina de criação de conceitos, nesse sentido os temas trabalhados em forma de perguntas, por meio de músicas, rodas de conversa, imagens e outras dinâmicas, possibilitou aos adolescentes a experiência de pensar filosoficamente. À medida que as aulas foram avançando a prática do filosofar, da aplicação dos conceitos filosóficos predispostos para às realidades por eles vivenciadas, os mesmo conseguiram conceituar subjetivamente a funcionalidade da filosofia, e

³⁶ Para Aranha e Martins (2016, p. 411) a disciplina intelectual é “o esforço do espírito treinado para a atenção continuada, a concentração na leitura, a capacidade de ouvir o professor, o colega, o autor que fala por meio do texto que esta sendo lido, [...] é a capacidade de compreensão, é a disciplina em selecionar leituras”, ou seja, é um caminho sistemático para ler e pensar melhor, é um momento de decisão sobre a busca por conhecimentos previamente determinados.

principalmente, relacioná-la como meio de identificar as principais questões que estão intrínsecas a realidade que os molda, como é possível perceber ao comparar as respostas presentes nos dois questionários aplicados.

Em razão desse contexto, na seção *O ensino de filosofia e suas possibilidades*, foram apresentadas a concepção de alguns autores sobre possíveis formas de trabalhar a filosofia para que os alunos possam avançar sobre o processo de questionar o que de imediato se apresenta como verdade e assim experimentar a abstração da realidade através das concepções teóricas que medeiam a própria teoria e a prática, ou seja, o seu cotidiano, a sua vida. Em suma, estas concepções convergem para que os jovens pensem sobre problemas práticos do cotidiano, sobre o que já foi pensado, e assim tenham as condições para recriar os caminhos necessários para a efetivação do pensamento não tutelado, de um progresso enquanto sujeito pensante, uma vez que, para os autores, o importante que os jovens filosofem.

Conquanto, para uma entrepausa sobre a discussão proposta por esta pesquisa, reconhecemos o fato de que o processo de ressocialização não é fácil, não é uma questão social que se resolve apenas com oito aulas de filosofia e o movimento do pensamento através do filosofar. Esse processo exige políticas públicas que envolvam ações de integração e de encaminhamentos sociais, de acompanhamento e de desenvolvimento desses jovens enquanto cidadãos. Porém, uma reconfiguração do Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro, através da filosofia e do filosofar como uma possibilidade de pensar e refletir sobre a vivência em sociedade e inclusive sobre a própria vida, pode ser um marco inicial para um avanço na ressocialização.

Partindo desse pressuposto, como uma das formas de produto a ser entregue para as instituições envolvidas na pesquisa, será enviado um relatório com as principais impressões e proposta sobre a reconfiguração do Projeto RecomeceCE: Desenhando o Futuro através da inserção definitiva da filosofia como meio que desperta o socioeducando para a autonomia do seu pensamento, para a percepção consciente das contradições presentes na realidade e das particularidades que moldam as relações sociais.

Como segundo produto, será dado à Coordenação do CEJA do José Walter, responsável pela articulação dos profissionais envolvidos no projeto, pelos encaminhamentos didáticos e burocráticos junto a CODIN/SEDUC, o Roteiro desenvolvido para a realização das aulas durante a pesquisa, como proposta para complementar as atividades já trabalhadas pelos professores do RecomeceCE: Desenhando o Futuro.

Nesse sentido, reafirmamos que se trabalhada de forma duradoura e intensiva a

filosofia, a partir das questões presentes no cotidiano, nos acontecimentos que conformam a vida dos alunos, assim como também nas manifestações culturais dos adolescentes em privação de liberdade, pode ressignificar a ressocialização desses jovens, pode apresentar para estes uma forma diferente de se perceber e perceber o mundo. E para dar continuidade a essa determinação, faremos os caminhos que forem necessários para dar voz a tal compromisso que antes de ser um viés acadêmico para se trabalhar em um doutorado, é um retorno social aos investimentos feitos pela população ao proporcionar para poucos o contato com a universidade.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 6. Ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 7.210, de julho de 1984**. Institui a Lei Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. Legislação Informatizada. **Decreto nº 4.780, de 2 de Março de 1903**. Aprova o regulamento para a Escola Correccional Quinze de Novembro. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-4780-2-marco-1903-515922-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=1%C2%BA%20A%20Escola%20Correccional%20%C2%ABQuinze,Art>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 3, de 13 julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Brasília-DF: CONANDA, 2006a.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Parâmetros para formação do socioeducador: uma proposta inicial para reflexão e debate** / Coordenação técnica Antonio Carlos Gomes da Costa. Brasília, 2006b. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivosFile/publi/sdh/parametros_para_a_formacao_socioeducador.pdf Acesso em: 07 nov. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12594.htm. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). **Resolução nº 3, de 13 de maio de 2016**. Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/10/eppl.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). **Resolução nº 233, de 30 de dezembro de 2022**. Estabelece diretrizes e parâmetros de atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Disponível em: <https://www.gov.br/paricipamaisbrasil/https-wwwgovbr-participamaisbrasil-blob-baixar-7359>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CEARÁ. **Resolução nº 363 de 11 de outubro de 2000.** Dispõe sobre a Educação de Jovens e Adultos. 2000. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/49/2011/08/RES-0363-2000.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

CEARÁ. **Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo.** Governo do Estado do Ceará, PROARES II. Ceará, 2013. Disponível em: http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2018/01/20180015Plano_Estadual_de_Atendimento_Socioeducativo_Estado_do_Ceara.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

CEARÁ. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. **Regimento Interno: Unidades de Medidas Socioeducativas do Estado do Ceará.** Banco Interamericano de Desenvolvimento; Governo do Estado do Ceará, PROARES II. 2.ed. – Fortaleza : Governo do Estado do Ceará, 2015a. Disponível em: <http://www.poderesocial.com.br/site/wpcontent/uploads/2017/05/regimento-internoseas2015.pdf>. Acesso em 10 de out. 2022.

CEARÁ. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. **Para entender o Sistema Socioeducativo: Cartilha Adolescentes em Conflito com a Lei.** Fortaleza 2015b. Disponível em: <http://www.cedecaceara.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Cartilha-Adolescentes-em-conflito-com-a-lei.pdf>. Acesso em: Acesso em 10 de out. 2022.

CEARÁ. **Lei N.º 16.025, de 30 de maio de 2016.** Dispõe sobre o Plano Estadual De Educação (2016/2024). 2016a. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4019-lei-n-16-025-de-30-05-16-d-o-01-06-16>. Acesso em: 07 nov. 2022.

CEARÁ. **Lei nº 16.040, 28 de junho de 2016.** Cria o Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, os cargos de superintendente e superintendente a superintendente adjunto, o Conselho Gestor da Superintendência, O Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo. 2016b. Disponível em: <https://www.seas.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/35/2020/06/Lei-Estadual-16.040-2016-Cria%C3%A7%C3%A3o-da-Seas.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2022.

CEARÁ. **Decreto nº 31.988, de 12 de julho de 2016.** Dispõem sobre a estrutura organizacional, o regulamento, a distribuição e a denominação dos cargos de provimento em comissão da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS) e dá outras providências. 2016c. Disponível em: <https://www.seas.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/35/2020/06/Decreto-Estadual-31.988-2016-Regulamento-SEAS.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2022.

CEARÁ. **RecomeceCE... Desenhado o Futuro.** Coordenadoria da Diversidade e Inclusão Educacional (CODIN). SEDUC – Gráfica Digital. Fortaleza, 2018a.

CEARÁ. **Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará 2019 – 2028.** Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS). Ceará, 2018b. Disponível em: <https://www.seas.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/35/2020/10/LIVRO-PLANO-DECENAL-OFFICIAL.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

CEARÁ. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO CENTRO SOCIOEDUCATIVO SÃO FRANCISCO.** Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo

(SEAS). Ceará, 2021. Disponível em: <https://www.seas.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/35/2021/12/CENTRO-SOCIOEDUCATIVO-SAO-FRANCISCO.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

CEARÁ. **Portaria nº 093, de 05 de julho de 2022.** Institui o Regime Disciplinar no Sistema Socioeducativo, definindo normas, rotinas e procedimentos para a consolidação e padronização das ações dos Conselhos disciplinares no âmbito dos Centros Socioeducativos do Estado do Ceará. Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS). Ceará, p. 161-165, 2022. Disponível em: https://www.seas.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/35/2022/07/Portaria-093_2022_Re_gime_Disciplinar_.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

CERLETTI, Alejandro. **O ensino de filosofia como problema filosófico.** Tradução: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FAVARETTO, Celso. A filosofia e o seu ensino. In: CARVALHO, Marcelo; CORNELLI, Gabriele (orgs.). **Ensinar Filosofia: volume 2.** Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013. p. 19-36.

FAVERO, Altair. O pensar por relações e a investigação analógica: possibilidades para o ensino de filosofia. In: TOMAZETTI, Elisete; GALLINA, Simone (org.). **Territórios da prática filosófica.** Santa Maria: UFSM, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. – São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010. – (Coleção obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalheite. 42 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva:** curso no Collège de France (1972-1973). Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015. – (Coleção obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Roberto Machado (org.). 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Teorias e instituições penais:** curso no Collège de France (1971-1972). Tradução: Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2020. – (Coleção obras de Michel Foucault).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e educação:** ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época ; v.23)

GALLO, Sílvio. **A Filosofia e seu ensino:** conceito e transversalidade. ETHICA, Rio de Janeiro, v.13, n.1, p. 17-35, 2006. Disponível em: <http://professor.ufabc.edu.br/~la.salvia/wpcontent/uploads/2016/09/gallofilosofia-e-seu-ensino-conceito-e->

transversalidade.pdf. Acesso em 07 de jan. 2022.

_____. **Metodologia do ensino de filosofia:** Uma didática para o ensino médio. Campinas: Papirus Editora, 2012.

GARLAND, David. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, nº 13, p. 59-80, Nov. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44781999000200006>. Acesso em: 30 jan. 2023.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **Pesquisa em Ciências Sociais:** o projeto da dissertação de mestrado. Fortaleza: EUFC, 1999.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A educação em espaços de restrição e privação de liberdade no Brasil: perspectivas e concepções. **Revista Pedagógica**, v. 16, n. 32, p. 191-216, Jan./Jun. 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/issue/view/170>. Acesso em: 10 mai. 2022.

KOHAN, Walter Omar. Subjetivação, educação e filosofia. **Perspectiva**, v.18, n.34 p.143-158, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/articledownload/10454/9815/31373>. Acesso em: 10 mai. 2023.

KOHAN, Walter Omar. Como ensinar o que é preciso aprender? Filosofia: uma oficina de pensamento. In: Carvalho, Marcelo; Cornelli, Gabriele (org.). **Ensinar Filosofia:** volume 2. Cuiabá: Central de Texto, 2013. p. 75-83.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2003.

LANGON, Maurício. Uma experiência de ensino de filosofia. In: Carvalho, Marcelo; Cornelli, Gabriele (org.). **Ensinar Filosofia:** volume 2. Cuiabá: Central de Texto, 2013. p. 87-99.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez Editora. 1994.

MAEYER, Marc de. Ter tempo não basta para que alguém decida a aprender. **Em Aberto**, v. 24, n. 86, p. 43-55, nov. 2011. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2715>. Acesso em: 10 mai. 2023.

MELANI, Ricardo. **Diálogo:** primeiros estudos em filosofia. São Paulo: Moderna, 2016. Volume único.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora VOZES, 2022.

GONTIJO, Pedro. Didática para além da didática. In: Carvalho, Marcelo; Cornelli, Gabriele (org.). **Ensinar Filosofia:** volume 2. Cuiabá: Central de Texto, 2013. p. 49-59.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o>

3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico__1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

SILVA, Edna Lúcia da. MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. 138p. Disponível em: https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_d_e_teses_e_dissertacoes1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

TOMAZETTI, Elisete Medianeira. Ensino e Aprendizagem em Filosofia: possibilidades a partir de diferentes linguagens?. **Territórios da Prática Filosófica**. Santa Maria: UFSM, 2009, v. 1, p. 17-32.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA. Comissão de Normalização. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. – Fortaleza, 2022. 88 p. Disponível em: <https://biblioteca.ufc.br/wpcontent/uploads/2022/05/guianormalizacaotrabalhosacademicos-17.05.2022.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Tradução: Fábio Bastos. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGF, 2004. 440p. – (Coleção Violência, cultura e poder).

**APÊNDICE A – ATIVIDADE DE SONDAÇÃO SOBRE O CONHECIMENTO EM
RELAÇÃO À EXISTÊNCIA DA FILOSOFIA E A SUA FUNCIONALIDADE.**

ATIVIDADE PROPOSTA RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO Panorama

DATA 28 / 09 / 2022

ALUNO [01] [REDACTED]

O que é Filosofia?

De acordo com os seus conhecimentos responda as perguntas abaixo:

- Você já ouviu falar na palavra Filosofia?

() Sim () Não

- Em sua opinião o que é Filosofia?

- Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?

NÃO sei o que é
Não sei para que ela serve

ATIVIDADE PROPOSTA RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO Panorama

DATA 26 / 09 / 2022

ALUNO [02] Fernando Adair da Silva Azevedo

O que é Filosofia?

De acordo com os seus conhecimentos responda as perguntas abaixo:

- Você já ouviu falar na palavra Filosofia?

() Sim () Não

- Em sua opinião o que é Filosofia?

- Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?

Não sei o que é Filosofia.
Não sei para que serve.

ATIVIDADE PROPOSTA RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO PASSARÉ

DATA 17/11/2022

ALUNO [03] [REDACTED]

O que é Filosofia?

De acordo com os seus conhecimentos responda as perguntas abaixo:

- Você já ouviu falar na palavra Filosofia?

() Sim (X) Não

- Em sua opinião o que é Filosofia?

- Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?

eu não sei o que é filosofia
eu não tenho noção o que é filosofia

ATIVIDADE PROPOSTA RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO PASSARÉ

DATA 19/10/22

ALUNO [04] William Ramos de BRITO CAVALCANTE

O que é Filosofia?

De acordo com os seus conhecimentos responda as perguntas abaixo:

- Você já ouviu falar na palavra Filosofia?

() Sim (X) Não

- Em sua opinião o que é Filosofia?

- Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?

EU NÃO TENHO NOÇÃO DO QUE É:

ACHO QUE É PARA SÓ DIREITOS HUMANOS

ATIVIDADE PROPOSTA RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO Passareli

DATA 22

ALUNO [05]

O que é Filosofia?

De acordo com os seus conhecimentos responda as perguntas abaixo:

- Você já ouviu falar na palavra Filosofia?

() Sim Não

- Em sua opinião o que é Filosofia?

- Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?

Eu não Sei filosofia.

Eu não Sei para o que ela serve.

ATIVIDADE PROPOSTA RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO Passareli

DATA 22

ALUNO [06]

O que é Filosofia?

De acordo com os seus conhecimentos responda as perguntas abaixo:

- Você já ouviu falar na palavra Filosofia?

() Sim Não

- Em sua opinião o que é Filosofia?

- Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?

Eu não sei para o que serve a filosofia.

ATIVIDADE PROPOSTA RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO São Miguel

DATA 12/2022

ALUNO [01]

O que é Filosofia?

De acordo com os seus conhecimentos responda as perguntas abaixo:

- Você já ouviu falar na palavra Filosofia?

Sim () Não

- Em sua opinião o que é Filosofia?

- Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?

eu não sei o que é

ATIVIDADE PROPOSTA RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO São Miguel

DATA 12/2022

ALUNO [02]

O que é Filosofia?

De acordo com os seus conhecimentos responda as perguntas abaixo:

- Você já ouviu falar na palavra Filosofia?

() Sim Não

- Em sua opinião o que é Filosofia?

- Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?

Eu não sei pro que serve filosofia e o que é

ATIVIDADE PROPOSTA RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO SÃO MIGUEL

DATA 12/22

ALUNO [03]

O que é Filosofia?

De acordo com os seus conhecimentos responda as perguntas abaixo:

- Você já ouviu falar na palavra Filosofia?

Sim () Não

- Em sua opinião o que é Filosofia?

- Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?

não sei para que serve a filosofia

ATIVIDADE PROPOSTA RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO SÃO MIGUEL

DATA 12/22

ALUNO [04]

O que é Filosofia?

De acordo com os seus conhecimentos responda as perguntas abaixo:

- Você já ouviu falar na palavra Filosofia?

() Sim Não

- Em sua opinião o que é Filosofia?

- Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?

EU NÃO SEI QUÊ É

ATIVIDADE PROPOSTA RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO SÃO FRANCISCO

DATA 23/12/2022

ALUNO [01] _____

O que é Filosofia?

De acordo com os seus conhecimentos responda as perguntas abaixo:

- Você já ouviu falar na palavra Filosofia?

Sim () Não

- Em sua opinião o que é Filosofia?

- Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?

Não sei pro que serve

ATIVIDADE PROPOSTA RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO São Francisco

DATA _____ 2022

ALUNO [02] _____

O que é Filosofia?

De acordo com os seus conhecimentos responda as perguntas abaixo:

- Você já ouviu falar na palavra Filosofia?

Sim () Não

- Em sua opinião o que é Filosofia?

- Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?

não sei pro que serve

ATIVIDADE PROPOSTA RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO SÃO FRANCISCO

DATA 1/2022

ALUNO [03]

O que é Filosofia?

De acordo com os seus conhecimentos responda as perguntas abaixo:

- Você já ouviu falar na palavra Filosofia?

() Sim (X) Não

- Em sua opinião o que é Filosofia?

- Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?

EU NÃO SEI O QUE É FILOSOFIA

ATIVIDADE PROPOSTA RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO São Francisco

DATA 1/22

ALUNO [04]

O que é Filosofia?

De acordo com os seus conhecimentos responda as perguntas abaixo:

- Você já ouviu falar na palavra Filosofia?

() Sim (X) Não

- Em sua opinião o que é Filosofia?

- Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?

não sei o que é

ATIVIDADE PROPOSTA RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO São Francisco
 DATA 2022 11 09
 ALUNO [05] [REDACTED]

O que é Filosofia?

De acordo com os seus conhecimentos responda as perguntas abaixo:

- Você já ouviu falar na palavra Filosofia?

() Sim () Não

- Em sua opinião o que é Filosofia?

- Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?

Eu não sei que é.

ATIVIDADE PROPOSTA RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO SÃO FRANCISCO
 DATA 2022
 ALUNO [06] [REDACTED]

O que é Filosofia?

De acordo com os seus conhecimentos responda as perguntas abaixo:

- Você já ouviu falar na palavra Filosofia?

() Sim () Não

- Em sua opinião o que é Filosofia?

- Em sua opinião a Filosofia serve para o quê?

NÃO SEI O QUE É

**APÊNDICE B – ROTEIRO DAS AULAS MINISTRADAS DURANTE A PESQUISA
DE CAMPO.**

**FILOSOFIA PRA QUÊ?
ROTEIRO I – Visão Geral**

- Encontro I**
 1. O que é Filosofia? Filosofia pra quê?
- Encontro II**
 2. Filosofia e o pensamento em ação: Uma atividade crítica?
- Encontro III**
 3. Atividade crítica I: Liberdade e existência: o que tenho feito com elas?
- Encontro IV**
 4. Atividade crítica II: Racista! Sexista! Homofóbico! Xenofóbico! Será que eu sou?
- Encontro V**
 5. Atividade crítica III: Consumo e poder: por que eu tenho que ter?
- Encontro VI**
 6. Atividade crítica IV: Medo e violência: por que ou para quê?
- Encontro VII**
 7. Atividade crítica V: Cidadania e democracia: servem para o quê?
- Encontro VIII**
 8. Algumas considerações: O que eu tenho a falar?!
9. **Letra da música Pensamento - Banda Cidade Negra.**
10. **Letra da música Tempos Modernos - Banda Jota Quest.**
11. **Letra da música Minha alma - Banda O Rappa.**
12. **Letra da música Que País É Esse? - Banda Legião Urbana.**

FILOSOFIA PRA QUÊ? ROTEIRO II – Descrição

ENCONTRO I

Filosofia e o pensamento em ação: Uma atividade crítica?

- Roda de conversa para a apresentação da professora e dos socioeducando;
- Apresentação do roteiro sobre as atividades e os temas a serem trabalhados durante os 08 encontros;
- Solicitar aos socioeducandos que respondam a atividade/questionário sobre a sua compreensão em relação à definição e a funcionalidade da Filosofia;
- Roda de conversa para a escuta, leitura e discussão das percepções sobre a música *Pensamento*, interpretada pela banda Cidade Negra;
- Apresentação e debate sobre as principais expressões relacionadas à Filosofia.

Objetivo: Intermediar a compreensão dos socioeducandos sobre a Filosofia e o filosofar, partindo dos seguintes questionamentos:

- ✓ E a expressão: Penso, logo existo.
- ✓ Por que o que me chama atenção me causa interesse, rejeição ou admiração?
- ✓ Por que questionar as coisas que me são familiares?
- ✓ Por que ter uma atitude crítica diante da vida?
- ✓ Afinal, refletir para quê?

ENCONTRO II

Filosofia e o pensamento em ação: Uma atividade crítica?

- Apresentação do tema do encontro e orientações iniciais;
- Roda de conversa para apresentação e debate sobre alguns conceitos como: felicidade; mal e bem; mau e bom; certo e errado, a partir da provocação para o estranhamento e questionamento das experiências cotidianas.

Objetivo: Aproximar os socioeducandos da prática do filosofar, a partir da maiêutica socrática como metodologia, através da reflexão sobre a relação entre as experiências cotidianas e os conceitos de: felicidade segundo Aristóteles e as principais Escolas Filosóficas do período Helenístico; paixões como afecção para Baruch Espinoza; amor, vida ética de acordo com Platão e Aristóteles; o bem e o mal em Santo Agostinho; ética e a moral no pensamento de Immanuel Kant, partindo dos seguintes questionamentos:

- ✓ O que é Felicidade? E o que é ser Feliz?
- ✓ O que é bom ou mau? O que é certo ou o que é errado?
- ✓ O que é o bem? E o que é o mal?
- ✓ O que é amor? E o que é amar?

ENCONTRO III

Atividade crítica I: Liberdade e existência: o que tenho feito com elas?

- Apresentação do tema do encontro e orientações iniciais;
- Roda de conversa para a escuta, leitura e discussão das percepções sobre a música *Tempos Modernos*, interpretada pela banda Jota Quest;

Objetivo: Trabalhar com os socioeducandos a prática do filosofar através do questionamento crítico sobre os conceitos de liberdade e existência, a partir das discussões iniciadas na roda de conversa em consonância com a atitude reflexiva sobre algumas das frases mais socializadas de Jean-Paul Sartre, das obras *O Existencialismo é Um Humanismo?* e *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*.

- ✓ “O homem é a soma de seus atos”.
- ✓ “O homem está condenado a ser livre [...]. Pois tão logo é atirado ao mundo, torna-se responsável por tudo que faz.”
- ✓ “Não somos aquilo que fizeram de nós, mas o que fazemos com o que fizeram de nós”.
- ✓ Viver é isto: ficar se equilibrando o tempo todo entre escolhas e consequências.

ENCONTRO IV

Atividade crítica II: Racista! Sexista! Homofóbico! Xenofóbico!

Será que eu sou?

- Apresentação do tema do encontro e orientações iniciais;
- Roda de conversa para debate sobre as expressões: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, da filósofa Simone de Beauvoir, e “Racismo é algo normal, é uma forma de racionalidade”, do Professor Pós-doutor Silvio Luiz Almeida autor e estudioso do conceito racismo estrutural, no Brasil.

Objetivos:

- Exercitar junto aos socioeducandos a prática do filosofar sobre os contrastes entre as construções sociais e a autenticidade dos indivíduos sociais através de conceitos como: racismo, sexismo, gênero, homofobia, xenofobia, a partir das discussões iniciadas na roda de conversa em consonância com a atitude reflexiva para o entendimento prático das palavras preconceito, estigma, estereótipos, diversidade, discriminação;
- Iniciar a aproximação dos socioeducando com as reflexões sobre a moral e a ética, a partir da provocação para o estranhamento e questionamento das experiências cotidianas.

ENCONTRO V

Atividade crítica III: Consumo e poder: por que eu tenho que ter?

- Apresentação do tema do encontro e orientações iniciais;
- Disposição de imagens impressas e/ou de recorte de jornais e revistas que referenciem; riqueza, paz, família, luxo, viagens, amizade, amor, liberdade, religiosidade e demais expressões da vida cotidiana, para a escolha dos socioeducandos a partir da frase: Eu me identifico com essa imagem porque...
- Roda de conversa para a escuta e discussão sobre a justificativa da escolha da imagem;

Objetivo: Refletir com os socioeducandos sobre questões relacionadas à identidade na era da informação e do consumo, trabalhando os principais conceitos filosóficos ligados principalmente a Indústria Cultural, Modernidade Líquida, alienação e fetichismo, buscando a relação efetiva desses conceitos com a realidade prática do cotidiano.

ENCONTRO VI

Atividade crítica IV: Medo e violência: por que ou para quê?

- Apresentação do tema do encontro e orientações iniciais;
- Roda de conversa para a escuta, leitura e discussão das percepções sobre a música *Minha alma* (A paz que eu não quero), interpretada pela banda O Rappa;

Objetivos:

- Identificar junto com os socioeducandos as contradições que formam as relações sociais e o papel dos indivíduos nos diversos espaços sociais através de conceitos como: pobreza, segregação urbana, desigualdade social, conflitos urbanos, marginalidade e violência, a partir das discussões iniciadas na roda de conversa;
- Discutir sobre os conceitos moral e a ética, a partir da provocação para o estranhamento e questionamento das experiências cotidianas, buscando aproximar o entendimento dos socioeducando para a Moral Kantiana e o conceito de poder de Michel Foucault.

ENCONTRO VII

Atividade crítica V: Cidadania e democracia: servem para o quê?

- Apresentação do tema do encontro e orientações iniciais;
- Roda de conversa para a escuta, leitura e discussão das percepções sobre a música *Que país é esse*, interpretada pela banda Legião Urbana;

- Discussão sobre o que os socioeducandos entendem sobre o tema, buscando identificar suas experiências cotidianas a partir de conceitos como: cidadania; poder político, Estado, democracia, política, voto, eleições.

Objetivos:

- Provocar os socioeducandos para o estranhamento e questionamento das experiências cotidianas sobre o tema;
- Instigar os socioeducandos para a prática do filosofar, através da reflexão sobre a relação entre as experiências cotidianas e os principais conceitos da filosofia política de Platão e Aristóteles e dos principais filósofos contratualistas Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau e Montesquieu.

ENCONTRO VIII

Algumas considerações: O que eu tenho a falar?!

- Apresentação do tema do encontro e orientações;
- Solicitar aos socioeducandos que respondam a atividade/questionário sobre a sua compreensão em relação à funcionalidade da Filosofia;
- Roda de conversa para comparação, reflexão e socialização sobre os conhecimentos construídos durante os 09 encontros.

Objetivo:

- Refletir com os socioeducandos em relação à construção do conhecimento a partir das discussões sobre os temas dos nove encontros. Buscando destacar a relação efetiva dos conceitos teóricos com a realidade prática do cotidiano.
- Realizar uma análise qualitativa sobre a contribuição do filosofar para a superação da consciência intransitiva dos socioeducandos.

LETRA
Música Pensamento

Banda Cidade Negra

Compositores: Andre Jose De Farias/ Sebastião Bernardo/ Paulo Roberto Da Rocha Gama / Lazão

Você precisa saber
O que passa aqui dentro
Eu vou falar pra você
Você vai entender
A força de um pensamento
Pra nunca mais esquecer

Pensamento é um momento
Que nos leva a emoção
Pensamento positivo
Que faz bem ao coração
O mal não
O mal não

Sempre que para você chegar
Terá que atravessar
A fronteira do pensar
A fronteira do pensar

E o pensamento é o fundamento
Eu ganho o mundo sem sair do lugar
Eu fui para o Japão
Com a força do pensar
Passei pelas ruínas
E parei no Canadá
Subi o Himalaia
Pra no alto cantar
Com a imaginação que faz
Você viajar, todo mundo

Estou sem lenço e o documento
Meu passaporte é visto em todo lugar
Acorda meu Brasil com o lado bom de pensar
Detone o pesadelo pois o bom
Ainda virá

Você precisa saber
O que passa aqui dentro
Eu vou falar pra você
Você vai entender
A força de um pensamento
Pra nunca mais esquecer

Custe o tempo que custar
Que esse dia virá
Nunca pense em desistir, não
Te aconselho a prosseguir

O tempo voa rapaz.

Pegue seu sonho rapaz
A melhor hora e o momento
É você quem faz

Recitem poesias e palavras de um rei
Faça por onde que eu te ajudarei
Recitem poesias e palavras de um rei
Faça por onde que eu te ajudarei

LETRA**Música Tempos Modernos**

Banda Jota Quest

Compositores: Luiz Mauricio Pragana Dos Santos

Eu vejo a vida melhor no futuro
Eu vejo isso por cima de um muro
De hipocrisia, que insiste em nos rodear

Eu vejo a vida mais clara e farta
Repleta de toda a satisfação
Que se tem direito do firmamento ao chão

Hoje o tempo voa, amor
Escorre pelas mãos
Mesmo sem se sentir
Que não há tempo que volte amor
Vamos viver tudo o que há pra viver
Vamos nos permitir
Vamos nos permitir

Eu quero crer no amor numa boa
Que isso valha pra qualquer pessoa
Que realizar a força que tem uma paixão

Eu vejo um novo começo de era
De gente fina, elegante e sincera
Com habilidade pra dizer mais sim do que não

Hoje o tempo voa, amor
Escorre pelas mãos
Mesmo sem se sentir
Que não há tempo que volte amor
Vamos viver tudo o que há pra viver

LETRA**Minha alma
(A paz que eu não quero)**

Banda O Rappa

*Compositores: Alexandre Monte De Menezes / Lauro Jose De Farias / Marcelo De Campos Lobato /
Marcelo Falcao Custodio / Marcelo Fontes Do Nascimento Vi Santana*

A minha alma 'tá armada
E apontada para a cara do sossego
Pois paz sem voz paz sem voz
Não é paz é medo

Às vezes eu falo com a vida
As vezes é ela quem diz
Qual a paz que eu não quero
Conservar para tentar ser feliz
(repetir)

As grades do condomínio são para trazer proteção
Mas também trazem a dúvida se é você que 'tá nessa prisão
Me abrace e me dê um beijo
Faça um filho comigo
Mas não me deixe sentar na poltrona no dia de domingo, domingo
Procurando novas drogas de aluguel
Nesse vídeo coagido
É pela paz que eu não quero seguir admitindo

É pela paz que eu não quero seguir admitindo
É pela paz que eu não quero seguir
É pela paz que eu não quero seguir
É pela paz que eu não quero seguir admitindo

LETRA**Que País É Esse?**

Banda Legião Urbana
Compositor Renato Russo

Nas favelas, no senado
Sujeira pra todo lado
Ninguém respeita a constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação

Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?

No Amazonas
E no Araguaia ia, ia
Na Baixada Fluminense
No Mato grosso
E nas Gerais
E no Nordeste tudo em paz
Na morte eu descanso
Mas o sangue anda solto
Manchando os papeis
Documentos fiéis
Ao descanso do patrão

Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?

Terceiro mundo se for
Piada no exterior
Mas o Brasil vai ficar rico
Vamos faturar um milhão
Quando vendermos todas as almas
Dos nossos índios num leilão

Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?

APÊNDICE C – ATIVIDADE SOBRE O CONHECIMENTO EM RELAÇÃO À FUNCIONALIDADE DA FILOSOFIA.

ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO: Passaré

ALUNO [01]

DATA: 2022

De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

Observação: Escolha até 04 respostas!

"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."

Filme Doutor Estranho

ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECE

CENTRO SOCIOEDUCATIVO: Passaré

ALUNO [02]

DATA: 2022

De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

Observação: Escolha até 04 respostas!

"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."

Filme Doutor Estranho

ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECECENTRO SOCIOEDUCATIVO: Passaré

ALUNO [03]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

Observação: Escolha até 04 respostas!*"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."**Filme Doutor Estranho***ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECE**CENTRO SOCIOEDUCATIVO: Passaré

ALUNO [04]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

Observação: Escolha até 04 respostas!*"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."**Filme Doutor Estranho*

ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECECENTRO SOCIOEDUCATIVO: Passaré

ALUNO [03]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

Observação: Escolha até 04 respostas!*"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."**Filme Doutor Estranho***ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECE**CENTRO SOCIOEDUCATIVO: Passaré

ALUNO [04]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

Observação: Escolha até 04 respostas!*"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."**Filme Doutor Estranho*

ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECECENTRO SOCIOEDUCATIVO: Passaré

ALUNO [05]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

Observação: Escolha até 04 respostas!*"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."**Filme Doutor Estranho***ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECE**CENTRO SOCIOEDUCATIVO: Passaré

ALUNO [06]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

Observação: Escolha até 04 respostas!*"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."**Filme Doutor Estranho*

ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECECENTRO SOCIOEDUCATIVO: São Miguel

ALUNO [01]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

*Observação: Escolha até 04 respostas!**"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."**Filme Doutor Estranho***ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECE**CENTRO SOCIOEDUCATIVO: São Miguel

ALUNO [02]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

*Observação: Escolha até 04 respostas!**"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."**Filme Doutor Estranho*

ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECECENTRO SOCIOEDUCATIVO: São Miguel

ALUNO [03]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

*Observação: Escolha até 04 respostas!**"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."**Filme Doutor Estranho***ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECE**CENTRO SOCIOEDUCATIVO: São Miguel

ALUNO [04]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

*Observação: Escolha até 04 respostas!**"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."**Filme Doutor Estranho*

ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECECENTRO SOCIOEDUCATIVO: São Miguel

ALUNO [05]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

Observação: Escolha até 04 respostas!*"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."**Filme Doutor Estranho***ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECE**CENTRO SOCIOEDUCATIVO: São Miguel

ALUNO [06]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

Observação: Escolha até 04 respostas!*"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."**Filme Doutor Estranho*

ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECECENTRO SOCIOEDUCATIVO: São Francisco

ALUNO [01]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

*Observação: Escolha até 04 respostas!**"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."**Filme Doutor Estranho***ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECE**CENTRO SOCIOEDUCATIVO: São Francisco

ALUNO [02]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

*Observação: Escolha até 04 respostas!**"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."**Filme Doutor Estranho*

ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECECENTRO SOCIOEDUCATIVO: São Francisco

ALUNO [03]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

Observação: Escolha até 04 respostas!**"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."***Filme Doutor Estranho***ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECE**CENTRO SOCIOEDUCATIVO: São Francisco

ALUNO [04]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

Observação: Escolha até 04 respostas!**"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."***Filme Doutor Estranho*

ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECECENTRO SOCIOEDUCATIVO: São Francisco

ALUNO [05]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input checked="" type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

Observação: Escolha até 04 respostas!*"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."**Filme Doutor Estranho***ATIVIDADE II - PROJETO RECOMECE**CENTRO SOCIOEDUCATIVO: São Francisco

ALUNO [06]

DATA: 2022*De acordo com os nossos encontros: Em sua opinião a Filosofia serve:*

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> para saber fazer boas perguntas. | <input type="checkbox"/> para questionar o que acontece na sociedade. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para pensar sobre mim. |
| <input type="checkbox"/> para questionar sobre a vida. | <input type="checkbox"/> para questionar sobre minha realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os sentimentos. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para pensar sobre os problemas. | <input type="checkbox"/> para questionar a realidade. |
| <input type="checkbox"/> para questionar os problemas. | <input checked="" type="checkbox"/> para pensar de forma diferente. |
| <input checked="" type="checkbox"/> para pensar sobre a sociedade. | |

Observação: Escolha até 04 respostas!*"Só porque alguém tropeça e se perde, não quer dizer que está perdido para sempre."**Filme Doutor Estranho*

APÊNDICE D – A SOLICITAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA, AO JUIZ, NO SETOR DE PROTOCOLO DA 5ª VARA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.

ROBSON REIS DA SILVA
SUPERVISOR UNID. JUDICIÁRIA
5ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
MATRÍCULA - 24.856
PP 23105202
11/16



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Fortaleza, 23 de maio de 2022.

**Meritíssimo Senhor Juiz Manuel Clístenes de Façanha e Gonçalves
Juiz de Direito da 5ª Vara de Execução de Medidas Socioeducativas
Rua Tabelião Fabião, n. 140 - Presidente Kennedy,
CEP 60320-010 - Fortaleza – CE.**

Sou Nara Telânie Tavares dos Santos, CPF n. [REDACTED], RG n. [REDACTED], mestranda do Curso de Ensino de Filosofia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, matrícula n. 501908, especialista em Ensino de Ciências Humanas pelo Instituto Federal de Educação, de Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, graduada em Filosofia Licenciatura pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, atualmente servidora pública estadual professora Nível C, matrícula n. 48257534.

Venho, por meio desta, pleitear de Vossa Senhoria a autorização para o desenvolvimento empírico da pesquisa intitulada ***DIALOGANDO: O ENSINO DE FILOSOFIA COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE JOVENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE***, nos Centros Socioeducativos Aldaci Barbosa Mota e Cardeal Aloísio Lorscheider, em Fortaleza, sob o acompanhamento da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo – SEAS e coordenação do Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA, responsável pelos encaminhamentos e orientações pedagógicas dos professores, conforme documentação em anexo.

A pesquisa, que já foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa – CEP da UFC de acordo com o parecer em anexo, ***tem como objetivo principal identificar o ensino de Filosofia como instrumento de mediação para o processo de ressocialização de jovens em situação de privação de liberdade nos Centros Socioeducativos de Fortaleza, a partir da aplicação de metodologias dialógicas no processo de ensino e aprendizagem com os socioeducandos.***

No que se refere à metodologia, fundamenta-se a partir da realização de 10 aulas de filosofia, com duração máxima de 02 horas/aula, uma vez por semana, no dia de realização das aulas de Ciências Humanas juntamente com o professor do CEJA presente nas Unidades, de acordo com a rotina dos Centros Socioeducativos citados. Sobre a coleta de dados, esta se dará através da execução de duas produções textuais realizadas pelos socioeducandos, uma no primeiro encontro e outra no nono encontro, onde ambas são

APÊNDICE E – SOLICITAÇÃO DE ORIENTAÇÕES PARA DIRETORA DO CEJA.

03/01/2023 17:21

Email – Nara Tavares Santos – Outlook

Alinhamento de informações para realização de aulas no Centro Socioeducativo.

Nara Tavares Santos <tavaresnara@hotmail.com>

Ter, 12/07/2022 06:03

Para: [REDACTED] >

 3 anexos (785 KB)

Autorização Juiz.pdf; Autorização SEAS.pdf; Resumo Pesquisa CEJA.pdf;

Marciana Lima, bom dia!

Como acordado durante nosso encontro no dia 27/06/22, veio por meio deste repassar as informações e pareceres referente a pesquisa **"DIALOGANDO: O ENSINO DE FILOSOFIA COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE JOVENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE"**, a ser realizada em parceria com o CEJA José Walter.

Nesse contexto, por questões da logística do horário da escola em que trabalho, gostaria de solicitar e organizar juntamente com você o dia da semana e horário para realização das aulas para as segundas-feiras no período da tarde, com duração de no máximo 03 meses.

Abaixo segue as autorizações para a realização e informações gerais sobre a proposta da pesquisa, para que você possa se apropriar e me orientar sobre as adaptações necessárias junto a proposta do CEJA para a realidade dos Centros Socioeducativos.

Sigo a disposição para quaisquer esclarecimentos e no aguardo do seu contato para termos pelo menos mais momentos presenciais de orientação e assim darmos início a realização das aulas.

Grata pela sua cordialidade,

Nara Tavares

*Graduada em Filosofia - UECE**Especialista em Ensino de Ciências Humanas - IFCE**Mestranda em Ensino de Filosofia - UFC*

APÊNDICE F – ENCAMINHAMENTO DA INFORMAÇÃO SOBRE A NÃO AUTORIZAÇÃO DA ENTRADA AO COORDENADOR DO CEJA.

03/01/2023 16:59

Email – Nara Tavares Santos – Outlook

Re: Alinhamento sobre permissão para entrada nos Centros Socioeducativos.

Professor Jorge <[REDACTED]>

Seg, 05/09/2022 15:20

Para: Nara Tavares Santos <tavaresnara@hotmail.com>

Com certeza nós informamos Nara.

Ainda não entendi qual a dificuldade na recepção deles. Talvez a SEAS não avisou da sua entrada no PASSARÉ em tempo hábil pois você ~~à priori estava liberada para a entrada no ALDACEI BARBOSA.~~

Veja quais são os procedimentos junto à SEAS e vá nos informando.

Estou viajando, retorno apenas na Quinta Feira.

Um abraço.

Em seg., 5 de set. de 2022 16:39, Nara Tavares Santos <tavaresnara@hotmail.com> escreveu:

Jorge Lima, boa tarde!

Conforme conversado dia 29/09 sobre a minha ida hoje ao Centro Socioeducativo Passaré, onde você me informou já ter repassado a informação para Milena, a pedagoga da Unidade, informo que infelizmente não foi autorizada minha entrada.

Fui recepcionada pelo Diretor Ednaldo Pereira da Silva, que me explicou e informou os procedimentos a serem feitos para que eu possa ter a entrada permitida junto aos Centros Socioeducativos que preciso pesquisar.

Nesse sentido, irei novamente a SEAS fazer novos trâmites, quando tudo estiver concluído, retornarei presencialmente ao CEJA para lhe repassar as informações. Enquanto isso, continuarei assistindo as reuniões para se apropriar da metodologia do RECOMECE.

Grata,

Nara Tavares

APÊNDICE G – NOVA SOLICITAÇÃO E CRONOGRAMA DE ACESSO AOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS, NO SETOR DE PROTOCOLO DA SEAS.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

RECEBIDO
Fortaleza
SEAS
Protocolo

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTRADA NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO

Fortaleza, 8 de setembro de 2022.

Jéssica Muriel de Sousa
Coordenadora do Núcleo Escola Estadual de Socioeducação
Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS)

Sou Nara Telânie Tavares dos Santos, CPF n. [REDACTED] RG n. [REDACTED] mestranda do Curso de Ensino de Filosofia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, matrícula n. 501908, atualmente servidora pública estadual professora Nível C, matrícula n. 48257534. Venho, por meio desta, pedir autorização para entrada e desenvolvimento empírico da pesquisa intitulada *DIALOGANDO: O ENSINO DE FILOSOFIA COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE JOVENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE*, nos Centros Socioeducativos Passaré, São Francisco e São Miguel, conforme cronograma abaixo.

Tal pedido segue a partir do Requerimento para Realização da Pesquisa protocolado em junho desse ano, sob o n. 05524105/2022, bem como também da sua Carta de Anuência permitindo meu acesso aos socioeducandos, além da Autorização Institucional para realização da pesquisa, concedida pela Diretora do CEJA José Walter Marciana Lima Soares responsável pelos professores do Projeto Recomece e que também fará minha supervisão quanto a encaminhamentos e orientações pedagógicas.

Aproveito para reforçar que a pesquisa, já foi aprovada pelo Meritíssimo Senhor Juiz Manuel Clístenes de Façanha e Gonçalves, Juiz de Direito da 5ª Vara de Execução de Medidas Socioeducativas, bem como também no Comitê de Ética e Pesquisa – CEP da UFC de acordo com os documentos anexados no Requerimento para Realização da Pesquisa, onde a mesma *tem como objetivo principal identificar o ensino de Filosofia como instrumento de mediação para o processo de ressocialização de jovens em situação de privação de liberdade nos Centros Socioeducativos de Fortaleza, a partir da aplicação de metodologias dialógicas no Projeto Recomece.*

No que se refere à metodologia, a pesquisa fundamenta-se a partir da realização de 04 aulas de filosofia, com duração máxima de 03 horas/aula, apenas às segundas-feiras a tarde, no dia de realização das aulas do Projeto Recomece juntamente com o professor do CEJA presente nas Unidades, de acordo com a rotina dos Centros Socioeducativos citados.

**APÊNDICE H – ALINHAMENTO COM A COORDENAÇÃO DO CEJA DO JOSÉ
WALTER SOBRE CRONOGRAMA DAS AULAS NOS CENTROS
SOCIOEDUCATIVOS.**

03/01/2023 16:41

Email – Nara Tavares Santos – Outlook

Re: **Alinhamento sobre permissão para entrada nos Centros Socioeducativos.**

Professor Jorge <[REDACTED]>

Seg, 12/09/2022 10:30

Para: Nara Tavares Santos <tavaresnara@hotmail.com>

Ciente.

Em seg., 12 de set. de 2022 12:14, Nara Tavares Santos <tavaresnara@hotmail.com> escreveu:
Jorge Lima, boa tarde!

Conforme alinhamento feito via e-mail dia 05/09, venho atualizá-lo sobre a aplicação da pesquisa nos Centros Socioeducativos.

Nesse sentido, envio em anexo o documento entregue para a Jessica Muriel, bem como também a resposta dela autorizando a minha entrada nos Centros. O redesenho dos encontros foram pensados como forma de objetivar a pesquisa que segue atrasada devido os empasses burocráticos.

Abaixo, segue descrito de forma objetiva o cronograma (também encontrado no arquivo solicitação SEAS) da minha ida aos Centros para que você possa comunicar aos Professores, já que minha entrada já está autorizada, e assim possamos finalizar os acordos que vêm sendo realizados desde março do decorrente ano.

CRONOGRAMA

Datas dos Encontros nos Centros Socioeducativos

Passaré	São Miguel	São Francisco
1º ENC - 19/09/22	1º ENC - 24/10/22	1º ENC - 21/11/22
2º ENC - 26/09/22	2º ENC - 31/10/22	2º ENC - 28/11/22
3º ENC - 10/10/22	3º ENC - 07/11/22	3º ENC - 05/12/22
4º ENC - 17/10/22	4º ENC - 14/11/22	4º ENC - 12/12/22

Consciosamente do atendimento desta solicitação agradeço antecipadamente.

Nara Telânie Tavares dos Santos

Aluna do Mestrado Profissional em Filosofia – PROF-FILO UFC

**ANEXO A – PLANEJAMENTO DO 4º CICLO 2022 DO PROJETO RECOMECE:
DESENHANDO O FUTURO.**

<p>PLANEJAMENTO – PROPOSTA RECOMECE 4º CICLO DE 2022 03/10 à 14/11/2022 C.S.P. - C.S.S.F.- C.S.S.M. - C.S.A.B. - C.S.A.B. PROFESSORES: ADALBERTO; ANTONIA NEUDINA PAIVA SOARES, EDVÂNIA MARIA DE MENEZES OLIVEIRA, FRANCISCO AILTON SE VINO DE MOURA; MARIA ADRIANA CRUZ DE MENEZES; MARIA LOREN MATOS DE SOUSA, NEIDE BATALHA.</p>
--

DATAS	TEMAS	OBJETIVOS	DESENVOLVIMENTO	RECURSOS	AVALIÇÃO
03/10	*APRENDER A SER/CONHECER;	*DESENVOLVER O AUTOCONHECIMENTO; * FORTALECER A IDENTIDADE; * CRIAR CONDIÇÕES PARA CONHECEREM, DESCOBRIREM E RESIGNIFICAREM NOVOS SENTIMENTOS, VALORES, IDEIAS, COSTUMES E PAPEIS SOCIAIS.	*ACOLHIDA *AULA EXPOSITIVA E DIALOGADA; *LEITURA COMPARTILHADA DO TEXTO BASE; *RODA DE CONVERSA.	*LÁPIS DE ESCRIVER; *BORRACHA; *LÁPIS DE COR; *PAPEL SULFITE	*PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADE PROPOSTAS.
04/10	*IDENTIDADE PESSOAL;	* PROPICIAR AOS ADOLESCENTES UM ESPAÇO DE REFLEXÃO, DISCUSSÃO E CRIAÇÃO A RESPEITO DE ALGUMAS QUESTÕES INERENTES À ADOLESCÊNCIA, DENTRE ELAS A IDENTIDADE E SUA RELAÇÃO COM O AMBIENTE ONDE VIVE.	*ACOLHIMENTO; *AULA EXPOSITIVA DIALOGADA; *RODA DE CONVERSA; *PROMOVER UM ESPAÇO DE ESCUTA E COMPARTILHAMENTO DE EMOÇÕES E SENTIMENTOS; *DINÂMICA- MINHA BANDEIRA PESSOAL; *EXPOSIÇÃO DE VÍDEO	*LÁPIS DE ESCRIVER; *BORRACHA; *LÁPIS DE COR *PAPEL SULFITE	*PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADE PROPOSTAS
05/10	*LINHA DE VIDA/ AUTOMAGEM;	*EXPLORAR AS RELAÇÕES INTERE INTRAPESSOAIS, PROPICIANDO A CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DE CADA UM SOBRE SEU LUGAR NO MUNDO.	*ACOLHIDA COM VÍDEO; *DINÂMICA- O QUE VEJO, O QUE SINTO; *RODA DE CONVERSAS; *LEITURA COMPARTILHADA DO TEXTO BASE.	*LÁPIS DE ESCRIVER; *BORRACHA; *LÁPIS DE COR *PAPEL SULFITE	* PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.
06/10	*INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS;	* PERCEBER QUE COMO HUMANOS, NOS DIRECIONAMOS NO SABER DE ACORDO COM NOSSAS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS E SEREMOS ÚTEIS E PRODUTIVOS À SOCIEDADE SEGUNDO	*AULA EXPOSITIVA E DIALOGADA; *DINÂMICA; *EXPOSIÇÃO DE SLIDES, VÍDEOS E TEXTOS DE REFLEXÃO.	*LÁPIS DE ESCRIVER; *BORRACHA; *LÁPIS DE COR; *PAPEL SULFITE; *TV.	* PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.

		NOSSAS HABILIDADES INATAS.			
07/10	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO
10/10	*ACOLHENDO A DIVERSIDADE/ BULLYING;	* PROPICIAR AOS ADOLESCENTES UM ESPAÇO DE REFLEXÃO, DEBATE E DISCUSSÃO SOBRE ADVERSIDADE; * CONCEITUAR BULLYING E RECONHECER A PRÁTICA, COMO ELA ACONTECE E OS SEUS EFEITOS TANTO PARA QUEM SOFRE COMO PARA QUEM PRÁTICA.	* RODA DE CONVERSA PROMOVER UM ESPAÇO DE ESCUTA E COMPARTILHAMENTO DE EMOÇÕES E SENTIMENTOS; * POESIA: UMA RESPOSTA AO PRECONCEITO (BRÁULIO BESSA) * EXPOSIÇÃO DE VÍDEO.	* LÁPIS DE ESCREVER; * BORRACHA; * LÁPIS DE COR; * TV; * PAPEL SULFITE.	* PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.
11/10	*CULTURA INDÍGENA;	* FAZER ASSOCIAÇÃO AS TRADIÇÕES CULTURAIS INDÍGENAS QUE AINDA PRESERVAMOS; * CONHECER UM POUCO DA HISTÓRIA DESSOS POVOS E SUAS INFLUÊNCIAS EM NOSSOS COSTUMES.	* ACOlhIDA COM A MÚSICA; (DANÇA, FESTA E LUTA); *RODA DE CONVERSAS SOBRE AS TRADIÇÕES, LUTAS INDÍGENAS E ALGUNS COSTUMES QUE AINDA PRESERVAMOS.	* LÁPIS DE ESCREVER; * BORRACHA; * LÁPIS DE COR * PAPEL SULFITE.	* PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.
12/10	FERIADO	FERIADO	FERIADO	FERIADO	FERIADO
13/10	*A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM EQUIPE/ COOPERAÇÃO;	* COMPREENDER A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM EQUIPE; ABORDANDO E VALORIZANDO A COOPERAÇÃO COMO COMPETÊNCIA NECESSÁRIA À VIDA; * DIFERENCIAR GRUPO E EQUIPE.	* DINÂMICA- (QUEM EU LEVO); *DIVIDIR A SALA EM DUAS EQUIPES E DISTRIBUIR TAREFAS PARA QUE AS EQUIPES DESENVOLVAM E POSSAM OBSERVAR AS MELHORES ESTRATÉGIAS PARA SE TRABALHAR EM EQUIPE.	* LÁPIS DE ESCREVER; * CARTOLINAS; * BORRACHA; * LÁPIS DE COR * PAPEL SULFITE.	* PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.
14/10	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO
27/10	*PROTAGONISMO JUVENIL;	*DESENVOLVER A AUTONOMIA, A CAPACIDADE DE TOMAR DECISÕES COM RESPONSABILIDADES; *CONTRIBUIR PARA O DESENHO DO PROJETO DE VIDA E NA PREPARAÇÃO DOS ADOLESCENTES PARA A VIDA; *ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO DOS	*AULA EXPOSITIVA E DIALOGADA; *DINÂMICA "O QUE EU FARIÁ?"; * LEITURA COMPARTILHADA E EXPLICATIVA DE TEXTO PARA REFLEXÃO.	* LÁPIS DE ESCREVER; * BORRACHA; * LÁPIS DE COR * PAPEL SULFITE.	* PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.

		JUVENS NA ESFERA POLÍTICA, SOCIAL, ECONÓMICA E CULTURAL.			
18/10	*CONTEXTO SOCIAL	* COMPREENDER O CONTEXTO SOCIAL EM QUE VIVEMOS; *ANALISAR AS RELAÇÕES DO CONTEXTO INDIVIDUAL COM O CONTEXTO SOCIAL; *COMPREENDER O CONCEITO DE PAZ SOCIAL.	*ACOLHIDA COM MÚSICA: "AQUARELA DO BRASILE- GAL COSTA"; *RODA DE CONVERSA SOBRE A COMPREENÇÃO DA LETRA DA MÚSICA;	* LÁPIS DE ESCRIVER; * CARTOLINAS; * BORRACHA; * LÁPIS DE COR * PAPEL SULITE.	* PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.
19/10	*O QUE É SER CIDADÃO;	* ENTENDER O QUE É CIDADANIA; *CONHECER NOSSOS DIREITOS E DEVERES; *DESENVOLVER A CONSCIÊNCIA POLÍTICA; *CAPTAR A RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E CIDADANIA.	*AULA EXPOSITIVA E DIALOGADA; *ACOLHIDA COM TEXTO DE REFLEXÃO; *EXPOSIÇÃO DE SLIDES E VÍDEOS.	* LÁPIS DE ESCRIVER; * BORRACHA; * LÁPIS DE COR * PAPEL SULITE.	* PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.
20/10	AULA ATUALIDADES	AULA ATUALIDADES	AULA ATUALIDADES	AULA ATUALIDADES	AULA ATUALIDADES
21/10	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO
24/10	*EU PENSO EU FALO/ FALA DE LÁ QUE EU FALO DE CÁ;	* RECONHECER AS VARIEDADES DA LÍNGUA FALADA, O CONCEITO DE NORMAL, PADRÃO E O DE PRECONCEITO LINGÜÍSTICO; *VALORIZAR A LINGUAGEM VERBAL E NÃO-VERBAL COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA.	*AULA EXPOSITIVA E DIALOGADA; *ACOLHIDA COM POESIA DE PATATIVA DO ASSARÉ; * EXPOSIÇÃO DE TEXTOS COM VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS.	*LÁPIS DE ESCRIVER; *BORRACHA; *PAPEL SULITE; * TEXTO IMPRESSO; * CARTOLINA; *LÁPIS DE COR.	* PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.
25/10	*COMUNICAÇÃO ESCRITA;	* ANALISAR OS TIPOS DE GÊNEROS TEXTUAIS; *IDENTIFICAR AS CARACTERÍSTICAS DE CADA TEXTO; *EXERCITAR A ESCRITA ATRAVÉS DA IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE TEXTOS.	*AULA EXPOSITIVA E DIALOGADA; *ACOLHIDA COM TEXTO PARA REFLEXÃO; *RODA DE CONVERSA; *LEITURA COMPARTILHADA DO TEXTO BASE.	* LÁPIS DE ESCRIVER; * BORRACHA; * LÁPIS DE COR * PAPEL SULITE.	* PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.

26/10	*PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL;	*INCORPORAR O RESPEITO E O CUIDADO COM O MEIO AMBIENTE. *ESTIMULAR A MUDANÇA PRÁTICA DE ATITUDES E A FORMAÇÃO DE NOVOS HÁBITOS COM RELAÇÃO À UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS. *CONSCIENTIZAR SOBRE AS DIFERENTES FORMAS DE COLETA E DESTINO DO LIXO, NA ESCOLA, CASA E ESPAÇOS EM COMUM	*ACOLHIMENTO; *RODA DE CONVERSA; *LEITURA E INTERPRETAÇÃO DO TEXTO BASE; *AULA EXPOSITIVA COM DEBATE DOS ALUNOS.	* LÁPIS DE ESCREVER; * BORRACHA; * LÁPIS DE COR * PAPEL SULITE.	* PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.
27/10	*EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA;	*DESENVOLVER NOS SOCIOEDUCANDOS O EMPODERAMENTO, ATITUDES E MENTALIDADE EMPREENDEDORAS, PARA QUE POSSAM ENCONTRAR SOLUÇÕES PARA OS MAIS DIVERSOS PROBLEMAS.	*AULA EXPOSITIVA E DIALOGADA; *ACOLHIDA COM O VÍDEO (CARACTERÍSTICAS DE UM EMPREENDEDOR) *EXPOSIÇÃO DE TEXTOS DE REFLEXÃO; *RODA DE CONVERSA.	* LÁPIS DE ESCREVER; * BORRACHA; * LÁPIS DE COR * PAPEL SULITE.	* PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.
28/10	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO
31/10	*MOVIMENTOS SOCIAIS;	*COMPREENDER QUE OS MOVIMENTOS SOCIAIS SÃO MANIFESTAÇÕES COLETIVAS COM CARACTERÍSTICAS E ESTRUTURAS PRÓPRIAS; *RECONHECER AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS APÓS O SURTIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.	*AULA EXPOSITIVA E DIALOGADA; *ACOLHIDA; *EXPOSIÇÃO DE TEXTOS DE REFLEXÃO; *RODA DE CONVERSA.	* LÁPIS DE ESCREVER; * BORRACHA; * LÁPIS DE COR * PAPEL SULITE.	* PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.
01/11	*INTRODUÇÃO A EMPREGABILIDADE / CONHECENDO O MUNDO DO TRABALHO;	*DESTACAR O PERFIL E AS QUALIDADES NECESSÁRIAS PARA AUMENTAR AS CHANCES DE EMPREGABILIDADE, POIS O MERCADO DE TRABALHO É POR COMPETIÇÕES ACIRRADAS, E CABE	*AULA EXPOSITIVA E DIALOGADA; *ACOLHIDA; *LEITURA DE TEXTOS DE NOTÍCIAS ATUAIS SOBRE O TEMA; *RODA DE CONVERSAS PARA REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO DO PAÍS	* LÁPIS DE ESCREVER; * CARTOLINAS; * BORRACHA; * LÁPIS DE COR * PAPEL SULITE *SALA DE MULTIMÍDIA.	*PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.

		SOMENTE AO BOM PROFISSIONAL MANTER SEU PROJETO DE CARREIRA.	QUANTO A EMPREGABILIDADE.		
02/11	FERIADO	FERIADO	FERIADO	FERIADO	FERIADO
03/11	*ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL/ ÉTICA E POSTURA SÓCIO PROFISSIONAL;	*FORNECER SUBSÍDIOS, QUE FACILITEM A REALIZAÇÃO DE UMA ESCOLHA PROFISSIONAL CONSCIENTE. NORTEANDO A MORAL DO PROFISSIONAL DURANTE A SUA ATUAÇÃO. ESTABELECENDO COMPORTAMENTO ÉTICO E ADEQUADO.	*AULA EXPOSITIVA E DIALOGADA; *ACOLHIDA COM O VÍDEO (CARACTERÍSTICAS DE UM EMPREENDEDOR); *LEITURA (COMPARTILHADA DO TEXTO DE BASE); *RODA DE CONVERSA SOBRE O TEMA.	*LÁPIS DE ESCREVER; *CARTOLINAS; *BORRACHA; *LÁPIS DE COR *PAPEL SULFITE.	*PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.
04/11	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO
07/11	*CONSTRUINDO MEU PERFIL PROFISSIONAL: PROCESSO SELETIVO / ENTREVISTA DE EMPREGO;	*CONHECER O FUNCIONAMENTO DAS PRINCIPAIS ETAPAS EM UM PROCESSO SELETIVO DE EMPREGO; *DESCOBRIR SUAS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS PARA CONSTRUIR UM PERFIL PROFISSIONAL.	*AULA EXPOSITIVA E DIALOGADA; *VÍDEO "AS PROFISSÕES"; *LEITURA COMPARTILHADA E EXPLICATIVA DE TEXTO PARA REFLEXÃO.	*LÁPIS DE ESCREVER; *BORRACHA; *LÁPIS DE COR *PAPEL SULFITE.	*PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.
08/11	*PROATIVIDADE;	*COMPREENDER A IMPORTÂNCIA DE SER PROATIVO, DE TER A CAPACIDADE DE RESOLVER PROBLEMAS SOLUCIONANDO-OS DE FORMA INDEPENDENTE.	*ACOLHIDA COM TEXTO DE REFLEXÃO. *DINÂMICA: "ILHA DESERTA" *RODA DE CONVERSA SOBRE O TEMA EM ESTUDO.	*LÁPIS DE ESCREVER; *BORRACHA; *LÁPIS DE COR *PAPEL SULFITE.	*PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.
09/11	*O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS?	*DESPERTAR NOS SOCIEDUCANDOS A CONSCIÊNCIA DE SEUS DIREITOS E DEVERES COMO CIDADÃOS E A IMPORTÂNCIA DE COLOCÁ-LOS EM PRÁTICA NO SEU COTIDIANO; *CONSCIENTIZÁ-LOS SOBRE A DIVERSIDADE DE OPINIÕES, GOSTOS, DESEJOS DE CADA UM.	*AULA EXPOSITIVA E DIALOGADA; *ACOLHIDA COM TEXTO DE REFLEXÃO; *LEITURA COMPARTILHADA DO TEXTO BASE.	*LÁPIS DE ESCREVER; *BORRACHA; *LÁPIS DE COR *PAPEL SULFITE.	*PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.

10/11	AULA ATUALIDADES	AULA ATUALIDADES	AULA ATUALIDADES	AULA ATUALIDADES	AULA ATUALIDADES
11/11	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO	PLANEJAMENTO
14/11	*O QUE MUDOU EM MIM? / DESENHANDO O FUTURO;	*COMPREENDER E ENTENDER AS REFLEXÕES E DESCOBERTAS ATRAVÉS DAS SUAS RETROSPECTIVAS DE VIDA; DANDO ÊNFASE AS OPORTUNIDADES E MUDANÇAS PERANTE NOVAS AÇÕES E NOVAS FORMAS DE FAZER O MELHOR.	*AULA EXPOSITIVA E DIALOGADA; *ACOLHIDA COM POESIA "RECOMEDZ" DE BRÁULIO BESSA; *EXPOSIÇÃO DE TEXTOS COM VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS.	*LÁPIS DE ESCREVER; *BORRACHA; *PAPEL SULFITE; *TEXTO IMPRESSO; *CARTOLINA; *LÁPIS DE COR.	*PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO NAS ATIVIDADES PROPOSTAS.

**ANEXO B – OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA EM
PARCERIA COM O CEJA.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
REITORIA
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

OFÍCIO 2/2022/PPGFIL/ICA/REITORIA

Fortaleza, 07 de março de 2022.

À Senhora
Marciana Lima Soares
Diretora do CEJA José Walter

Assunto: Solicitação de autorização para a realização de Projeto

Senhora Marciana,

Venho, através deste, solicitar que a mestranda **NARA TELÂNIE TAVARES DOS SANTOS**, CPF [REDAZIDO], matrícula nº 501908, do Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, tenha a oportunidade de construir a parte prática da sua pesquisa intitulada *DIALOGANDO: O ensino de filosofia como instrumento de ressocialização de jovens em privação de liberdade*, sob a coordenação e acompanhamento deste Centro de Educação de Jovens e Adultos, a partir dos encaminhamentos e das orientações pedagógicas necessárias.

A pesquisa fundamenta-se efetivamente na apreciação qualitativa de produções textuais, como dados a serem coletados, a partir da aplicação de metodologias dialógicas no processo de ensino e aprendizagem com os socioeducandos, através da realização de 10 aulas de filosofia.

Para tal contexto, tem-se a proposta de 10 encontros, com duração máxima de 02 horas/aula, uma vez por semana, no dia de realização das aulas de Ciências Humanas, de acordo com a rotina dos Centros Socioeducativos Aldaci Barbosa Mota e Cardeal Aloísio Lorscheider, localizados na cidade de Fortaleza.

Nesse sentido, a estruturação da pesquisa não tem como objetivo descrever, transcrever ou enfatizar fontes secundárias de dados referentes ao público alvo, como realizar entrevistas ou quaisquer outras informações contidas em prontuários ou dados socioeconômicos, sendo possível afirmar que a realização da mesma não acarretará adição de riscos aos participantes, mudança na organização das suas atividades cotidianas, bem como também prejuízos ao bem-estar dos mesmos.

Côncio do pronto atendimento da nossa solicitação agradecemos antecipadamente.

ANEXO C – PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP.

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Dialogando: O ensino de filosofia como instrumento de ressocialização de jovens em privação de liberdade.

Pesquisador: Nara Telãnie Tavares Santos

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 57322822.7.0000.5054

Instituição Proponente: Instituto de Cultura e Arte

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.393.027

Apresentação do Projeto:

A questão central proposta por esse projeto está relacionada a compreender a importância do ensino de filosofia como instrumento de ressocialização de jovens em situação de privação de liberdade em Centros Socioeducativos de Fortaleza. Nesse sentido, a pesquisa tem como foco analisar as contribuições de metodologias dialógicas para o processo de ensino e aprendizagem com jovens em privação de liberdade ao aplicar o ensino de Filosofia como instrumento de mediação para a formação crítica dos sujeitos inseridos nesse contexto sociocultural. Partindo desse pressuposto, a pesquisa será de caráter exploratório a medida que se faz necessário o aprofundamento de investigações sobre as principais

questões legais, nacionais e estaduais do Sistema Socioeducativo e também as referências teórico-práticas que fundamentam a educação com pessoas em privação de liberdade no Ceará, para então pensar o ensino de filosofia nesse contexto. Uma vez que para compreender a conjuntura na qual esses jovens estão inseridos, exigirá processos de grandes procuras por documentos e referências bibliográficas, além de arquivos de mídia. No que se refere ao desenvolvimento a aplicação da pesquisa se dará sob um viés qualitativo, usando como técnicas; a pesquisa documental e bibliográfica. No que se refere à pesquisa de campo, será realizada através da realização de 10 encontros pré-definidos em um roteiro, onde serão trabalhados temas filosóficos com os jovens que estão nos Centros Socioeducativos, onde este roteiro será executado conforme orientação das instituições responsáveis pela execução e pelo dinamismo das aulas. No que

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE **Município:** FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comape@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer 5.393.027

Cronograma	Cronograma_2022.pdf	14/03/2022 22:02:53	Nara Telânir Tavares Santos	Aceto
Folha de Rosto	FolhadeRosto_assinada.pdf	14/03/2022 22:02:35	Nara Telânir Tavares Santos	Aceto
Outros	Curriculo_lattes_nara.pdf	12/03/2022 16:36:06	Nara Telânir Tavares Santos	Aceto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 06 de Maio de 2022

Assinado por:
FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000
Bairro: Rodolfo Teófilo
UF: CE Município: FORTALEZA
Telefone: (35)3366-8344

CEP: 60.430-275

E-mail: conep@ufc.br

ANEXO D – TERMO DE CIÊNCIA REFERENTE AO REQUERIMENTO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DO SETOR DE PROTOCOLO DA SEAS.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Núcleo Estadual da Escola de Socioeducação
Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo

P. Vaproc Nº 0552/105/2022
Assinatura: Joice Múriel
03/06/2022

TERMO DE CIÊNCIA DO PESQUISADOR

1. Declaro estar ciente dos objetivos que deverei seguir os procedimentos para realização da minha pesquisa e/ou trabalho que se encontra em anexo.
2. Autorizo a Coordenadoria de Diretrizes Socioeducativas/SEAS a divulgar o meu trabalho, inclusive publicando-o, contudo mantendo a minha autoria.
3. No caso de desejar publicar a pesquisa por outros meios, isto ocorrerá com ciência da Coordenadoria Especial de Gestão e Comunicação e a Escola de Socioeducação da Seas.

Diante disto, me torno ciente:

- 3.1. Tenho ciência que não estou autorizado(a) a realizar nenhum registro fotográfico dos adolescentes nem mesmo registros fotográficos do interior da unidade.
- 3.2. Tenho ciência que não poderei ter acesso aos prontuários dos adolescentes sem autorização do técnico de referência do socioeducando, e o técnico deve acompanhar durante a coleta desta informação.
- 3.3. Tenho ciência que não posso tirar xerox de nenhum documento pertencente ao Centro Socioeducativo.
- 3.4. Tenho ciência que não posso ter contato com os adolescentes sem prévia autorização do Diretor do Centro Socioeducativo.
- 3.5. Responsabilizo-me por manter a Coordenadoria Especial de Gestão e Comunicação e a Escola de Socioeducação/SEAS informadas sobre as atividades de pesquisa em andamento na(s) unidade(s) da Superintendência Estadual de Atendimento Socioeducativo.
4. Cientificamos que os adolescentes não poderão ser identificados total ou parcialmente, de forma direta ou indireta. Não é autorizado pela Superintendência registros fotográficos ou filmagem, nem mesmo com tarja nos olhos.

Dizem os artigos 143 e 247 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 143 – É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito à criança ou adolescente a que se atribua autoria de ato infracional.

Parágrafo único – qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.

Art.247 – Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo à criança ou adolescente a que se atribua ato infracional:

Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Me comprometo a cumprir com as normas da SEAS.

Ciente em, 03 de junho de 2022

Joice Múriel
Assinatura

**ANEXO E – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DO JUIZ DA 5ª
VARA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.**



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE FORTALEZA
5.ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**

Ofício nº. 489/2022.
Fortaleza, 25 de maio de 2022.

Ao(a) Ilmo. senhor,
ROBERTO BASSAM PEIXOTO
SUPERINTENDENTE ESTADUAL DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
NESTA.

Sr(a) Superintendente(a)

Cumprimentando cordialmente, DETERMINO a Vossa Senhoria que autorize o ingresso nos Centros Socioeducativos Cardeal Aloísio Lorscheider e Aldaci Barbosa Mota da estudante de mestrado Profissional em Filosofia – PROF-FILO UFC, da Universidade Federal do Ceará, senhora Nara Telânie Tavares dos Santos, com a finalidade de levantar informações que possam colaborar com seu projeto de pesquisa, **não podendo ser efetuadas quaisquer gravações de imagens das adolescentes internadas e mencionados seus nomes, nem mesmo as iniciais destas**, nos termos estabelecidos n ECA – Lei 8069/90.

Atenciosamente,

Manuel Clístenes de Façanha e Gonçalves

Juiz de Direito

ANEXO F – CARTA DE ANUÊNCIA DO NÚCLEO ESCOLA E ESTADUAL DE SOCIOEDUCAÇÃO/SEAS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.



CARTA DE ANUÊNCIA

Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS)

Declaro ter conhecimento do projeto de pesquisa intitulado **Dialogando: O ensino de filosofia como instrumento de ressocialização de jovens em privação de liberdade**, da discente **Nara Telaine Tavares dos Santos**, vinculado ao Curso de Mestrado Profissional em Filosofia – do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará, sob orientação do prof. **Hugo Filgueiras de Araújo**, cujo objetivo é identificar o ensino de Filosofia como instrumento de mediação para o processo de ressocialização de jovens em situação de privação de liberdade nos Centros socioeducativos de Fortaleza.

A Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS) está de acordo com a realização da mesma, tendo conhecimento de seus objetivos e procedimentos metodológicos, permitindo o acesso da pesquisadora aos usuários do serviço e documentos institucionais para fins de pesquisa. O pesquisador se compromete com o cumprimento dos requisitos de resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, de maneira a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades. Sendo então autorizado o projeto de pesquisa, que será realizada de acordo com a conveniência dos equipamentos e dos usuários, considerando a pandemia por COVID-19.

Fortaleza-CE, 10 de junho de 2022.

Jéssica Muriel de Sousa

Jéssica Muriel de Sousa

Coordenadora Núcleo Escola Estadual de Socioeducação

ANEXO G – NOVA AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS PELO NÚCLEO ESCOLA E ESTADUAL DE SOCIOEDUCAÇÃO/SEAS PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.

01/02/2023 20:17

Email – Nara Tavares Santos – Outlook

Re: SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTRADA NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO.

Jéssica Muriel de Sousa <[REDACTED]>

Seg, 12/09/2022 07:08

Para: Nara Tavares Santos <tavaresnara@hotmail.com>

1 anexos (60 KB)

Ceará Governo do Estado - Assinatura de E-mail Jessica.png

Bom dia, Nara!

Acuso recebimento, conforme conversamos estava pendente o cronograma por isso a unidade não estava sabendo, agora com as datas em mãos será encaminhada para todos os centros que você irá fazer a pesquisa.

Desde já desejo um ótimo estágio e fico à disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Em seg., 12 de set. de 2022 às 07:05, Nara Tavares Santos <tavaresnara@hotmail.com> escreveu:

Jéssica Muriel, bom dia!

Sou Nara Tavares, mestranda do Curso de Ensino de Filosofia pela Universidade Federal do Ceará – UFC, estive no Centro Socioeducativo Passaré no último dia 05/09 onde minha entrada não foi autorizada.

Nesse sentido, venho informar que na quinta-feira (08/09) às 8h, entreguei no Setor de Protocolo da SEAS o pedido de autorização para entrada e desenvolvimento empírico da pesquisa intitulada **DIALOGANDO: O ENSINO DE FILOSOFIA COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE JOVENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**, nos Centros Socioeducativos Passaré, São Francisco e São Miguel, conforme documentos em anexo, uma vez que o Requerimento para a Realização da Pesquisa já foi analisado e aprovado por você.

Consciosamente do atendimento desta solicitação agradeço antecipadamente.

Nara Telânle Tavares dos Santos
Aluna do Mestrado Profissional em Filosofia – PROF-FILO UFC